

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ELETRICIDADE EM JUIZ DE FORA: MODERNIZAÇÃO POR FIOS E TRILHOS  
(1889-1915).**

Cleyton Souza Barros

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
História, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em  
História por Cleyton Souza Barros

Orientador: Profa. Dra. Maraliz de  
Castro Vieira Christo.

Juiz de Fora  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Cleyton Souza Barros

**ELETRICIDADE EM JUIZ DE FORA: MODERNIZAÇÃO POR FIOS E TRILHOS  
(1889-1915).**

Dissertação de mestrado

Juiz de Fora  
2008

Cleyton Souza Barros

**Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre e aprovada, em de setembro de 2008 por:

Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo (orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Anderson Pires  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (co-orientador)  
Universidade da Califórnia Davis-EUA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às instituições que viabilizaram esta pesquisa: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes e Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graças às fontes alocadas, pude elaborar um trabalho que me fez amadurecer profissionalmente. Sinto-me agradecido pela dedicação e atenção dos funcionários ao disponibilizarem os documentos desejados. Encontrei vários colegas que dividiram as apreensões da pesquisa histórica e colaboraram com informações preciosas para a efetivação do trabalho.

Minha sincera gratidão pelo acompanhamento constante de minha orientadora, Maraliz de Castro Vieira Christo, do Professor Anderson Pires e do co-orientador Professor Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Estas pessoas me ensinaram a valorizar a precisão e objetividade na feitura do texto. Indicaram-me procedimentos e caminhos que possibilitassem a melhor forma de apresentação das informações da pesquisa. Foram parceiros nesta dissertação ao fornecerem os subsídios necessários para obter o sucesso desejado.

Aos amigos: obrigado pelos sorrisos e pelas palavras de incentivo. Lembro-me dos dias dedicados ao estudo para a seleção do mestrado. Juliana, Maíra, Iverson, Ana, Yara, Juliano e Raphaela foram as pessoas que deram os suportes emocionais e intelectuais para que obtivéssemos o êxito desejado. Em especial, agradeço à Maíra. Não fosse sua ação efetiva, não conseguiria coletar todas as fontes necessárias.

Minha família: pai, mãe, Cássia e Cassiane. Por eles, busco a melhora profissional. Obrigado pelo orgulho declarado.

Não posso deixar de mencionar a grande ajuda da Miriam na revisão do texto. Sua disposição e interesse pelo tema foram de vital importância, principalmente na hora de colocar as vírgulas em seus devidos lugares.

A Deus: em Ti, deposito minhas conquistas e esperanças.

A meus pais Ionia e Ziza e às minhas  
irmãs, meus familiares e amigos,  
obrigado pelo apoio.

*“Nem tão longe que eu não possa ver  
Nem tão perto que eu possa tocar  
Nem tão longe que eu não possa crer que um dia chego lá  
Nem tão perto que eu possa acreditar que o dia já chegou”*  
(A Montanha – Humberto Gessinger)

## RESUMO

Nosso trabalho analisa o processo de modernização de Juiz de Fora pelo viés da eletrificação. Fontes jornalísticas, fotografias e outros documentos contribuíram para o acompanhamento das transformações e ambigüidades cotidianas ocorridas na localidade mineira na promoção da eletricidade como mercadoria valiosa, tradutora do espírito de uma época.

Traçamos um histórico de constituição da cidade, observando as condições objetivas que lhe deram uma posição de destaque entre o século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Entrou em cena a Companhia Mineira de Eletricidade, componente do aparato urbano-industrial adquirido mediante a inflexão de recursos advindos das atividades exportadoras de café. Esta empresa atuou em Juiz de Fora como subsidiária das atividades que empregavam a energia elétrica, contribuindo para o seu desenvolvimento industrial, iluminação pública e particular, assim como eletrificação dos bondes.

Entendemos que a eletricidade foi elemento importante para a percepção da modernidade em Juiz de Fora ao estabelecer repercussões nos hábitos e práticas do cotidiano dos juiz-foranos e, ao mesmo tempo, reforçar as representações atribuídas à localidade enquanto uma cidade progressista e civilizada. Mas, a eletrificação foi utilizada de forma restrita, por uma minoria e em poucos espaços, localizados na região central de Juiz de Fora.



## RESUMÉ

Notre travail analyse le processus de modernisation de Juiz de Fora, à travers de l'électrification. Matériaux de journal, photographies et autres documents contribuaient pour accompagner les transformations et l'ambiguïté quotidienne arrivées dans la localité mineira, dans la promotion de l'électricité comme marchandise valide, traducteur de l'esprit d'une époque.

Nous traçons un historique de la constitution de la ville mineira. Nous observons les conditions objectives qui lui donnaient une position distinguée entre le siècle XIX et les trois premières décades du siècle XX. La Companhia Mineira de Eletricidade entra en scène comme composant de l'apparat urbain-industriel qui la ville atteignait à travers du lucre des activités d'exportation de café. Cette entreprise fonctionnait dans Juiz de Fora comme subsidiaire des activités qui utilisaient l'énergie électrique, elle contribuaient pour le développement industriel de la ville, l'éclairage public et particulier et l'électrification du transport urbain.

Nous comprenons, que l'électricité était un élément important pour la perception de la modernité dans Juiz de Fora. Elle établit des répercussions dans les habitudes et pratiques quotidiennes des juiz-foranos et, en même temps, renforce les représentations attribuées à la localité, comme ville progressiste et civilisée. Mais, l'électrification était limitée, utilisée pour une minorité et dans un petit espace, localisée dans la région centrale de Juiz de Fora.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	VIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
1. AS BASES DA MODERNIZAÇÃO DE JUIZ DE FORA.....	8
1.1 Os primórdios de Juiz de Fora.....	8
1.2 Café e modernização em Juiz de Fora.....	13
2. ELETRICIDADE E ECONOMIA.....	20
2.1 A eletricidade no cotidiano brasileiro.....	20
2.2 A Companhia Mineira de Eletricidade.....	23
2.3 Reflexos da eletricidade sobre a industrialização de Juiz de Fora .....	30
3. ILUMINAÇÃO E BONDES – SERVIÇOS ELÉTRICOS PRESTADOS PELA COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE .....	49
3.1 Apreensão e euforia: os primeiros momentos da iluminação por eletricidade.....	49
3.2 Reclamações cotidianas: a iluminação pública e particular de Juiz de Fora.....	55
3.2.1 A iluminação pública.....	57
3.2.2 A iluminação particular.....	67
3.3 O serviço de bondes em Juiz de Fora.....	70
3.3.1 Bondes elétricos: demandas por circulação.....	72
3.4 Rua Halfeld e Rua Direita como lugares privilegiados de modernização.....	80
4. REPERCUSSÕES ELÉTRICAS NO COTIDIANO DO JUIZ-FORANO.....	85
4.1 A modernização dos costumes	85
4.2 Eletrificação externa e interna: técnica e estética como forma de embelezamento e lazer.....	87
4.2.1 A luz nas ruas: um convite ao lazer.....	88
4.2.2 Circulação e democratização pelos carris elétricos.....	99
4.2.3 Cinema: uma nova experiência moderna.....	103
4.2.4 Luz nas casas: luxo e conforto.....	107

4.3 Eletricidade e saúde.....	111
4.3.1 O raio X e a Academia de Comércio .....	118
4.4 Discurso visual da modernidade: as representações de Juiz de Fora por imagens.	118
4.4.1 A paisagem urbana de Juiz de Fora mostrada em fotografias.	118
4.4.2 Juiz de Fora em poema-livro de Austen Amaro	123
4.4.3 Pedro Nava: médico, poeta, artista plástico, memorialista...	125
4.4.4 Juiz de Fora em traços preto e branco	126
4.4.5 Aproximações modernistas	130
4.4.6 Influências futuristas	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
FONTES .....	143
BIBLIOGRAFIA	144

### **LISTA DE TABELAS**

1. Número de Estabelecimento Comerciais e de Serviços em Juiz de Fora (1870-1877)	10
2. Relação dos Estabelecimentos Manufatureiros em Juiz de Fora (1870-1877)	11
3. Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1870-1888	16
4. Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos)	18
5. Companhia Mineira de Eletricidade/ Relação dos Primeiros Acionistas (1888)	27
6. Movimento Financeiro da Companhia Mineira de Eletricidade – Lançamento de Ações e Debêntures	28
7. Potência instalada sob a direção do Grupo Mascarenhas	29
8. Indústrias existentes em Juiz de Fora – 1907/1908	32
9. Indústrias e Força utilizada em Juiz de Fora	34
10. Indústrias em Juiz de Fora	39
11. Preços praticados pela CME	40
12. Número de motores fornecidos pela CME de acordo com as fontes jornalísticas	41
13. Algumas empresas em 1908	41
14. Preços praticados pela CME	44
15. Variação do número de lâmpadas	66

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Propaganda da fábrica “Correa & Correa”, Jornal do Comércio, 1905.	46
2. Propaganda da fábrica de massas, Almanack Mineiro, 1908.	46
3. Propaganda do estabelecimento “Victor Uslander & Comp.”, Diário Mercantil, 1914.	47
4. Bairros de Juiz de Fora.	56
5. Mapas das linhas de bondes.	79
6. Planta de Gustavo Dodt de 1860.	81
7. Esboço da parte central de Juiz de Fora.	82
8. Propaganda de curso noturno de litografia, Diário Mercantil, 1913.	92
9. Propaganda de peça teatral, Jornal do Comércio, 1899.	105
10. Propaganda de artefatos elétricos, O Pharol, 1912.	109
11. Propaganda de estabelecimento médico, Almanack de 1914.	113
12. Propaganda de cinturão elétrico, O Pharol, 1904.	115
13. Propaganda de tratamentos elétricos, Jornal do Comércio, 1911.	116
14. Fotografia da Avenida Rio Branco, Álbum do Município de Juiz de Fora, 1916.	120
15. Fotografia da Vista da Avenida Rio Branco, Álbum do Município de Juiz de Fora, 1916.	121
16. Fotografia da Rua Halfeld (parte baixa), Álbum do Município de Juiz de Fora, 1916.	121
17. Fotografia da Rua Marechal Deodoro, antiga Imperatriz (parte baixa), Álbum do Município de Juiz de Fora, 1916.	122
18. Fotografia da Parque Halfeld – Cabana, Álbum do Município de Juiz de Fora, 1916.	122
19. Desenho de capa de <i>Juiz de Fora</i> .	129
20. Desenho do bairro Mariano Procópio	130
21. Tarsila do Amaral – Estrada de Ferro Central do Brasil, 1924	132
22. Tarsila do Amaral - Carnaval em Madureira, 1924.	133
23. Tarsila do Amaral – São Paulo, 1924	133
24. Tarsila do Amaral – A gare, 1925.	133
25. G.Balla – Lâmpada em arco, 1909 .	136
26. G. Balla – Dinamismo de um cão numa coleira, 1912.	137
27. R. Delaunay – O campo de Marte. A torre vermelha, 1911.	137

## INTRODUÇÃO

O setor energético é estratégico para qualquer país que objetiva se desenvolver econômica e socialmente. Cada vez mais, as decisões referentes à geração de energia devem levar em consideração as relações diplomáticas e os impactos a serem sentidos pelo planeta no aumento das temperaturas médias. No caso brasileiro, dúvidas estão sendo levantadas em torno da capacidade de nosso país em atender à crescente demanda de energia elétrica. Caminhamos para um novo colapso do sistema de energia? O receio existe.

A matriz energética brasileira é complexa<sup>1</sup>, conseqüência do aproveitamento das múltiplas potencialidades de geração da eletricidade. O ano de 2007 marcou a superação da energia hidrelétrica pela produção energética da cana entre as fontes de energia renováveis. Essas duas fontes, associadas ao petróleo, constituem 67,4% da base da matriz energética no país, que tem auto-suficiência em todas elas. Para evitar um futuro marcado pela insuficiência de energia no país, novas fronteiras na Região Norte, com patente potencial hidrelétrico, estão sendo desenvolvidas<sup>2</sup>. Quanto à questão da utilização crescente de fontes energéticas renováveis, existe a polêmica de ameaça à produção de alimentos que também forçaria o aumento de preços<sup>3</sup>. Porém especialistas afirmam que a produção de cana-de-açúcar não representa um perigo para a agricultura brasileira, visto que há muito espaço para as culturas agrícolas. No bojo dessas discussões, ocorre a preocupação em promover o uso racional da energia elétrica. Há a necessidade de dar sustentabilidade a uma demanda em crescimento constante. A Companhia Elétrica Light tem se preocupado com tais questões e já planeja atuar futuramente no mercado de veículos elétricos.<sup>4</sup>

É preciso marcar o início do processo que deu à eletricidade a condição de elemento indispensável no desenvolvimento social e econômico de qualquer país. A partir da segunda metade do século XIX, a Modernidade se estabelece por um substrato material, exemplificado por novos inventos tecnológicos, dentre os quais destacamos a eletricidade e toda a gama de utilizações desta forma de energia. Seja nas relações sócio-econômicas ou/e culturais, o que se verifica é a materialização de novas vivências surgidas na sociedade capitalista. Configurou-

---

<sup>1</sup> A Empresa de Pesquisa Energética forneceu dados da matriz energética para o ano de 2007: 53,6% das fontes utilizadas para geração de energia eram não-renováveis (petróleo e derivados, 36,7%; gás natural, 9,3%; carvão mineral e derivados, 6,2%; urânio e derivados, 1,4%) e 46,4% de fontes renováveis (produtos de cana-de-açúcar, 16%; energia hidrelétrica, 14,7%; lenha e carvão vegetal, 12,5%; outras renováveis, 3,1%). In: O Globo. Economia. 09/05/2008. p. 33.

<sup>2</sup> O Pará será um dos maiores geradores de energia elétrica na próxima década.

<sup>3</sup> Nos Estados Unidos, a plantação de milho para a produção de etanol afetou o preço de outras culturas agrícolas.

<sup>4</sup> O Globo. Razão Social. 04/08/2008. p. 4-8.

se uma nova forma de perceber o mundo. Comportamentos, hábitos, práticas e valores homogeneizados indicam o compartilhamento de um pensamento burguês, que assumia seu espaço hegemônico no mundo.

Esse contexto histórico de profundas mudanças, ocorrido nas últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX, representou o estabelecimento da sociedade urbana e industrial. Foi o momento denominado de Segunda Revolução Industrial, marcado pela parceria entre ciência e técnica, laboratório e fábrica. Ele foi caracterizado por invenções científicas, pelo uso de novas fontes de energia, como petróleo e eletricidade, pelo surgimento de novos ramos da atividade industrial – como a siderurgia, a indústria química, a indústria elétrica. Graças à utilização do laboratório pela indústria foi possível reduzir custos, obter aprimoramento técnico, promover a interação entre donos de fábricas, técnicos e cientistas.<sup>5</sup>

A história da indústria elétrica<sup>6</sup> tem como marco inicial a invenção do dínamo em 1867, pelo engenheiro Werner Siemens. Entre 1881 e 1883, o francês Marcel Deprez demonstrou a possibilidade de transportar energia à longa distância por meio de alta tensão. Em 1900, a invenção do alternador e do transformador permitiria a elevação ou a redução da tensão, possibilitando o emprego da energia elétrica em larga escala. Outro invento muito importante para o crescimento da indústria elétrica foi a lâmpada incandescente de Thomas Alva Edison, que também inaugurou a primeira usina de força elétrica do mundo em Nova Iorque em 1882. A invenção da corrente alternada em 1888 por Nikola Tesla possibilitou a instalação de sistemas de iluminação nas casas e ruas de cidades inteiras.<sup>7</sup>

Nos países industrializados, ocorreu uma concentração das indústrias e do capital mediante fusões de empresas, trustes, cartéis, holdings, tendo por objetivo a não-concorrência.

<sup>8</sup> Para manterem-se em constante desenvolvimento industrial, esses países promoveram uma política de expansão externa para Ásia, África e América Latina, a fim de obterem mercados externos consumidores, áreas de investimento, mão-de-obra barata e matérias-primas, intensificando a interligação mundial.

Foi nos países europeus (especialmente a Alemanha), como também nos Estados Unidos que a utilização da energia elétrica nas atividades industriais pode ser verificada com maior intensidade. A indústria elétrica se divide em dois ramos: a indústria de equipamentos

---

<sup>5</sup> Paulo, CACHAPUZ (coord), *Panorama do setor de energia elétrica*. p.14,15.

<sup>6</sup> Outra indústria desenvolvida foi a do petróleo. Este foi utilizado como fonte de energia, matéria-prima do ramo petroquímico na fabricação de querosene e combustível de automóveis. A partir de 1883, o engenheiro alemão Gottlieb Daimler fez uma adaptação no motor de combustão que permitiu o uso da gasolina. Nos anos posteriores ocorreu aperfeiçoamento do carburador e a invenção do motor de combustão interna. Idem, p.20.

<sup>7</sup> Idem, p.19.

<sup>8</sup> Idem, p. 23-25.

elétricos (cujo ponto de partida foi a lâmpada incandescente de Edison), ou eletrotécnica, e a indústria de energia elétrica, que produz e distribui a corrente. Nos Estados Unidos, na década de 1880, foi fundada a Edison General Electric e a Thomson-Houston Electrical Company. Também na mesma década surgiu a Westinghouse Electric Manufacturing Company, destinada à fabricação de lâmpadas de arco para iluminação. Essas três empresas marcaram os anos iniciais da indústria elétrica nos Estados Unidos, ocorrendo uma intensa disputa, o que acarretou uma crise no setor. Por conta disso, em 1892, Edison e Thomson-Houston promoveram a sua fusão, dando origem à General Electric Company (GE).<sup>9</sup>

A GE passou a ser a líder da indústria elétrica. Controladora de mais de 2000 patentes de invenções elétricas, tinha como sua rival, a Westinghouse – produtora de sistemas de corrente alternada e de lâmpadas de arco. A partir de 1896, as duas companhias tiveram predomínio hegemônico no mercado (após firmarem acordo de licenciamento de patentes), por conta de sua superioridade tecnológica inicial, o controle de patentes e seu poderio financeiro. Coube então dominar os mercados externos.<sup>10</sup>

Na Europa, a Alemanha foi o país de destaque no setor elétrico. Os irmãos engenheiros Werner e William Siemens foram os pioneiros ao fundarem com o mecânico Johann Georg Halske, em 1874, a Siemens & Halke. Em 1903, a empresa formou o conglomerado Siemens-Schuckertwerke, após adquirir a Elektrizitäts-Aktiengesellschaft. A AEG (Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft), fundada em 1883, era outra gigante alemã do setor, controlada pela Edison General Electric.

Foi nas Exposições Universais que a eletricidade passou de força invisível e desconhecida, a ser conhecida e reconhecida como elemento da modernidade. Mais de 600.000 franceses assistiram em 1881 aos seus efeitos na primeira Exposição Internacional de Eletricidade, ocorrida paralelamente ao primeiro Congresso Internacional de Eletricistas.<sup>11</sup> A partir de 1889, a eletricidade passa a ser utilizada de forma mais integrada à praticidade e utilização. Desde então, ela ocupou um patamar de tecnologia desenvolvida e estruturada, apresentando-se como um ramo autônomo organizado, cujos eletricistas souberam, sábia e competentemente, vulgarizar seu produto de forma eficaz. A eletricidade foi apresentada com suas diversas potencialidades de utilização – além da vasta literatura à disposição daqueles que se interessassem pelo assunto.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Idem, p. 28,29.

<sup>10</sup> Idem, p. 29,30.

<sup>11</sup> Dois anos após este evento, os eletricistas formaram a Sociedade Internacional dos Eletricistas. Idem, p. 4.

<sup>12</sup> Amara, ROCHA, A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque.

Essa Modernidade presente na Europa tornou objeto de desejo das elites latino-americanas. Era necessário instalar em suas cidades os modelos europeus, procurando extirpar do espaço urbano e dos hábitos cotidianos qualquer menção ao colonial. O processo de eletrificação fazia parte do projeto para embelezamento e modernização das cidades da América Latina. Reformas urbanas e sanitárias, trabalho livre, indústria e inovações técnicas, dentre as quais destaco a eletrificação: medidas atestadoras dos novos tempos que se pretendiam instalar, servindo como parâmetros e meta a serem alcançados. Essa condição foi importada para o Brasil. Visualizaremos isto para o caso de Juiz de Fora.

Estudamos as repercussões da energia elétrica sobre o cotidiano de Juiz de Fora, sobre os diversos aspectos constitutivos da realidade, isto é, nos âmbitos econômico, social e cultural. Procuramos realizar uma abordagem teórico-metodológica, distante de qualquer análise estanque, mas visando à articulação destes campos de pesquisa. Feito isso, a que conclusão chegaríamos a respeito do papel desempenhado pela eletricidade na modernização juiz-forana? Ela seria o carro-chefe desse projeto elitista ou não na medida em que foi usufruída por uma minoria?

Em Juiz de Fora, neste período, ocorreu a distinção entre campo e cidade, um processo marcado por um forte vínculo com capitais advindos de uma base economicamente agrária. Os recursos originados da atividade cafeeira viabilizaram um projeto elitista modernizante, que, associado ao desenvolvimento acelerado das atividades comerciais e industriais e do crescente incremento da população, propiciaram a necessidade de instalação de serviços coletivos.<sup>13</sup>

Optamos por marcos cronológicos relacionados às atividades desempenhadas pela Companhia Mineira de Eletricidade. O ano inicial de 1889 refere-se à inauguração do serviço de geração e distribuição de energia elétrica em Juiz de Fora. O ano final da pesquisa, 1915, marca o início de utilização de uma nova usina pela empresa. Coincidentemente, a partir de então, a cidade conheceu um período de crescimento espacial considerável, demandando uma maior quantidade energia. Por exemplo, em relação aos bondes elétricos, observamos que sua circulação não acompanhou o crescimento espacial juiz-forano, estando suas linhas restritas aos espaços de circulação definidos até 1915. Dessa forma, acreditamos que o período proposto se justifica por observarmos o avanço da urbanização e das atividades industriais e sua conseqüente demanda por serviços públicos. Essa conjuntura abriu perspectivas de investimentos, inclusive no campo da energia elétrica que engatinhava na cidade mineira e,

---

<sup>13</sup> Sonia, MIRANDA, *Cidade, capital e poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. p.143.



aos poucos, a eletricidade foi sendo incorporada pelos estabelecimentos do comércio e da indústria e nas moradias de Juiz de Fora.

As principais fontes utilizadas na pesquisa foram os jornais. Esse tipo de documento permitiu-nos entrar em contato com o cosmopolitismo da modernidade, no qual a eletricidade foi um dos principais componentes dessa experiência. Notícias estrangeiras, assim como as locais, atestavam a utilização da eletricidade em diferentes âmbitos da vida social e econômica. A eletricidade se tornava familiar aos leitores da época, evidenciando as potenciais repercussões advindas com o emprego dessa forma de energia.

Quando estudamos os jornais dessa época, esbarramos na dificuldade do contexto de produção desse tipo de fonte. Estes textos eram produzidos por indivíduos apoiadores da elite da cidade. Como verificar a visão diferenciada daqueles cujas vozes e opiniões raramente são sentidas nas fontes jornalísticas? Falo da maioria da população, ou para utilizar uma expressão em voga “os de baixo”. Os indícios dos jornais apresentam uma voz consensual em torno do projeto civilizacional da elite de Juiz de Fora. Como conhecer o evento de forma completa e direta sem observar a voz do restante da população juiz-forana e, por conseqüência, sua forma de recepção da eletricidade na cidade? Os jornais não são apenas objetos fornecedores de informações, mas estavam contextualizados historicamente, identificados com a necessidade de incutir o desejo por civilizar-se. Não podemos esquecer que os jornais são instrumentos de veiculação de idéias e valores que contribuem para um controle hegemônico por parte de um grupo, ou seja, de formação de opinião, de hábitos, de costumes, de posturas, de desejos e de ações na população em geral.

Uma análise deste discurso veiculado pelos jornais mostra uma visão quase unilateral da modernização juiz-forana. É uma barreira à percepção dessa conjuntura histórica, dado o acesso restrito dos acontecimentos. Havia estratégias de um grupo mobilizado e engajado nos seus objetivos no que concerne ao futuro da cidade. Por isso, se fazia necessário zelar pelo seu desenvolvimento, planejar seu crescimento e propagar uma conduta via jornais. Tratava-se de um exercício de construção de uma representação que é a própria cidade. A invenção se faz por meio de discursos a propósito de um objetivo político. Inventava-se por leis através das quais se buscava o enquadramento dos moradores nas condutas e sociabilidades desejadas. A invenção ocorria a partir da modificação do espaço público, seja através de obras, ou mediante a introdução de elementos da modernidade, como o eram os eletrificados. Dessa forma, executavam-se projetos de uma cidade sonhada e desejada.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> James, GOODWIN JUNIOR, *Pedra, papel...* op.cit, p. 3.

O primeiro capítulo pautou-se no papel destacado da cidade mineira de Juiz de Fora desde seu surgimento, e principalmente, na virada do XIX até a terceira década do século XX. Procurou-se contextualizar o incremento econômico da localidade, dialogando com os trabalhos que consideram Juiz de Fora como um centro de um complexo agro-exportador periférico, palco de implantação de um projeto de modernização da cidade por suas elites.

No segundo capítulo, observou-se a atuação da Companhia Mineira de Eletricidade no fornecimento de força motriz. A Companhia Mineira de Eletricidade estava coerente com tal projeto, instalando parte da infra-estrutura urbana necessária. A eletricidade assumiu, de forma gradual, a condição de uma promissora forma de energia – mais eficaz, produtiva, segura. Sendo assim, no âmbito econômico, teremos a eletricidade como objeto de promoção do desenvolvimento industrial juiz-forano, seja pelo estímulo à instalação de novas indústrias, ou por proporcionar uma mudança do paradigma tecnológico.

O capítulo 3 esclareceu quanto às instalações de lâmpadas nas ruas e casas – possibilitando verificar quais os lugares privilegiados – assim como o funcionamento do serviço de viação urbana antes e depois de sua eletrificação. Os recibos emitidos pela CME, relativos aos pagamentos a esta empresa pela Câmara de Juiz de Fora são fontes pelas quais podemos observar locais públicos iluminados pela empresa prestadora. Os periódicos salientam a dinâmica de prestação desses serviços pela CME. Sua qualidade e eficiência eram postas à fiscalização e denúncias constantes. Como se realizaria essa modernização num momento de incipiente eletrificação? Certamente marcada pela exclusão de espaços e pessoas e pelo benefício dos locais públicos da área central juiz-forana onde a iluminação tornava-se extremamente necessária.

Por fim, o capítulo 4 ressalta a condição do espaço público, da rua, como a melhor possibilidade de visualização da modernidade juiz-forana. Era necessário aparelhar a cidade, inserindo a localidade e seus habitantes nos padrões modernos. Tratava-se de apresentar aos habitantes juiz-foranos novas possibilidades de vivência, cujas repercussões alcançariam mais do que as práticas cotidianas, representando também a evidência de uma vida marcada por conforto, lazer, o que significa dizer o reforço simbólico do imaginário do progresso tão em voga no período.

O espaço público, antes considerado sob uma perspectiva restrita à esfera política, passa também a ser identificado com a paisagem urbana. Esta passava por modificações, incluindo a iluminação das ruas, assim como o emprego da eletricidade nos serviços de transporte, comunicação e em novos hábitos de lazer. Atentar para as transformações sociais estabelecidas por essa nova tecnologia significa proceder, analiticamente, de forma que os

aspectos do cotidiano sejam considerados, tanto no espaço público, quanto no privado, onde hábitos e práticas sociais estavam relacionados à vida material.

Uma relação entre produção e consumo de objetos deve também ser analisada. Toda essa vida social pode ser encontrada nos jornais da época. Ademais, os anúncios de entretenimento, bem como de produtos elétricos nos ajudarão a identificar os novos hábitos que surgem com a disponibilização da energia elétrica. O lazer noturno era uma possibilidade. Cinematógrafos, teatros, inaugurações por toda a cidade, nos quais a eletricidade tornava-se fundamental.

Observou-se a construção de uma retórica como estratégia de um grupo social, a elite econômica, para a dominação ideológica mediante estabelecimento de um consenso social. Recorremos às fotografias da cidade e desenhos de Pedro Nava para identificarmos um discurso visual também identificado com as representações de Juiz de Fora, chamada de Manchester Mineira. Estas representações são elucidativas e denunciadoras de uma época e de sua respectiva sociedade. Fez-se um exercício de construção de uma representação que é a própria cidade, inventada por sonhos, projetos, desejos e ilusões dos habitantes.

Por fim, esta modernização foi contraditória e excludente, marcada pela institucionalização do novo – expressado nas mudanças advindas com introdução da eletricidade – e pela permanência da velha exclusão de boa parte da população.

# **CAPÍTULO 1: AS BASES DA MODERNIZAÇÃO DE JUIZ DE FORA**

## **1.1 Os primórdios de Juiz de Fora**

Juiz de Fora surgiu no Caminho Novo, feito na Zona da Mata, a partir de 1709, para facilitar o acesso entre a região de mineração no centro de Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro. A partir do século XIX, a região onde se instalaria a futura cidade começa a se destacar pelo desempenho conquistado na cafeicultura, na pecuária e como entreposto comercial. Lavoura e comércio estimulam o crescimento da Zona da Mata, cuja população passou de 75.573 em 1820 para 962.939 habitantes, em 1900.<sup>15</sup>

O início do povoado – futuramente Juiz de Fora – é atribuído à fazenda de Juiz de Fora, à margem esquerda do Rio Paraibuna. A partir de 1837, o português Antônio Vidal adquiriu terras próximas ao Caminho Novo, concentradas na região que futuramente seria o centro da cidade. Após seu falecimento, as terras foram divididas entre três de seus filhos. No início do século XIX, Antônio Dias Tostes, grande proprietário da região desde o século XVIII, adquiriu a maior parte dessa propriedade na área que formaria a cidade. Lentamente, o povoado situado à margem esquerda transferiu-se para a direita.

A partir da década de 1830 ocorreu a definição do caráter urbano de seu espaço. Em 1836, Henrique Guilherme Fernando Halfeld (contratado pelo governo provincial) construiu uma nova estrada (atual Avenida Rio Branco) que ligava Juiz de Fora a Vila Rica. Esse fato determinou uma nova lógica de ocupação da localidade, havendo o início da urbanização local, mediante a ocupação das margens da nova estrada e não mais das fazendas, como ocorria anteriormente.

Nas primeiras décadas do século XIX, Juiz de Fora começou a se destacar como um pólo de produção cafeeira. As disponibilidades de terras e de mão-de-obra escrava, associadas aos altos preços do café, permitiram tal condição. Começou a ocorrer a diferenciação do espaço rural e do urbano, novas atividades e possibilidades de investimentos se configuraram, mesmo que originalmente estivessem vinculadas à agropecuária. Surgiu a necessidade de investimentos em infra-estrutura urbana, de organização de um aparelho

---

<sup>15</sup> Sonia R, MIRANDA, *Cidade, capital e poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*, p.85,86.

administrativo, de organização da polícia, de estruturação de serviços que atendessem à demanda da população concentrada na cidade – caracterizada pela emergência de novas formas de vivência e novos hábitos.

A década de 40 foi marcada pela emergência de atividades urbanas e pela afirmação daquele espaço urbano como lócus de poder e controle da elite agrária.<sup>16</sup> Na década de 1850, a localidade adquiriu o status de vila e município. Em 1855, foi fundada na cidade a Sociedade Promotora de Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio de Paraibuna. Sua existência é indicativa do desenvolvimento do espaço urbano do município, acompanhado de perto pela elite cafeicultora local e por empreendedores urbanos. Em 1853, o poder público esboçava a tentativa de estabelecer algum controle, ainda que primitivo, sobre o funcionamento da cidade, ao estabelecer algumas normas básicas pelo Código de Posturas da Câmara Municipal.<sup>17</sup>

A urbanização pela qual Juiz de Fora passava tornou-se mais efetiva a partir da década de 1860: o engenheiro Gustavo Dott elaborou um plano referente à expansão da cidade, não efetivado, mas que definia os locais de construções e dos futuros serviços da cidade (matadouro, cemitério, feira livre). Nesta década, estabeleceram-se as linhas de expansão do tecido urbano marcada pela instalação das elites em um núcleo de poder situado entre a Igreja, Repartições Públicas e Praça Central. Esse espaço também foi utilizado para atividades mercantis, tanto por comerciantes, quanto por profissionais liberais.<sup>18</sup>

O papel de entreposto comercial da cidade só foi definitivamente assegurado a partir da construção da rodovia União Indústria, iniciada em 1856. A partir de 1861, ela representou um grande avanço no transporte do café. Era uma estrada de rodagem macadamizada, com 144 quilômetros entre Juiz de Fora e Petrópolis, onde estava a ferrovia Pedro II, responsável pelo escoamento do café até o Rio de Janeiro.

Juntou-se à rodovia, no final da década de 1870, o desenvolvimento de ferrovias na Zona da Mata<sup>19</sup>. O impacto do desenvolvimento das linhas ferroviárias se deu na diminuição dos custos de produção e na ampliação da produção cafeeira. Já no final dos Oitocentos, a região da Zona da Mata havia quadruplicado as exportações de café mediante a expansão da malha ferroviária. Era talvez a única região mineira integrada, tendo como referência Juiz de Fora, principal eixo de entroncamento do sistema viário. O município encontrava-se

---

<sup>16</sup> Idem, p.90.

<sup>17</sup> Idem, p.100.

<sup>18</sup> Idem, p. 92-94.

<sup>19</sup> Anderson, PIRES, *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*, p. 45,46.

interligado ao Rio de Janeiro e a toda a região da Zona da Mata mineira pela ferrovia de D. Pedro II (a partir de 1875) e pela Estrada de Ferro Leopoldina. A produção cafeeira exigia a constituição de uma rede eficiente de transportes, na medida em que o uso extensivo do solo determinava a expansão das fronteiras agrícolas e conseqüente interiorização da produção<sup>20</sup>. Na década de 70, a diversificação econômica da cidade ocorria de forma constante. Observando as duas tabelas abaixo, entre 1870 e 1877 o número de estabelecimentos comerciais havia crescido de 153 para 231 (tabela 1) e o de estabelecimentos manufatureiros de 34 para 80 (tabela 2).

**Tabela 1**  
**Número de Estabelecimento Comerciais e de Serviços em Juiz de Fora (1870-1877)**

<b>Estabelecimentos comerciais e de serviços 1870</b>	<b>Número</b>	<b>Estabelecimentos comerciais e de serviços 1877</b>	<b>Número</b>
Casas de Negócios	107	Lojas: roupas feitas, mantimentos e molhados	76
Mascates e Fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	08	Hotéis	02
Farmácias	05	Farmácias	05
Mascates de Jóias	04	Negociantes de Jóias	06
Relojoeiros	03	Relojoeiros	04
Açougues	02	Açougues	06
Barbearias	02	Barbearias	06
Cambistas	02	Cambistas	04
Bilhar	01	Bilhares	12
Ourives	01	Ourives	04
Alfaiatarias	02	Alfaiatarias	10
Casa de lavar Chapéus	01	Casa de Agência de Leilões	01
Casa Bancária	01	Capitalistas	12
Livreiro	01	Retratista	01
		Advogados	16
		Médicos	06
		Dentistas	03
		Padres	03
		Pintores	04
		Vidraceiros	02
		Modista	01
		Carros de Aluguel	20
<b>Total</b>	153	<b>Total</b>	231

Fonte: A, PIREZ, op. cit., p. 66

<sup>20</sup> Idem, p. 39.

**Tabela 2**  
**Relação dos Estabelecimentos Manufatureiros em Juiz de Fora (1870-1877)**

<b>Indústrias existentes em 1870</b>	<b>Número</b>	<b>Indústrias Existentes em 1877</b>	<b>Número</b>
Oficinas de Ferreiro	07	Oficinas de Ferreiro	12
Olarias	06	Olarias	04
Fábricas de Carroças	03	Fábricas de carros e Carroças	05
Selarias	03	Selarias e Oficinas de correio	04
Fábricas de Fogos de Artifício	02	Fábricas de Fogos de Artifício	02
Oficinas de Marceneiro	02	Oficinas de Marceneiro	03
Charuteiros	02	Fábrica de Charutos e Cigarros	04
Padarias	02	Padarias	03
Sapatarias	02	Sapatarias	10
Fábricas de Chapéu de Sol	01	Oficinas de Chapeleiro	02
Oficina de Colcheiro	01	Oficinas de Colcheiro	02
Fábrica de Cerveja	01	Fábricas de Cerveja	02
		Oficinas de Carpinteiro	06
		Confeitarias	03
		Casas de Café Torrado	02
		Tipografia	01
		Oficinas diversas	06
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>Total</b>	<b>80</b>

Fonte: A, PIRES, op. cit., p. 67.

Na década de 80, os serviços básicos eram oferecidos pela iniciativa privada, de forma incipiente. A ação pública voltava suas atenções para o embelezamento e nivelamento das ruas da cidade<sup>21</sup>. A década de 80 foi fundamental para a consolidação de Juiz de Fora enquanto uma cidade capitalista. Até o início do século XX, mais da metade do café produzido em Minas Gerais adivinha da Zona da Mata. Esta posição de destaque explica o processo de diversificação urbano-industrial pelo qual o município passou a partir da segunda metade do século XIX até a década de 1930. Diversos melhoramentos nos ajudam a perceber que a cidade se desenvolvia: em 1881 – bonde de tração animal; 1883 – telefone; 1884 – telégrafo; 1885 – água a domicílio; 1889 – energia elétrica.<sup>22</sup> Nitidamente ocorria uma diferenciação entre o campo e a cidade. Toda a base de serviços e atividades da região municipal era estruturada para atender a esse dinamismo. Pedro Nava destaca o progresso pelo qual a cidade passava:

(...) Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos doze a treze mil habitantes - imaginem! Treze mil! E essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas. Em 1886, a grande anunciação com uma exposição Industrial que

<sup>21</sup> Em 1881, foi organizada uma planta cadastral identificadora das construções na área central da cidade. Também ocorreu a confecção de um projeto para a construção do jardim municipal, cuja localização seria o centro.

<sup>22</sup> Idem, p. 4.

reflete a pujança do município. Foi inaugurada solenemente no Fórum, com comissões disso e daquilo. Na de produtos Farmacêuticos e Químicos, ao lado do Dr. Francisco Simões Corrêa e do Tenente-coronel Bernardo Halfeld.<sup>23</sup>

Chama-nos a atenção na citação acima, a menção da primeira Exposição Industrial de Juiz de Fora, cuja realização confirmou a instalação de um parque industrial diversificado na cidade mineira.<sup>24</sup> Ao longo do século XIX, ocorreram edições de exposições industriais em grandes centros industriais do mundo – como Paris, Viena, Chicago, Filadélfia. Seus objetivos tinham um caráter comercial, mas principalmente ideológico. Tratava-se da exaltação da produção capitalista mecanizada, de mitificação dos inventos mecânicos e das mercadorias industriais. Lugares de peregrinação e do culto à mercadoria, onde o progresso mostrava-se necessário e desejável.<sup>25</sup> O Brasil foi um local de arremedo dessas exposições. Tratava-se de uma nação que procurava uma equivalência frente aos países industrializados. Ao realizar essa exposição municipal, a elite de Juiz de Fora tinha consciência de que dessa forma estaria inserindo a cidade entre as que mais se destacavam. Para tal, era necessária uma exposição que servisse como vitrine de seu progresso comercial e industrial.

A cidade não vivenciou a mesma atmosfera colonial e barroca, presente na zona mineradora. Havia uma aproximação com a capital federal, com o cosmopolitismo carioca. Dessa forma, a urbanização de Juiz de Fora difere de muito de como ocorreu nas cidades barrocas, organizando-se espacial e socialmente com a industrialização, como afirma Vanda Vale:

Nos estudos sobre a cidade (...) percebemos ajustes institucionais e montagens do aparato ideológico necessários às transformações do Brasil de 1870 a 1930 e na organização de Juiz de Fora no mesmo período. A industrialização e seu funcionamento como o surgimento do operariado, imigração, saneamento, ferrovias, escolas, bancos e outros, opõem-se à ordem remanescente da colônia. Percebe-se, no país, a formação de setores adeptos do progresso científico, de valores e hábitos laicos; o país insere-se no capitalismo monopolista. Juiz de Fora, cidade da Mata Mineira, organizou-se espacial e socialmente com a industrialização.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Pedro, NAVA, *Baú de ossos- memórias*. p.189.

<sup>24</sup> A exposição estava organizada em 11 seções. Duas estavam destinadas aos produtos agrícolas (uma para o café e outra para cereais, farinha, açúcar, doces, manteiga e queijos) e outra destinada à mineralogia. As oito restantes ocupavam-se de produtos industriais, assim divididos: 1) tecidos, bordados, confecções e flores artificiais; 2) calçados, mobiliários, selins e arreios; 3) vinhos e bebidas alcoólicas; 4) produtos farmacêuticos e químicos; 5) cerâmica e imagens; 6) fumo, cigarros, charutos, artefatos de ferro e aço, curtumes e madeiras; 7) Belas artes, com plantas para construções, mapas e jornais; 8) máquinas, carros trolés e carroças.

<sup>25</sup> Sandra, PESAVENTO. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*.

<sup>26</sup> Vanda, A. VALE, *Juiz de Fora – “Manchester Mineira”*, p. 6.



Na próxima seção observaremos o processo de modernização da localidade mineira possibilitado pela inflexão de recursos advindos da atividade agroexportadora cafeeira no seu espaço urbano.

## **1.2 Café e modernização em Juiz de Fora**

A cidade mineira apresentava-se como a principal referência no final do século XIX, lócus de realização da expansão capitalista para a região da Zona da Mata. Era o principal centro urbano e comercial da região, oferecendo uma gama de serviços e atividades variadas (transportes, luz elétrica, telefone, educação, saúde, setor bancário). Os reflexos econômicos podem ser visualizados na geração de economias externas, fontes de capital e financiamento, capacidade de comunicação, espaço para investimentos, etc. O processo de urbanização, incremento comercial e industrial pelo qual a cidade passou desde sua fundação está circunscrito num contexto de efeitos de encadeamento, gerados a partir do desenvolvimento econômico numa região agroexportadora de café. A partir da produção e exportação desse produto criou-se possibilidades de investimento em diversos setores da economia local. Anderson Pires assim destaca:

(...) os efeitos de encadeamento podem ser divididos em efeitos de produção (que por sua vez podem ser retrospectivos e prospectivos), efeitos de encadeamento de consumo e efeitos de encadeamento de natureza fiscal. Os efeitos de produção retrospectivos são os que levam a investimentos em setores que gravitam em torno do fornecimento de insumos, bens e serviços para o setor exportador, incluindo máquinas, transportes etc.; os efeitos de produção de natureza prospectiva gravitam em torno da elaboração e melhoramento do produto principal, utilizado como insumo, como secagem, beneficiamento, ensacamento etc.; por sua vez, os efeitos de encadeamento de consumo resultam em setores que vão produzir bens em função de uma demanda gerada no setor exportador, variando de acordo com a renda decorrente de suas exportações; e os efeitos fiscais se originam da capacidade do Estado (em suas diversas instâncias) interferir nos fluxos de recursos decorrentes da produção agroexportadora, ou mais precisamente, na sua capacidade de tributação, que pode incidir diretamente sobre o seu próprio produto de exportação (efeitos fiscais diretos) e/ou sobre o fluxo de importações gerado por ele (efeitos de encadeamento indiretos).<sup>27</sup>

A abolição da escravidão em 1888 foi de decisiva importância na transição sócio-econômica capitalista, para que a cidade se expandisse dentro desses parâmetros de desenvolvimento. O mercado de trabalho deixou de ser regulado de forma compulsória, passando pela intermediação do mercado nas formas de trabalho, no acesso a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência do trabalhador e, desse modo, as atividades industriais e de

---

<sup>27</sup> A, PIRES, op. cit, p. 32.

serviços se organizaram.<sup>28</sup> A economia passava pela monetização e elos de encadeamento se formavam no espaço regional.

Assim, os vetores que serão responsáveis pelo futuro crescimento urbano do município de Juiz de Fora se encontrarão potencialmente delineados já na segunda metade do século XIX e na medida em que se concretizam no referido processo de diversificação setorial, o próprio núcleo urbano de referência se tornará um espaço cada vez mais importante para investimentos, seja devido ao mercado de consumo que representa, às oportunidades de negócios e inversões que vai criar ou aos capitais que as mesmas atividades urbanas irão gerar. Conjuga-se, desta forma, uma série de forças sociais e econômicas que têm como ponto de partida inicial a reprodução da estrutura agro-exportadora, mas que vão encontrar na sua própria força de diversificação econômica um mecanismo cada vez mais importante desta dinâmica, em sua natureza correspondente aos componentes típicos de crise de uma estrutura sócio-econômica agro-exportadora em vias de passagem de um fundamento escravista para um urbano-industrial.<sup>29</sup>

A historiografia tradicional<sup>30</sup> considerava a cidade mineira como integrante do complexo cafeeiro fluminense, o que explicaria a sua incapacidade de reunir condições objetivas para proceder à modernização de seu espaço urbano. Nessa perspectiva, Juiz de Fora manteria uma relação de dependência em relação ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, de seus agentes econômicos. Estudos mais recentes propõem uma nova abordagem para o caso juiz-forano. Os trabalhos de Anderson Pires e Rita de Cássia da S. Almico nos permitem ir contra essa corrente de explicação da modernização da cidade mineira.

Ainda segundo a historiografia tradicional, a economia regional estava limitada na acumulação de excedentes. Isto ocorria porque o regime fundiário local pautou-se pela produção cafeeira em pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, apresentando-se dependente da cidade do Rio de Janeiro – local de intermediação da produção mineira com o mercado externo. A dificuldade de retenção de capitais seria ainda mais difícil, uma vez que ocorria uma identificação do ciclo de produção de café da região mineira com a do Rio de Janeiro. Desta forma, também na Mata Mineira ocorreu o mesmo processo de desgaste dos solos, afetando da mesma maneira – que na região fluminense – a produção cafeeira local. A

---

<sup>28</sup> Idem, p. 71.

<sup>29</sup> Idem, p. 61

<sup>30</sup> Ver, entre outros: J.H, LIMA, *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*; D. A, GIROLETTI, *Industrialização de Juiz de Fora*; L.A, ARANTES, *As Origens da Burguesia Industrial de Juiz de Fora – 1858/1912*; W. CANO, *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeira*; J., WIRTH, *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira – 1889/1937*; R., MARTINS, *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX.*; R., MARTINS, e A., MARTINS, *Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited* e M.T., VERSIANI, *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906.*

economia da Zona da Mata Mineira estaria limitada pela estrutura econômica que a determinava, sendo impossibilitada de gerar capitais excedentes, o que explicaria a ausência de uma diversificação urbano-industrial local (ou simplesmente quando esta é detectada, sua ocorrência é entendida por outros fatores).

Em outras palavras, o não desenvolvimento de mecanismos próprios de retenção de excedente, seja no âmbito da esfera das unidades produtivas ou naquele da própria economia regional, além da fragilidade básica do processo de acumulação de capital no setor agro-exportador, trouxeram como corolário a ausência de um movimento significativo de diversificação urbano-industrial, fundamental para a ocorrência do conjunto do processo da transição escravista-capitalista na região. Além disso, e este aspecto nos interessa particularmente, ficaria inviabilizada a própria delimitação da economia regional como espaço próprio, dotado de especificidades em seus aspectos básicos de identidade e delineamento estrutural, dinâmica e evolução econômicas, sendo considerada meramente como uma espécie de 'extensão produtiva' daquele núcleo agrário-exportador sediado no Rio de Janeiro.<sup>31</sup>

Ao contrário do exposto anteriormente, Anderson Pires evidencia, para o caso juiz-forano, uma lógica condizente com outros sistemas agro-exportadores. Ou seja, a distribuição de propriedades fundiárias esteve pautada pela concentração de terras, isto é, pela presença da grande propriedade, criando condições primordiais para a acumulação de capitais na região produtora. Quanto à dependência do Rio de Janeiro para a realização de intermediação comercial e financeira da atividade cafeeira, notamos tal situação para a realidade de Juiz de Fora. Todavia, isso não significa dizer, que não ocorreu a retenção de recursos na região cafeeira. Fica esclarecida uma dinâmica específica de funcionamento da atividade agro-exportadora de Juiz de Fora, assim como a relação entre a cidade mineira e o núcleo comercial-financeiro do Rio de Janeiro. Em outras palavras, trata-se de uma economia cafeeira "periférica", marcada pela limitação estrutural, determinante de sua dependência do Rio de Janeiro para a comercialização da produção cafeeira com o exterior. Porém, foi possível, mesmo que parcial, a concentração de recursos advindos com a cafeeira. Isso representou a desvinculação, no que diz respeito ao financiamento da estrutura produtiva, dos agentes financiadores localizados no Rio de Janeiro. Significou assim, o fim da transferência de recursos para a região fluminense.<sup>32</sup>

O capital agrário acumulado com as atividades de exportação de café não ficou restrito a essa esfera produtiva. Houve o envolvimento de fazendeiros da região com as atividades de modernização capitalista. Estas pessoas utilizavam o capital acumulado com o café para adquirirem ações e títulos de empreendimentos locais. Rita Almico observa esta participação

---

<sup>31</sup>A.,PIRES, op. cit. ,p. 2-4.

<sup>32</sup> Idem. p.5.

do capital agrário local na modernização do espaço urbano de Juiz de Fora. Ela estuda a transformação da riqueza em Juiz de Fora<sup>33</sup> mediante a análise de 751 inventários. Sua proposta era observar a riqueza, isto é, todos os bens acumulados por uma pessoa ao longo de sua vida. Do total analisado, 263 inventários correspondiam ao período 1870-1888, em que vigorava a escravidão e 468 aos anos compreendidos entre 1889 e 1914, ou seja, o início do trabalho livre e de transição econômica para o capitalismo.

Para o primeiro período (1870-1888), Almico aponta a existência de uma sociedade essencialmente agrária, vivendo no campo ou atrelada às atividades da lavoura de café. A tríade escravo-terras-café apresentava os principais ativos das riquezas. É o período de implementação da atividade cafeeira, processo que demandava mão-de-obra escrava para a crescente utilização de terras cultiváveis. Isso explica a tabela 3, em que o ativo escravo possui a maior média de participação nas riquezas (24,80%), seguidos respectivamente de terras (16,20%) e café (16,28%).

**Tabela 3:**  
**Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1870-1888**

<b>Escravos</b>	24,80
<b>Café</b>	16,28
<b>Animais</b>	2,42
<b>Terras</b>	16,20
<b>Casas</b>	7,51
<b>Benfeitorias</b>	2,84
<b>Objetos</b>	2,05
<b>Alimentos</b>	0,61
<b>Dívida ativa</b>	17,44
<b>Títulos</b>	6,14
<b>Ações</b>	3,39
<b>Terrenos</b>	0,30

Fonte: R., ALMICO, Idem, p. 102.

A partir de 1881, as dívidas ativas passaram a desempenhar um papel importante no total de ativos, ocupando o segundo lugar neste ano. Havia uma necessidade constante de crédito, feito nesse momento por emprestadores particulares de capital, dada a ausência de um

<sup>33</sup> Rita, ALMICO, *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*.

sistema bancário, o que caracteriza uma busca de proteção do patrimônio e um processo de financeirização da riqueza<sup>34</sup>. O destaque dos ativos que não se enquadram no que é chamado historiograficamente de riqueza tradicional (escravo, terra, café) – especificamente as dívidas ativas – aponta para mudanças. Surgiram as companhias locais (como a CME), apresentando-se como opções de destino para qualquer capital excedente, mediante a compra de ações. Estas tiveram uma participação de pouca relevância no total de ativos nesse primeiro período de análise, condição que mudou no período posterior à abolição<sup>35</sup>.

Para o período anterior à abolição, fundamentalmente a riqueza estava concentrada na terra. A atividade cafeeira regional para a exportação demandava grande quantidade de créditos para a manutenção e reprodução de uma atividade de altos custos. Os ativos das fortunas analisadas estavam direta ou indiretamente ligados à atividade cafeeira: mão-de-obra escrava, terras e o próprio café. Títulos e dívidas ativas estavam relacionados indiretamente com a atividade cafeeira. Mesmo assim, a minoria que controlava essa atividade conseguiu um acúmulo de riquezas expressivo e também sua diversificação com a atividade agroexportadora de café.<sup>36</sup>

A partir de 1889, os escravos deixaram de ser o destino principal de investimentos, observando-se o direcionamento para setores econômicos relacionados ao espaço da cidade. Além disso, entre os inventariados, o percentual daqueles que viviam no espaço urbano cresceu de 13,78% no período antes da abolição para 43,17% no pós-abolição. Respectivamente, a porcentagem dos que moravam na zona rural decresceu de 86,21% para 56,83%<sup>37</sup>.

Nos 468 inventários do período 1889-1914, constatou-se que os ativos títulos, terras e dívidas ativas passaram a figurar como os mais importantes do período posterior ao fim da escravatura. Além disso, outros ativos de pouca importância para o período anterior da análise figuraram com importante participação no montante da riqueza<sup>38</sup>. Uma nítida diversificação de riquezas pode ser observada, tendo-se como preferência para investimentos o espaço urbano. Como exemplo, o ativo casas, se no primeiro período representava 7,51% do total, no segundo período sua participação aumentou para de 16,13%. As ações seguiram o mesmo caminho: de 3,39% num primeiro momento, cresceram para 6,77% no segundo período. Os

---

<sup>34</sup> Idem, p. 101.

<sup>35</sup> Idem, p. 93.

<sup>36</sup> Idem, p. 105.

<sup>37</sup> Idem, p. 107.

<sup>38</sup> Idem, p. 118.

objetos pessoais passaram de 3,15% para 7,75% <sup>39</sup>. Todos estes ativos corroboram a constatação de uma urbanização crescente em Juiz de Fora. O comércio e a indústria eram incrementados e as oportunidades de investimentos em títulos e ações emitidos pelas companhias de transporte, eletricidade, têxteis, cervejarias, bancos, construção civil eram aproveitadas pelos agentes econômicos<sup>40</sup>. Esses dados estão condensados na tabela 4 a seguir.

**Tabela 4**  
**Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos)**

<b>Ativos</b>	<b>1889-1898</b>	<b>1899-1908</b>	<b>1909-1914</b>	<b>1889-1914</b>
<b>Terras</b>	19,64	18,32	19,57	19,12
<b>Dívida Ativa</b>	18,22	14,58	12,85	15,58
<b>Títulos</b>	16,55	15,01	19,00	16,55
<b>Casas</b>	16,13	19,36	21,00	18,50
<b>Café</b>	12,86	8,00	5,24	9,23
<b>Ações</b>	6,77	11,01	13,72	10,00
<b>Objetos pessoais</b>	3,15	7,75	4,00	5,12
<b>Animais</b>	2,97	2,30	2,24	2,54
<b>Benfeitorias</b>	2,37	2,72	1,0	2,19
<b>Terrenos</b>	0,93	0,71	1,12	0,89
<b>Alimentos</b>	0,45	0,22	0,09	0,28
	100	100	100	100

Fonte: R, ALMICO,. Idem, p. 123.

Outro elemento explicativo do desenvolvimento pelo qual passou a localidade é a disponibilidade de um sistema financeiro. Findada a escravidão, os investidores passaram a diversificar suas atividades empreendedoras, potencializando a tendência de constituição de um sistema bancário. Particulares e bancos atuavam como financiadores das atividades produtivas de Juiz de Fora. O Banco de Crédito Real era realizador tanto de funções comerciais quanto hipotecárias, e promotor de financiamentos tanto de curto prazo (desconto de notas, penhor, empréstimos em conta corrente, etc.) e longo prazo (hipotecas) <sup>41</sup>. Os crescentes depósitos nesta instituição permitiram-lhe captar recursos e distribuí-los sob forma de crédito, dinamizando a economia local e regional<sup>42</sup>. Entre o Banco de Crédito Real e a atividade de produção do café sempre ocorreu relações de muita proximidade, sendo que a composição das primeiras diretorias e a aquisição de ações foram marcadas pela participação de fazendeiros<sup>43</sup>. A existência do Crédito Real, dada a sua importante e essencial participação no seio da economia de Juiz de Fora, é a evidência de um sistema bancário próprio, captador

<sup>39</sup> Idem, p. 125.

<sup>40</sup> Idem, p. 137,138.

<sup>41</sup> A., PIRES, op. cit, p. 208.

<sup>42</sup> Idem, p. 212

<sup>43</sup> Idem, p. 207,208.

de recursos por depósitos, distribuindo-os por diferentes modos (descontos de notas, empréstimos em contas correntes, renovações de débitos etc.)<sup>44</sup>.

Em suma, estudar Juiz de Fora é acompanhar uma trajetória de mudanças em seu espaço urbano, análoga àquela que os grandes centros urbanos do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, experimentavam no final do século XIX e início do século XX. Juiz de Fora teve seu desenvolvimento atrelado ao funcionamento da lavoura cafeeira para exportação. Esta foi a condição fundamental para o impulso de transformação econômica, mediante a concretização de uma estrutura urbano-industrial, possibilitada por investimentos de capital acumulados com a atividade agro-exportadora de café, principalmente a partir do fim da escravidão. Hierarquicamente, a cidade apresentava-se para as outras localidades da Zona da Mata Mineira (principalmente a partir da constituição de um sistema de transporte ferroviário a partir da década de 70) como centro de um complexo regional, local privilegiado para a internalização de recursos financeiros gerados interna e externamente à cidade. Tratava-se de um empório comercial e centro atacadista, desempenhando uma função importante de articulação e distribuição de produtos demandados por outras cidades mineiras, servindo como opção de abastecimento, dada a sua proximidade com o Rio de Janeiro. De acordo com Anderson Pires, Juiz de Fora desempenhava as mesmas funções condignas de:

“um centro comercial por excelência, canalizador e distribuidor de um fluxo de mercadorias que, produzidas domesticamente ou importadas, constituíam parte integrante fundamental para a reprodução de economias regionais, agroexportadoras ou não.”<sup>45</sup>

Cabe agora observar os reflexos proporcionados pela utilização da eletricidade na atividade industrial de Juiz de Fora.

---

<sup>44</sup> Idem, p. 252.

<sup>45</sup> Idem, p. 383.

## CAPÍTULO 2: ELETRICIDADE E ECONOMIA

### 2.1 A eletricidade no cotidiano brasileiro

A eletricidade é uma forma de energia, não uma fonte<sup>46</sup>. Os dínamos e geradores elétricos são conversores de água, vapor em corrente, que então pode ser armazenada em baterias ou usada de forma direta na iluminação, aquecimento ou comunicação, ou transformada em movimento através de motores.

Cabe aqui uma diferenciação entre a termelétrica e a hidrelétrica. A energia elétrica não substituiu o vapor ou a energia hidráulica, mas interferiu no processo de transmissão. Um gerador elétrico é responsável pela geração de corrente (energia eletromagnética), ou seja, pela conversão da energia mecânica existente no movimento da roda de água ou de um motor a vapor em corrente elétrica. A energia eletromagnética gerada é transportada por um fio até um motor que a reconverterá em energia mecânica. A geração da eletricidade em qualquer usina segue um mesmo princípio: uma fonte de energia faz girar uma turbina ligada mecanicamente a um gerador. Porém, dependendo do tipo de usina geradora, a operação de um sistema elétrico torna-se diferente.

Nas usinas termelétricas, as turbinas são acionadas por vapor superaquecido produzido pela queima de combustíveis fósseis (carvão, óleo ou gás), ou ainda pelo calor produzido pela fissão nuclear. O custo de operação dessas usinas é basicamente função do custo dos combustíveis utilizados. Nas usinas hidrelétricas, dois fatores são preponderantes: a quantidade de água que aciona as turbinas e a altura da queda da água, dada pela distância vertical entre o nível da água do reservatório e aquele em que se encontra a turbina. Como o nível da água depende da quantidade acumulada no reservatório, a produção de energia é função desse armazenamento<sup>47</sup>.

A implantação de uma usina termelétrica custa menos que uma hidrelétrica. Isto ocorre devido à necessidade das obras demoradas e complexas de construção de barragens. Contudo, a manutenção de uma hidrelétrica é menor que de uma termelétrica. O

---

<sup>46</sup> Estas são quedas d'água; carbono combustível em forma de hulha, madeira, gás, petróleo; o sol; e substâncias químicas que liberam calor ou corrente elétrica nas reações. In: David., LANDES, *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*, p.285.

<sup>47</sup> Sergio, LAMARÃO, *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)*, p. 21,22.



funcionamento destas está atrelado à compra do combustível (petróleo, carvão, etc.) para a geração da energia. Em compensação, nas hidrelétricas, as despesas de manutenção são reduzidas e não há custos com combustível. O sol se responsabiliza por fazer a água evaporar e assim alimenta em forma de chuva as represas.<sup>48</sup>

A capacidade de geração de energia elétrica é um elemento indicativo do desenvolvimento econômico, evidenciando o crescimento urbano e industrial. O desenvolvimento industrial brasileiro, ao contrário da Europa, não está atrelado à utilização do carvão como fonte energética. A utilização de geradores elétricos como agentes da industrialização brasileira foi preponderante, não se observando a máquina a vapor como elemento principal desse processo.

Graças ao crescimento das exportações brasileiras foi possível, desde o final do Império, modernizar a infra-estrutura de serviços no Brasil. Uma gama variada de serviços estava sendo instalada no país. Ferrovias, portos, telégrafo, telefone, iluminação pública, linhas de bondes são exemplos da infra-estrutura desenvolvida, financiada em grande parte pelas empresas dos países mais desenvolvidos. No Brasil, a Inglaterra destacou-se como o país de maior investimento externo até a Primeira Guerra Mundial. Finalizado o conflito, esse papel foi assumido pelos Estados Unidos.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1879, tem início a iluminação permanente da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, marco inaugural do serviço de iluminação por eletricidade, passando a ser sistematizado significativamente por volta da década de 1890, principalmente a partir da iluminação da Avenida Central em 1905<sup>49</sup>. Campos foi a primeira cidade a contar com a iluminação de suas ruas, em 1883. O envolvimento das elites locais permitiu que a eletricidade também iluminasse cidades como Rio Claro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, entre outras.

A utilização da eletricidade foi rapidamente difundida, principalmente a partir dos últimos 25 anos do século XIX. Tal difusão é explicada pelas vantagens que esta forma de energia oferecia: sua transmissibilidade e sua flexibilidade. Passível de ser transportada a grandes distâncias sem grandes perdas; além de poder ser transformada em outras formas de energia como calor e luz, a eletricidade se configurava como uma forma de energia

---

<sup>48</sup> Loc. Cit.

<sup>49</sup> A construção da Avenida Central está atrelada ao processo de ampla reforma que o Rio de Janeiro passava a partir do início do século XX. Pretendendo construir uma avenida “*que cortasse o centro da cidade e interligasse o porto ao núcleo comercial, facilitando o fluxo de mercadoria e de pessoas*”, ocorreu uma intervenção drástica do espaço para sua construção. Demolições, expulsão dos moradores do centro para se construir edifícios condizentes com o ideário de civilização. 07/09/1904: data de inauguração de um trecho da avenida. 15/11/1905: a segunda inauguração da Avenida Central, em que a energia elétrica já fazia parte daquele espaço. In: Claudia, RICCI. *O endereço da civilização*. p.42-48.

extremamente vantajosa. Mas existiam outros benefícios: nas máquinas mecânicas, os motores teriam um menor desgaste, suas velocidades poderiam ser ajustáveis de acordo com a necessidade, os equipamentos seriam mais limpos e silenciosos<sup>50</sup>.

Com efeito, a eletricidade tem a faculdade de deslocar a energia no espaço, através de longas distâncias e sem grandes perdas, necessitando para isso de apenas dois fios, de alguns milímetros de diâmetro, ao contrário das grandes tubulações para petróleo ou gás, ou dos grandes recipientes para o carvão. Ela encerra também a faculdade de se converter, com facilidade e bom rendimento, em outras formas de energia - calor, luz e movimento. Uma corrente elétrica pode produzir, indiferentemente, estas três formas de energia, separadamente ou em conjunto, e o usuário pode passar de uma a outra à vontade. Ele pode ainda dosar exatamente a quantidade de força motriz desejada, grande ou pequena, e pode mudá-la se necessário sem perder tempo com adaptações e sem sacrificar o efeito útil. Outra vantagem da eletricidade reside na “limpeza” com que pode ser gerada (ausência de fumaça ou cheiro).<sup>51</sup>

Diante das dificuldades de investimentos públicos e pela crescente demanda de energia elétrica, tanto para as indústrias, quanto para os serviços urbanos, uma política de concessões à iniciativa de empresas particulares passou a ser praticada. Verificamos assim, a instalação de empresas estrangeiras no processo de eletrificação de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1899, foi constituída no Canadá a São Paulo Railway, Light and Power Company Ltd. Seu nome sofreu uma alteração no mesmo ano, quando a palavra Railway foi substituída por Tramway. São Paulo reunia as condições desejáveis para a atuação da empresa no transporte coletivo por tração elétrica e de geração e distribuição de energia elétrica: diversidade de atividades comerciais, crescimento populacional constante, empreendimentos fabris e estabelecimentos bancários. Em pouco tempo esta empresa já possuía o monopólio dos serviços de bondes elétricos e fornecimento de eletricidade na cidade paulista<sup>52</sup>. Em 1905, as atividades da Light foram estendidas para a capital da República, então o Rio de Janeiro. Um ano antes, em Toronto, foi constituída a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd. Assim como em São Paulo, a companhia atuou de forma monopolista na capital federal, prestando os serviços de iluminação elétrica, fornecimento de gás, de bondes e de telefonia. Com o crescimento da demanda de eletricidade em São Paulo houve a necessidade de ampliação das atividades, resultando na constituição da São Paulo Electric Company Ltd, em 1910. Sua atuação foi estendida ao interior do Estado de São Paulo.

---

<sup>50</sup> Gildo, MAGALHÃES. *Força e luz*, p. 30,31.

<sup>51</sup> S., LAMARÃO, Capítulo 2, op. cit, p. 1,2.

<sup>52</sup> Paulo, CACHAPUZ (coord), *Panorama do setor de energia elétrica*, p.44-50.

Tratava-se então de uma empresa holding, atuante no eixo Rio - São Paulo, região brasileira mais desenvolvida e que concentrava os serviços de energia elétrica, bondes e telefones.<sup>53</sup>

O período que se pretende estudar (1889-1915) para a cidade de Juiz de Fora está inserido no contexto de crescimento da utilização da energia elétrica no país. Até a década de 1910, a geração de eletricidade pautou-se na constituição de pequenas usinas geradoras em diferentes cidades brasileiras. Inicialmente sua produção foi observada na iluminação pública, para o funcionamento dos bondes e nas indústrias (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo) como força motriz. Entre os anos de 1880 e 1910, já estavam em funcionamento no Brasil 30 usinas elétricas, sendo que um terço estava instalado no estado de São Paulo. Por todo o país, foram formadas usinas térmicas ou hidráulicas que pertenciam a empresas de caráter local, destinadas ao atendimento de um único município. Além disso, algumas indústrias possuíam suas próprias instalações autoprodutoras.

O processo de eletrificação de Juiz de Fora é um exemplo compartilhado das transformações pelas quais passava o país, assim como típico das características presentes em relação às condições referentes à formação geológica e geográfica brasileira. Na cidade mineira, a hidroeletricidade passou a ser utilizada pioneiramente através das atividades desempenhadas inicialmente pela usina Marmelos, construída pela Companhia Mineira de Eletricidade, empresa local de energia elétrica. A empresa era responsável pelo fornecimento para a iluminação de ruas e domicílios, assim como para a atividade industrial. A mesma Companhia era a realizadora dos serviços de viação urbana, do transporte via bondes elétricos, etc.

## **2.2 A Companhia Mineira de Eletricidade**

Se, como observado, a cidade mineira reunia as condições necessárias de implantação de um processo de transição do fundamento agro-exportador cafeeiro para um urbano-industrial, cabe então atentarmos para a importância e inserção da Companhia Mineira de Eletricidade (CME) nesse movimento. Visivelmente houve o aumento do número de estabelecimentos industriais após a instalação dessa companhia. Isso nos leva a inferir sobre a importância que a eletricidade gerada na localidade teve como uma das condições infra-estruturais para a transformação de Juiz de Fora no pólo industrial de Minas Gerais até a década de 30 do século XX.

---

<sup>53</sup> Idem, p. 51-57.

A constituição da Companhia Mineira de Eletricidade ocorreu por iniciativa do industrial Bernardo Mascarenhas. Este homem é de grande importância no processo de modernização de Juiz de Fora. Sua atuação na cidade da Zona da Mata estava inclinada para a viabilização – tanto na produção quanto na mentalidade – de um projeto capitalista. Sua trajetória profissional remonta a 1872, quando fundou a fábrica têxtil Cedro, em Tabuleiro Grande, em parceria com familiares. Bem sucedida, a família Mascarenhas promoveu a fusão entre a Cedro e sua outra fábrica, a de Cachoeira. Em 1885, surgiu a Cedro & Cachoeira S/A. Mascarenhas realizou diversas viagens por países em estágio avançado de industrialização, como os Estados Unidos, França e Inglaterra. Entrou em contato com maquinismos modernos disponíveis no mercado para a indústria têxtil, como também com as novas invenções, dentre elas a eletricidade.

Após a morte do pai, em 1886, Bernardo foi a Juiz de Fora onde estabeleceu contato com Francisco Baptista de Oliveira e entusiasmou-se em transferir-se para a cidade mineira. Seu desligamento da Cedro Cachoeira aconteceu em 1887, logo assim que o detentor do contrato de iluminação pública por gás da localidade, Maurício Arnade, o transferiu para controle de Mascarenhas. Ao mudar-se para o município da Zona da Mata, Bernardo Mascarenhas tinha como propósito a instalação de uma fábrica de tecidos e o desenvolvimento da iluminação da cidade, de seu espaço urbano, mediante eletricidade gerada por uma usina hidrelétrica. Mas por que Juiz de Fora? Além das potencialidades industriais – uma mão-de-obra imigrante barata, em grande quantidade; proximidade com o Rio de Janeiro; a possibilidade de multiplicação e diversificação de investimentos – o entusiasmo pela possível geração de energia elétrica era um grande atrativo, mediante exploração de um potencial de 3000 CV<sup>54</sup> (cavalos) de uma cachoeira do rio Paraibuna, a seis quilômetros da sede.

Bernardo Mascarenhas solicitou a mudança de contrato de iluminação pública de gás para eletricidade à Câmara Municipal, em 1887. A defesa do emprego da eletricidade foi executada com grande empenho por Mascarenhas, ocorrendo a citação de vantagens como segurança nos espaços por onde ocorresse sua instalação, principalmente se comparada à utilização do gás, além da economia gerada por sua utilização. Assim foi afirmado:

O abaixo assinado (...) vem respeitosamente propor a ilustríssima Câmara a alteração do contrato no sentido de ser adotada a iluminação elétrica, hoje reconhecida como de grande vantagem sobre o gás e já adotada nas grandes cidades americanas e européias. Perfeitamente divisível, firme, inexplorável, não absorvendo oxigênio, não emitindo gás carbônico e quase nenhum calor, é a luz

---

<sup>54</sup> Foram consideradas as seguintes relações para a conversão: 1HP= 0,7457 Kw e 1cv= 0,7355 Kkw.

incandescente hoje reconhecida por autoridades científicas como a mais sadia e conveniente para as habitações, sendo também pela composição de seus raios a que mais se aproxima da luz solar e por isso mesmo a menos prejudicial à vista.<sup>55</sup>

Para além das vantagens da eletricidade, como melhor alternativa de força em comparação ao gás, o suplicante ofereceu outras vantagens para conseguir a alteração do contrato. Dentre elas, destacamos o dobro de luz, isto é, de 2600 velas para no mínimo 5200 velas e pelo mesmo preço. Garantia ainda que o preço estipulado para a iluminação particular teria uma diferença de 15% em relação ao gás, além do preço estipulado ser fixo, uma vez que a eletricidade não dependeria da importação de carvão. Em 5 de dezembro de 1887, foi concedida a permissão para o desenvolvimento da iluminação pública. O número de lâmpadas no perímetro urbano foi estabelecido em 40, além de ser cogitada a possibilidade de fornecimento de lâmpadas a particulares.

Bernardo Mascarenhas teve participação nas empresas de infra-estrutura, constituídas na localidade mineira: Companhia Construtora Mineira de 1887, Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais em 1887, Banco Territorial e Mercantil de 1887, Companhia Mineira de Eletricidade em 1888, Fábrica de Tecelagem Bernardo Mascarenhas em 1888, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A em 1889, Companhia Mineira de Juta de 1893, Academia de Comércio em 1894.<sup>56</sup> Seu envolvimento em atividades econômicas<sup>57</sup> ganhou espaço e apoio de fazendeiros, comerciantes e demais industriais. Observa-se a origem de capitais advindos do setor primário, do comércio, e do setor de profissionais liberais, em que até verificamos a repetição de alguns nomes. Na tabela 5, estão relacionados os primeiros acionistas da CME. A família Mascarenhas – representada por nove industriais, três fazendeiros-industriais e um médico-industrial – controlava 56,8% das ações. As demais ficavam divididas entre fazendeiros, comerciantes, industriais e profissionais liberais. Das 1500 primeiras ações, cerca de 1077 (71,80%) ficaram nas mãos de investidores locais, além

---

<sup>55</sup> Paulino, OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora.*, p. 113-115.

<sup>56</sup> Maraliz,CHRISTO, “*A Europa dos pobres*”: *a Belle Époque mineira*, p.76.

<sup>57</sup> Em seu inventário “o industrial Bernardo Mascarenhas, falecido em 1899, possuía fortuna de 1:165:467\$634 contos de réis. Os principais ativos eram 27,95% em ações (325:770\$500 contos de réis) da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Cia. Estrada de Ferro Leopoldina, Cia. Tecidos de Juta, BCRMG, Cia. Mineira de Eletricidade e Cia. Construtora Mineira. Suas dívidas ativas representavam 23,40% do total de sua riqueza, sendo de natureza diversa, com vários devedores, além do BCRMG e da Cia. Cedro e Cachoeira. Em matéria-prima, mercadorias e maquinários, Bernardo Mascarenhas possuía 267:951\$388 contos de réis (22,99%). Esse indivíduo foi o responsável pela vinda da luz elétrica para Juiz de Fora, possuindo também uma cachoeira (sic) (85:000\$000 contos de réis), um gerador de 3.000 cavalos e maquinismos localizados nessa cachoeira para geração de luz elétrica.” (In: Rita, ALMICO, *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*, p. 113.)

dos integrantes da família Mascarenhas, vindos de outras regiões de Minas Gerais, sem ocorrer nenhuma participação de investidores do Rio de Janeiro<sup>58</sup>.

A Companhia Mineira de Eletricidade está inserida no projeto modernizante de Juiz de Fora, tornando-se um importante componente neste processo. Naquela época, investir em ações representava uma inclinação para novas formas de investimentos identificadas com a expansão capitalista da economia com o objetivo de preservação do patrimônio. Se até a Abolição, a aquisição de escravos era o principal investimento para os donos de grandes fortunas manterem a sua riqueza, a partir de então, e cada vez mais, a diversificação dos investimentos para outros campos econômicos seria a estratégia adotada pelos detentores de capital. Isso pôde ser observado em termos nacionais e também na cidade mineira onde se intensificaram os investimentos no setor urbano do município.

A CME marca, como outras sociedades anônimas, um traço típico de um mercado financeiro, na medida em que necessita de recursos e poupanças locais disponíveis a serem adquiridos via emissões de ações e de títulos de débito e investidos no financiamento, ampliação ou o que fosse preciso pela empresa<sup>59</sup>. Entre 1887 e 1899, surgiram 18 sociedades anônimas em Juiz de Fora – maior número dentre todos os períodos – incluindo a CME. Esta empresa encontrou no próprio espaço financeiro local as chances de obtenção de recursos da maneira acima citada. Na tabela 6, observamos as atividades de captação de recursos da companhia, mediante o lançamento de ações e debêntures.

---

<sup>58</sup> Anderson, PIRES, *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*, p. 302.

<sup>59</sup> A, PIRES, op. cit, p. 290, 338.

**Tabela 5**  
**Companhia Mineira de Eletricidade/ Relação dos Primeiros Acionistas (1888)**

<u>ACIONISTAS</u>	<u>AÇÕES</u>	<u>OCUPAÇÃO</u>
<u>Bernardo Mascarenhas</u>	<u>400</u>	<u>Industrial</u>
<u>D. Policema P.S. Mascarenhas</u>	<u>100</u>	<u>Fazendeiro-Industrial</u>
<u>Francisco Mascarenhas</u>	<u>78</u>	<u>Industrial e fazendeiro</u>
<u>Vitor Mascarenhas</u>	<u>50</u>	<u>Industrial</u>
<u>Caetano Mascarenhas</u>	<u>50</u>	<u>Industrial</u>
<u>Dr. Viriato D. Mascarenhas</u>	<u>35</u>	<u>Industrial</u>
<u>Teófilo M. Ferreira</u>	<u>30</u>	<u>Industrial</u>
<u>Elvira D. Mascarenhas</u>	<u>25</u>	<u>Industrial</u>
<u>Dr. Pacífico Mascarenhas</u>	<u>20</u>	<u>Médico e Industrial</u>
<u>Bernardo F. Pinto</u>	<u>20</u>	<u>Fazendeiro-Industrial</u>
<u>Antônio D. Mascarenhas</u>	<u>20</u>	<u>Industrial</u>
<u>Altivo Diniz Mascarenhas</u>	<u>15</u>	<u>Industrial</u>
<u>Antônio Augusto Mascarenhas</u>	<u>10</u>	<u>Industrial</u>
<u>Bento Xavier (Carneiro?)</u>	<u>125</u>	<u>Comerciante ou Industrial?</u>
<u>Barão e Baronesa de Juiz de Fora</u>	<u>100</u>	<u>Fazendeiro</u>
<u>Francisco Eugênio Resende</u>	<u>97</u>	<u>Fazendeiro</u>
<u>Francisco Baptista de Oliveira</u>	<u>70</u>	<u>Comerciante</u>
<u>Dr. Bernardino Silva</u>	<u>40</u>	<u>Advogado e Político</u>
<u>Barão de Santa Helena</u>	<u>30</u>	<u>Fazendeiro, Político, Banqueiro, Diretor da ferrovia União Mineira</u>
<u>Frederico Ferreira Lage</u>	<u>25</u>	<u>Fazendeiro</u>
<u>Dr. Alfredo Ferreira Lage</u>	<u>25</u>	<u>Advogado, Proprietário de prédios urbanos</u>
<u>Francisco F. de Assis Fonseca</u>	<u>20</u>	<u>Fazendeiro</u>
<u>Manoel Vidal Barbosa Lage</u>	<u>20</u>	<u>Fazendeiro, Político, Fundador Diretor Ferrovia União Mineira</u>
<u>Dr. Azarias José de Andrade</u>	<u>20</u>	<u>Médico e Industrial</u>
<u>Carlos José Pereira</u>	<u>10</u>	<u>Fazendeiro</u>
<u>Dr. Fernando Lobo L. Pereira</u>	<u>10</u>	<u>Advogado, Político, Diretor B.C.R. e Banco do Brasil</u>
<u>Manoel Matos Gonçalves</u>	<u>10</u>	<u>Fazendeiro, Banqueiro</u>
<u>J. Pereira de Moraes</u>	<u>10</u>	<u>Fazendeiro(?)</u>
<u>J.B. de Oliveira e Souza</u>	<u>10</u>	<u>Comerciante</u>
<u>Dr. Francisco Vicente Gonçalves Pena</u>	<u>25</u>	<u>Profissional Liberal</u>

Fonte: M, CHRISTO, op. cit, p. 84.

**Tabela 6**  
**Movimento Financeiro da Companhia Mineira de Eletricidade – Lançamento de Ações e Debêntures**

<i>Data/fonte</i>	<i>Operação</i>	<i>Valor</i>
<i>OP 15/01/1888</i>	<i>Subscrição de capital</i>	<i>150:000\$</i>
<i>OP 27/09/1890</i>	<i>Aumento de capital</i>	<i>150:000\$</i>
<i>OP 17/05/1894</i>	<i>Aumento de capital</i>	<i>500:000\$</i>
<i>JC 19/02/1905</i>	<i>Emissão de debêntures</i>	<i>350:000\$</i>
<i>JC 23/06/1911</i>	<i>Emissão de debêntures</i>	<i>470:000\$</i>
<i>OP 05/01/1912</i>	<i>Aumento de capital</i>	<i>600:000\$</i>
<i>DM 18/10/1914</i>	<i>Emissão de debêntures</i>	<i>580:000\$</i>

Fonte: A, PIRES, op. cit, p. 330.

- OP, O Pharol; JC, Jornal do Comércio; DM, Diário Mercantil.

Em fevereiro de 1888, Mascarenhas encaminhou o plano de iluminação elétrica da cidade e encomendou da Max Nothman Cia. os equipamentos necessários para a efetivação da iluminação. Foi elaborado um complexo esquema de instalação elétrica para a cidade.<sup>60</sup> Seriam utilizadas correntes alternadas em alta tensão por serem um tipo de corrente de mais fácil de transmissão a longas distâncias<sup>61</sup>, caso dos 6 quilômetros entre a usina Marmelos e a sede da CME. A usina Marmelos 0 (Zero) tem um significado importante para a cidade, diante do pioneirismo de ser uma das primeiras usinas a gerar eletricidade numa quantidade considerável para atender à demanda de uma população que crescia. Representou também uma conquista ao permitir que as máquinas ficassem distantes de suas fontes de energia, o que antes não acontecia, como forma de evitar seu desperdício.

Para início das atividades, 250 Kw de potência foram instalados, distribuídos em dois grupos geradores monofásicos de 125Kw cada um. Em 1892, a potência instalada foi aumentada em mais 125 Kw após instalação de outro gerador. Em 1896 foi inaugurada a segunda usina com dois grupos geradores bifásicos de 300 Kw cada, elevando-se a potência instalada para 600 Kw que substituíram a energia elétrica gerada pela primeira usina. O terceiro grupo entrou em serviço em 1905, havendo elevação de potência para 900Kw. Em 1910, a potência foi elevada a 1200 Kw, mediante inauguração do 4º grupo. Esses dados estão condensados na tabela abaixo.

**Tabela 7**  
**Potência instalada sob a direção do Grupo Mascarenhas.**

<i>Ano/ Usina</i>	<i>Potência Instalada</i>	<i>Potência total instalada</i>
<i>1889 (Us. 0)</i>	<i>250 KW</i>	<i>250 KW</i>
<i>1892 (Us. 0)</i>	<i>125 KW</i>	<i>375 KW</i>
<i>1896 (Us. 1)</i>	<i>600 KW</i>	<i>600 KW</i>
<i>1905 (Us. 1)</i>	<i>300KW</i>	<i>900 KW</i>
<i>1910 ( Us. 1)</i>	<i>300 KW</i>	<i>1200 KW</i>

Fonte: José, HARGREAVES, *A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para instalação de novas indústrias*. p. 31.

<sup>60</sup> A iluminação seria feita por correntes alternativas de 1500 a 2000 volts que alimentariam 40 lâmpadas de arco de força de 100 velas, instalação de circuito paralelo. As luzes particulares seriam fornecidas por uma corrente de 90 a 100 volts. A usina Marmelos 0 teria dois dínamos movidos por turbinas verticais, ou eixos horizontais, dispostos para trabalharem em combinação ou de forma independente, sendo que cada dínamo teria força suficiente para o sustento de 50 lâmpadas de arco de 1000 velas e 500 incandescentes de 16 velas. Apenas um dos dois dínamos deveria ter a capacidade de garantir todo o serviço caso houvesse um imprevisto ou defeito nos equipamentos. Para a manutenção de uma tensão constante nos circuitos, a usina seria dotada por aparelhos medidores e reguladores do fornecimento de eletricidade. A corrente seria de alta tensão, era levada por seis quilômetros, da “fábrica de eletricidade” até a Estação Central. De lá essa corrente era distribuída por circuitos secundários pelas diferentes ruas da cidade. (In: Carlos, BOTTI, *Companhia Mineira de Eletricidade*, p.32)

<sup>61</sup> David, LANDES, *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*, p. 294.



Em 1911, a CME passou a ser controlada acionariamente por um grupo agentes do capital agrário, Assis- Penido. Esse grupo projetou a construção da Usina 2 de Marmelos, que contaria com quatro geradores trifásicos de 600 Kw cada um. Em 1915, duas unidades foram inauguradas, havendo uma acréscimo à potência instalada de mais 1200 Kw.<sup>62</sup>

A caracterização da CME era como uma espécie de *holding* – uma pequena Light – monopolizando os serviços coletivos (energia elétrica, transporte urbano coletivo e telefone) além do fornecimento de força motriz, potencializando os lucros da empresa ao garantir uma maior rentabilidade. A força motriz seria o carro-chefe de investimentos da companhia. Os outros serviços também seriam área de exploração de aplicabilidade da eletricidade. Mas eles consumiam menos energia. A indústria apresentava-se então como o grande interesse de atuação da Companhia Mineira de Eletricidade.

(...) a Companhia Mineira de Eletricidade, uma espécie de holding do setor de serviços públicos controlando exatamente aqueles serviços de maior rentabilidade, ou seja, transportes urbanos, força motriz e telefone não tendo, em nenhum momento interferido a nível de investimentos no setor menos rentável e diretamente relacionado às condições de sobrevivência no espaço urbano, isto é, água, esgoto e arruamento que ficaram desde cedo a cargo do poder público. (...) o aspecto de rentabilidade capitalista inerente a setores de transporte e energia justifica-se pelo fato de o primeiro representar a continuação do processo de reprodução dentro do processo de circulação sendo o seu lucro decorrente da mais-valia inerente ao trabalho assalariado no setor. Por outro lado, o setor energético tem seu valor transmitido à mercadoria dentro do processo produtivo, sendo assim a base de prosperidade da indústria.<sup>63</sup>

Se o financiamento das atividades industriais estava garantido, que papel desempenharia a Companhia Mineira de Eletricidade? Quais seriam os reflexos sob a industrialização de Juiz de Fora? Que nível de eletrificação caracterizou a economia da cidade juiz-forana?

### **2.3 Reflexos da eletricidade sobre a industrialização de Juiz de Fora**

---

<sup>62</sup> José, HARGREAVES, A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para instalação de novas indústrias. p. 33.

<sup>63</sup> Sonia, MIRANDA, *Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. p. 154,155.

Tivemos ontem ocasião de assistir a uma das mais belas festas que se tem visto nesta cidade, não só pela extraordinária solenidade de que se revestiu, como pelos fecundos resultados que delas virão para o progresso industrial de Juiz de Fora.

Às duas horas da tarde entramos no edifício pertencente a Companhia Mineira de Eletricidade, situado no ponto de junção das ruas Quinze de Novembro e Espírito Santo. Esse edifício é destinado à distribuição da eletricidade, gerada na usina da Companhia, a oito Kilometros da cidade, e nele se acha perfeitamente instalada a elegante tábua de distribuição, munida de todos os aparelhos para um serviço perfeito.

(...)

Terminada aquela cerimônia, o Exmo. Sr. Coronel Dr. Francisco de Paula Ferreira e Costa, a convite do proprietário do estabelecimento, dirigiu-se ao pequeno compartimento onde se acha instalado o motor elétrico e aí fez a ligação deste com a polia mestra, que recebe o impulso geral, ainda ao som do hino nacional.

Nesse instante e com prodigiosa prontidão todos os maquinismos se puseram em movimento, trabalhando incontinentemente 60 teares, chalandras, urdideiras, dobradeiras, etc.<sup>64</sup>

A Tecelagem Mascarenhas passou a contar com um motor de trinta cavalos de força. Este foi o ato inaugural da CME de fornecimento de força motriz para as indústrias interessadas. Muitos outros eventos de inauguração de motores elétricos se repetiriam ao longo dos anos. Procuramos explicações nas fontes pesquisadas sobre a demora de quase uma década na inauguração de motores elétricos na cidade. Não encontramos, o que nos leva a suscitar algumas hipóteses. A primeira refere-se à potência instalada na cidade: até 1896, a cidade só contava com 375 Kw, o que poderia ser insuficiente para atender às unidades fabris. Somente neste ano, ocorreu a inauguração da segunda usina da CME, elevando-se a potência para 600 Kw, talvez suficiente para o fornecimento de força motriz. A segunda questão tem relação com a provável relutância de empresários locais em substituir seus motores a vapor ou petróleo pelos elétricos. Antes da CME, as empresas constituídas em Juiz de Fora teriam de ser autoprodutoras de sua energia. Nos primeiros anos após constituição da CME, deveria ser mais cômodo continuar gerando sua própria energia do que contratar os serviços da empresa. A medida que o preço da eletricidade tornou-se mais atrativo que o do carvão e do petróleo, verificaríamos a adoção desse tipo de energia fornecida pela CME.

Nas primeiras décadas de eletrificação, a indústria passa a ser uma das funções urbanas que determinam um processo de diferenciação de Juiz de Fora em relação às demais localidades da região mineira. O período de análise é justamente quando a eletricidade foi incorporada ao âmbito industrial, representando o início de uma nova fase de desenvolvimento neste setor produtivo e do espaço urbano. A eletricidade assumia seu lugar

---

<sup>64</sup> Jornal do Comércio. 28/08/1898. p.1, c.1,2,3.

enquanto valiosa mercadoria e de grande aceitação<sup>65</sup>. É patente sua condição de paradigma tecnológico, uma mudança técnica significativa na cidade mineira. A CME aproveitou todas as oportunidades de investimento geradas a partir da gama de aplicações da eletricidade em serviços públicos citadinos. Ou seja, a eletricidade empregada na atividade industrial representava a agregação de valor no setor produtivo. As instalações fabris faziam questão de fazer propaganda de sua utilização em sua produção.

A industrialização de Juiz de Fora se caracterizou pela grande importância de pequenas e médias empresas fabris. O capital aplicado em sua constituição não era grande, geralmente a quantidade de sócios era pequena, havendo uma participação de amigos e parentes (características da CME). Ademais, como o crédito comercial de curto prazo<sup>66</sup> apresentava-se como um importante instrumento para o seu financiamento; os investimentos e diversificações das unidades fabris ocorriam a partir do lucro obtido, sendo este reinvestido<sup>67</sup>.

Em comparação a todo o território mineiro, Juiz de Fora foi a cidade que mais concentrou a indústria, caracterizada por unidades maiores, com uma maior capacidade de produção e mais capitalizadas. Se esta comparação for feita em relação a centros maiores, inevitavelmente as conclusões a que chegaremos é de que a estrutura da indústria na cidade mineira é inferior quanto ao capital, ao valor da produção e ao número de operários por instalação<sup>68</sup>. Tratava-se de uma industrialização periférica frente aos grandes centros do país, mas de grande importância para a economia regional. Entre 1907 e 1908, a maior parte das indústrias estava relacionada à produção de bens de consumo leves, setores como alimentos, bebidas, calçados, móveis, moagem de cereais, curtume e artigos de couro, cigarros (de acordo com a tabela abaixo).<sup>69</sup>

**Tabela 8**  
**Indústrias existentes em Juiz de Fora – 1907/1908**

<i>Setor</i>	<i>Número de Indústrias</i>
<i>01. Cerveja e Bebidas</i>	<i>07</i>
<i>02. Tecelagem e Malharia</i>	<i>06</i>
<i>03. Laticínios</i>	<i>06</i>
<i>04. Fundição e Mecânica</i>	<i>05</i>
<i>05. Curtume e Artigos de Couro</i>	<i>05</i>
<i>06. Alimentícia (doces, massas e banha)</i>	<i>05</i>
<i>07. Cerâmica</i>	<i>04</i>
<i>08. Calçados</i>	<i>04</i>
<i>09. Fumos Preparados</i>	<i>03</i>

<sup>65</sup> Helena, LORENZO, *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial de São Paulo, 1880-1940*. p. 13.

<sup>66</sup> Este elemento era fundamental, dada a escassez de liquidez na economia. Sendo assim, conceder crédito era garantir a circulação de mercadorias, garantindo uma possibilidade de maiores vendas e maior lucratividade. A, PIRES, p. 257, 258.

<sup>67</sup> Idem, p. 256,257.

<sup>68</sup> A, PIRES, op.cit, p. 79,80.

<sup>69</sup> Idem, p.84.

<b>10. Móveis</b>	03
<b>11. Tintas</b>	03
<b>12. Moagem de cereais</b>	02
<b>13. Ladrilhos</b>	01
<b>14. Sabão e Velas</b>	01
<b>15. Perfumaria</b>	01
<b>16. Vassouras</b>	01
<b>Total</b>	<b>57</b>

Fonte: A, PIRES, p. 84.

A vinculação entre o desenvolvimento industrial e o setor agro-exportador é patente. No setor têxtil, a produção destinava-se ao consumo de um mercado assalariado, representado em parte pelo setor agrícola.<sup>70</sup> Entre 1890 e 1915, a população urbana de Juiz de Fora variou entre 13.000 e 24.00 habitantes.<sup>71</sup> Pouco a pouco, o mercado urbano da cidade passa a ser sustentador da indústria local.<sup>72</sup>

As fontes jornalísticas informam sobre a industrialização da cidade mineira. Cabe adotar a verificação do processo de instalação de algumas unidades fabris, ao mesmo tempo dando maior atenção às instalações que mais se eletrificaram. A partir de 1898, começaremos a observação das indústrias que se mecanizavam, a partir do fornecimento de força motriz pela CME. A análise das fontes permite-nos dizer que a eletrificação das atividades industriais na localidade estendeu-se no tempo.

Para o ano de 1900, obtivemos duas notícias a respeito da instalação de motores: um elétrico na fábrica *Mechanica Mineira (sic)*, de propriedade dos srs. Assis Fonseca & Comp<sup>73</sup>; o outro motor a vapor, de 35 cavalos, foi instalado na Fábrica de móveis Corrêa & Corrêa.<sup>74</sup> Por conta da comemoração da entrada no século XX, ocorreu a divulgação de diversas instalações fabris no *Pharol* de 01 de janeiro de 1901. Foram consideradas somente aquelas que fazem menção da utilização de força, seja a eletricidade, vapor ou qualquer outra forma de energia.

A tabela logo abaixo indica a mecanização<sup>75</sup> de 13 indústrias. Apenas quatro estabelecimentos (em negrito) contavam com a energia elétrica fornecida pela CME: dois do setor têxtil, um ligado à carpintaria e marcenaria e um estabelecimento ligado à fabricação de maquinismos. Uma fábrica de pregos contava com um motor de combustão interna (utilização de petróleo), 5 estabelecimentos utilizavam a força a vapor, 2

<sup>70</sup> Idem, p. 86.

<sup>71</sup> Idem, p. 90.

<sup>72</sup> Idem, p. 92.

<sup>73</sup> O *Pharol*. 03/05/1900. p.1, c.4.

<sup>74</sup> O *Pharol*. 23/10/1900. p.1, c.6.

<sup>75</sup> A mecanização indica que na atividade fabril, a força empregada em instrumentos e ferramentas de trabalho é motriz, não humana ou animal.

estabelecimentos contavam com força motriz elétrica não fornecida pela CME. Além disso, a Fábrica de Tecidos Industrial Mineira além da utilização de força a vapor, contava também com a força hidráulica<sup>76</sup>. Tal condição reforça a hipótese já mencionada a respeito da demora de fornecimento de força motriz pela CME, isto é, estas empresas eram auto-produtoras de energia. O carvão era neste período a base energética das indústrias de Juiz de Fora.

Não temos a preocupação em saber o total de estabelecimentos industriais na cidade. O que temos como referência é o tipo de força utilizada nas instalações fabris de Juiz de Fora. Dessa forma, até 1901, o padrão de utilização de força ainda não se fundamentava na utilização de força elétrica: o vapor predominava como principal fonte de força mecânica, sendo a CME fornecedora de poucas instalações. Até então, conforme *O Pharol* informava, a CME<sup>77</sup> explorava:

(...) a eletricidade sob todas as formas - calor, luz e movimento.

Possui, além de seus inúmeros, importantes e complicados maquinismos, duas turbinas de força de 600 cavalos cada uma, que são do “Etiwel-Birce”.

Os seus dínamos são de 750 amperes. Todos os seus aparelhos elétricos tanto os da usina, como os da estação distribuidora são do sistema Westinghouse, o mais aperfeiçoado em corrente alternativas.

Dá movimento a quatro fábricas: Pantaleoni, Arcure, Timpóni & Comp.<sup>78</sup>, Tecelagem Mascarenhas, Mechanica Mineira e Fábrica de meias e brevemente a outras muitas que vão adotar a eletricidade como seu motor, devido a seu ótimo funcionamento.<sup>79</sup>

**Tabela 9**  
**Indústrias e Força utilizada em Juiz de Fora**

<b>Estabelecimento</b>	<b>Fundação</b>	<b>Força</b>
Fábrica de móveis Corrêa & Corrêa	1878	Motor a vapor de 35 cavalos
Fábrica de tecidos Industrial Mineira	1883	Força hidráulica e a vapor.
Fábrica de tecidos Industrial Mineira	1883	Força hidráulica e a vapor.
Fábrica a vapor propriedade da firma Christovam de Andrade, Gama & C	1885	Força a vapor

<sup>76</sup> Fábrica de Tecidos Industrial Mineira, na estação Mariano Procópio, fundada em 1883. A força motora que impulsionava seus maquinismos era produzida por uma turbina de força de 250 cavalos que movia também a máquina dinâmica que fornece iluminação a todos os seus vastos compartimentos. A água que fazia funcionar a turbina vem por um encanamento de ferro de grosso diâmetro, medindo 100 metros de comprimento, de grande represa construída sobre o alto da poética cascata de Mariano Procópio. Possuía também, “para eventuais”, um grande motor a vapor, de força de 300 cavalos. Em suas instalações funcionavam 120 teares, trabalhando 300 operários entre mulheres, crianças e homens. (in: *O Pharol* 01/01/1901 p.1).

<sup>77</sup> A empresa fora fundada em 1888 com o capital de 300 contos. Em 1894 ocorreu uma elevação de capital parta 800 contos.

<sup>78</sup> Inaugurado um motor de 20 cavalos no dia 07/08/1901.

<sup>79</sup> *O Pharol*. 01/01/1901.

<b>Tecelagem Mascarenhas</b>	<b>1887</b>	<b>Motor elétrico Westinghouse de 30 cavalos</b>
<b>Mechanica Mineira</b>	<b>1890</b>	<b>Motor elétrico de 30 cavalos e um motor reserva a vapor de 18 cavalos</b>
Serraria a vapor do sr. Pedro Schubert	1894	Motor elétrico
Fábrica de Carruagens	1895	Motor a vapor de 12 cavalos.
Fábrica de Pregos S. Nicolao	1896	Motor Otto a Petróleo de 8 cavalos.
Fábrica de massas alimentícias dr. Paulo Simoni	1896	Motor elétrico
Cortume Detlef Krambeck	*	Vapor
<b>Fábrica de Meias Antônio Meurer.</b>	*	<b>Motor elétrico</b>
Fábrica de desfiar fumos	*	Vapor
<b>Oficina de carpintaria e marcenaria, dos Srs Pantaleoni, Arcuri, Timponi &amp; Comp.</b>	*	<b>Motor elétrico</b>

Fonte: *O Pharol* de 01/01/1901 p.5, c.1,2,3.

\* Não houve menção dos anos de inauguração.

A mecanização é um processo indicativo do crescimento da produção, informando quando um estabelecimento assume uma condição produtiva perto do que seja uma fábrica. Adotando motores, a vapor ou energia elétrica, o estabelecimento dá o sinal de que processos produtivos podem ter sido aperfeiçoados, até mesmo um setor produtivo pode ter lançado uso de novas formas de produção de produtos. Mecaniza-se mais, e de efeito a potência instalada torna-se maior. Reconhecem-se então quais ramos avançam mediante a instalação de motores em sua produção, um sinal de modernização<sup>80</sup>.

Nossa intenção é verificar que indústrias ao longo desses anos modernizaram-se. Nosso foco é em torno do grau de mecanização que essas instalações fabris passaram a ter. Foi o setor têxtil o mais dinâmico da cidade. São as indústrias desse ramo, associadas a outras de destaque que teremos como objeto de estudo. Produção, quantidade de mão-de-obra empregada, e fundamentalmente, a potência de força instalada que servirão como dados a serem considerados. Daremos destaque às informações obtidas nos periódicos da cidade que destacavam a inauguração de uma nova seção produtiva em estabelecimentos, ou a inauguração de um motor elétrico em instalações fabris.

A **Tecelagem Mascarenhas**<sup>81</sup> é uma das fábricas que merecem uma análise maior. Em 1898, contava com 60 teares, além de outros maquinismos; empregava 150 operários e dispunha de um motor elétrico de 30 cavalos. Em 1901, seus teares eram 65, com o mesmo número de operários e com a mesma força de antes. Sua produção era entre 50 e 60 mil

<sup>80</sup> H, LORENZO, op. cit, p. 144,145.

<sup>81</sup>Foi fundada em 1887 e sediada na rua Quinze de Novembro.

metros de tecidos diversos ao mês. Em 1904, um motor elétrico fora inaugurado na fábrica, agora com a potência de 50 cavalos<sup>82</sup>. Já em 1905, o número de teares havia sido elevado para o número de 80, seguido pelo de operários, elevado para 200, permanecendo a produção em 50000 metros de tecidos. Para 1908, temos as mesmas informações obtidas sobre o ano de 1905<sup>83</sup>.

No ramo têxtil também destacamos a **Fábrica de Meias**<sup>84</sup>. A empresa utilizava motor elétrico, 14 teares produziam 8000 pares de meias por mês, empregava 15 operários até 1901. Em 1907, o número de funcionários era de 35<sup>85</sup>. Possuía entre seus maquinismos: lavanderia, cilindros para engomar, tinturaria acionada por motor elétrico e motor a vapor.<sup>86</sup> A fábrica dispunha de um motor elétrico de 10 cavalos. Produzia mensalmente 4000 dúzias de meias e 300 dúzias de camisas de meia<sup>87</sup>.

A **Mechanica Mineira**<sup>88</sup>, em 1901, tinha força proporcionada por um motor elétrico de 30 cavalos e um motor a vapor de reserva (indício da falta de confiança em motores elétricos) de 18 cavalos. Contava com maquinismos para fundição de ferro (1 forno), bronze (1 forno), montagem de máquinas, carpintaria (no total 11 máquinas), 31 máquinas para a seção de ferraria, especializada na produção de máquinas para lavoura, vagões e vagonetes. Empregava entre 120 e 160 trabalhadores, com iluminação elétrica pelo sistema Laurens, Scott & C. Em 1904, o *Jornal do Comércio* noticiava o seguinte sobre a *Mechanica Mineira*:

Um possante motor, construído nas próprias oficinas da *Mechanica* e que serve para comunicar a força motriz às transmissões e pequenas máquinas quando por ventura falte a energia elétrica, força empregada no estabelecimento, é fornecida pela nossa Companhia de Eletricidade.

As oficinas compreendem cinco seções: seção de fundição, forjas, aparelho de forja, aparelho de ferro, carpintaria e modelagem.<sup>89</sup>

A **Fábrica de Pregos S. Nicolao**: em 1901 tinha a força de 8 cavalos mediante a utilização de um motor a petróleo. Possuía 6 máquinas produtoras, 2 brunidores, 1 ventilador instantâneo. Sua produção era de 2118 pregos por minuto (3140 quilos diários). Empregava 20 trabalhadores na fabricação, 9 no empacotamento e 3 no encaixotamento. Em 1908, seu

---

<sup>82</sup> *Jornal do Comércio*. 11/11/1904. p.1, c.3.

<sup>83</sup> *Almanack Mineiro de 1908*, op. cit, p.129.

<sup>84</sup> Propriedade de Antônio Meurer, na rua fundada em 1889, sediada na rua Espírito Santo, nº 17.

<sup>85</sup> Sílvia, ANDRADE, *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. p. 27.

<sup>86</sup> *Jornal do Comércio*. 22/08/1908. p.1, c.5,6.

<sup>87</sup> *Almanack Mineiro de 1908*. op. cit, p. 130.

<sup>88</sup> Foi fundada em 1890, situada à Rua do Comércio, nº 41.

<sup>89</sup> *Jornal do Comércio*. 16/03/1904. p.1, c.2,3.

motor era de 10 cavalos, possuindo a empresa um motor Otto de reserva para qualquer emergência. Sua produção era de 2000 pregos por minuto<sup>90</sup>.

Em sua edição do dia 26/11/1903, *O Pharol* parabenizou o Sr. Dr. Acácio Teixeira pela iniciativa de instalação de mais um elemento do progresso, um motor elétrico que seria instalado na sua **fábrica de pregos**<sup>91</sup>, na Rua Batista de Oliveira, dispondo da força de sete e meio cavalos elétricos. Sua produção diária era de 5 mil quilos, produzidos por doze operários.

**Fábrica de Móveis**<sup>92</sup>: empregava como força um motor a vapor de 35 cavalos, trabalhava com 25 máquinas, empregando mais de 100 trabalhadores na fabricação de móveis. Já em 1904, a imprensa noticiava o recebimento um motor elétrico de força de 20 cavalos, advindo de Nova Iorque. O motor seria inaugurado na casa de móveis e calçados na próxima semana.<sup>93</sup> Em 1908, seu motor era da força de 35 cavalos.<sup>94</sup>

**Oficina de carpintaria e marcenaria**<sup>95</sup>: era equipada com um motor elétrico. Em 1903, agora Firma Pantaleoni Arcuri & Spinelli era dotada de um motor elétrico de 20 cavalos além de outro movido a vapor<sup>96</sup>. Mais uma ala havia sido instalada: a inauguração do escritório e do depósito de materiais de construção (dotada de louças para serviço sanitário, papéis pintados *art nouveau*, artigos de ferragens, referentes à construção de prédios). Mencionou a existência de quatro oficinas: carpintaria, marcenaria, serraria e ferraria. Na serraria, o fole poderia ser movido tanto a vapor quanto por eletricidade. No dia 10 de agosto de 1904, ocorreu a inauguração de um motor elétrico de 20 cavalos<sup>97</sup>. Em 1905, mais um incremento ocorreu neste estabelecimento: a inauguração da prensa hidráulica e seção para fabricação de ladrilhos. Era formada pela serraria, movida a vapor e eletricidade (com a força de 20 cavalos), oficina de carpinteiro, marceneiro, caldeireiro, etc.<sup>98</sup>

**Fábrica de massas alimentícias dr. Paulo Simoni**<sup>99</sup>: em 1901, a força era mediante um motor elétrico, a produção era de 18 mil quilos de massa, havendo o emprego de 15 operários.

---

<sup>90</sup> Almanack Mineiro de 1908. op.cit, p. 130.

<sup>91</sup> O Pharol. 26/11/1903. p.1, c.8.

<sup>92</sup> Fundada em 1878, de propriedade dos srs. Correa & Correa, situada nas ruas Halfeld, nº 132 e Imperatriz, nº 85.

<sup>93</sup> O Pharol. 04/04/1904. p.1, c.4.

<sup>94</sup> Almanack Mineiro de 1908. op. cit, p. 130.

<sup>95</sup> Propriedade dos Srs Pantaleoni, Arcuri, Timponi &Comp, situada na rua Espírito Santo, números 1 e 3.

<sup>96</sup> O Pharol. 13/09/1903. p.1, c.2.

<sup>97</sup> O Pharol. 11/08/1904. p.1, c.5.

<sup>98</sup> Jornal do Comércio 12/11/1905 p.1. c.1,2.

<sup>99</sup> Fundada em 1896, à rua do Imperador números 6 e 8 e rua Halfeld, número 77.



**Serraria a vapor**<sup>100</sup>: possuía um motor elétrico, produzia maquinismos para preparar café, arroz, sal. Trabalhavam neste estabelecimento 10 operários.

**Fábrica a vapor propriedade da firma Christovam de Andrade, Gama & C**<sup>101</sup>: sua força era a vapor. Suas atividades eram de torrefação de café, refinação de açúcar e sal, moinho para fubá, arroz, mimoso e canjiquinha. Em 1904, já dispunha de um motor elétrico de 20 cavalos<sup>102</sup>. Em 1907, a força elétrica empregada ainda era a mesma<sup>103</sup>.

Outros estabelecimentos em Juiz de Fora inauguravam suas atividades ou incrementavam sua produção a partir da utilização da eletricidade como força motriz. Essa nova modalidade de força apresentava-se mais prática e mais barata<sup>104</sup>. Ser dotado de um motor a carvão, de motor de combustão interna ou utilizar a força hidráulica, como era o caso de algumas fábricas, indica uma necessidade de o estabelecimento ser o auto-gerador de sua força motriz<sup>105</sup>. Acreditamos que essa característica fez parte da atividade industrial juiz-forana em seus primórdios, como nos indicou a descrição de diversas companhias fabris. À medida que a cidade se urbanizava e assumia seu porte industrial, cada vez mais a CME desempenhava sua importante função de subsidiária da atividade produtiva, mediante os serviços de geração e distribuição de eletricidade como força motriz, além de se responsabilizar pela encomenda de motores e da instalação destes nas empresas contratantes de seus serviços.

O que fazia com que as fábricas mudassem seu padrão de energia motriz baseado no carvão (o mais comum) para a energia elétrica? Livrar-se da obrigação de manter um gerador próprio, geralmente utilizando uma matéria-prima energética mais cara e menos prática que a eletricidade, deve ter sido um grande atrativo para tais fábricas. Tendo suas atividades incrementadas com o processo de crescimento da população da cidade e o conseqüente aumento da demanda por seus produtos numa economia cada vez mais capitalista, a adoção da eletricidade como padrão energético era um caminho a ser seguido. Era a possibilidade de diminuição dos custos de produção; um serviço prestado pela CME que não sofria reclamações quanto à sua execução como ocorria com os demais.

“Vendem-se dois motores, um de 8 e outro de 6 cavalos, em perfeito estado.  
O motivo da venda é a substituição deles por outros elétricos,  
Encarrega-se do assentamento e funcionamento.

---

<sup>100</sup> Fundada em 1894, propriedade do Sr. Pedro Schubert, à rua Marechal Deodoro, nº 4.

<sup>101</sup> Sediada na rua direita, nº 155, fundada em 1885.

<sup>102</sup> Jornal do Comércio 25/05/1904 p.1, c.2,3.

<sup>103</sup> S., ANDRADE, op. cit, p. 26.

<sup>104</sup> H., LORENZO, op. cit, p.28.

<sup>105</sup> Idem, p.49.

Trata-se com F. J. Kascher.”<sup>106</sup>

Em relatório apresentado à Assembléia Geral de acionistas da CME, realizada a 31 de agosto de 1904<sup>107</sup>, divulgou-se o estado da companhia, que segundo as próprias palavras do documento, era “lisonjeiro”. Além da importação e instalação de motores em 16 fábricas até aquele momento, outro serviço prestado às atividades fabris era o de aluguel de motores. Eram em número de três os motores alugados: um deles de 20 cavalos, alugado aos Srs. Corrêa & Corrêa; um outro, de 7 ½ cavalos, ao Sr. George Francisco Grande; e o terceiro, de 5 cavalos, ao Sr. Machado Sobrinho, com fábrica no Botanágua. Todos os demais serviços haviam tido uma ampliação, acarretando também uma maior lucratividade.

Em 1905, o número de motores elétricos da companhia era 23, sendo a perspectiva de aumento desse número para 28 até o final do ano<sup>108</sup>. Mas em 1906, o número de motores instalados era de 24<sup>109</sup>, sendo mais um assentado na **Fábrica de Cervejas Kremer** com a potência de 30 cavalos. Até junho de 1907, esse número aumentou para 30. O relatório do ano social de 1º de julho de 1906 a 30 de junho de 1907 assim falava sobre a força motora da cidade:

O fornecimento de força motora às fábricas foi muito regular.

Funcionam atualmente 30 motores, e outros estão encomendados, entre esses citaremos o da fábrica de juta Sr. Dr. Souza Brandão, de 40 cavalos, e o da refinaria de açúcar dos srs. Almeida Sarmiento & Comp., de 30 cavalos.

Em setembro de 1906, começou a trabalhar um motor de 30 cavalos no curtume do sr. Detlef Krambeck, e em abril de 1907 foi inaugurado um motor de 5 cavalos na fábrica de fumo dos srs. Dias Cardoso & Comp.

(...)

Devemos salientar o pequeno preço que exigimos pelo o fornecimento energia elétrica às fábricas, concorrendo deste modo para o progresso da indústria na cidade; com desvanecimento podemos afirmar que em grande parte é dividido a esta Companhia o notável crescimento industrial local, pois o preço de 60 réis o Killowatt à hora é bastante módico, e antes protege o consumidor do que compensa a empresa fornecedora.<sup>110</sup>

Sílvia Andrade apresenta, em seu trabalho sobre a classe operária em Juiz de Fora, um quadro importante sobre as indústrias instaladas na cidade. Utilizando-se do censo de 1907, ela informa que a cidade possuía 43 estabelecimentos industriais, que empregavam 1.516

---

<sup>106</sup> O Pharol. 31/12/1903. p.3.

<sup>107</sup> O Pharol. 30/08/1904. p.2 c.5,6.

<sup>108</sup> Jornal do Comércio. 30/08/1905. p.1 c.4.

<sup>109</sup> Jornal do Comércio. 28/08/1906 p.2 c.3,4.

<sup>110</sup> Jornal do Comércio 25/08/1907 p.1, c.6.

operários. Os estabelecimentos têxteis e de produção de alimentos eram os que empregavam o maior número de operários, a maior soma em capital, além serem os maiores empregadores de força motriz em suas instalações. Dentre as unidades do setor de Alimentos, a Cervejaria Kremer se destacava. Das 20 indústrias dos dois setores, 9 funcionavam com força manual e algumas com motor de muito baixa potência<sup>111</sup>.

A partir do Censo de 1907, constatou-se o seguinte quadro para a indústria de Juiz de Fora: 7 estabelecimentos do setor têxtil (propriedades da Cia. Industrial Mineira, viúva Bernardo Mascarenhas, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Antônio Meurer, Golietti & Montreuil, José M. Pacheco, Luiz Souza Brandão) utilizavam a força de 584 H.P. e empregavam 905 operários; 20 estabelecimentos do setor de alimentos utilizavam a força correspondente de 164 H.P. e tinham em suas instalações 261 operários; para a área produtiva de Couros o número de estabelecimentos era 5, utilizando-se de 166 H.P. de força e empregando 50 operários; e finalmente as indústrias mecânicas que empregavam a força de 89 H.P. e 49 operários<sup>112</sup>.

**Tabela 10**  
**Indústrias em Juiz de Fora**

<i>Setor</i>	<i>Número de estabelecimentos</i>	<i>Número de operários</i>	<i>Força</i>
<i>Têxtil</i>	7	905	584 H.P.
<i>Alimentos</i>	20	261	164 H.P.
<i>Couros</i>	5	50	166 H.P.
<i>Mecânica</i>	-----	49	89 H.P.

Fonte: S., ANDRADE, op. cit, p. 25-27.

Em relatório apresentado no *Jornal do Comércio*<sup>113</sup>, no dia 16 de agosto de 1908, mais um motor havia sido instalado com força de 30 cavalos na **Fábrica de Juta do Sr. Dr. Souza Brandão** e havia a estimativa de instalação de mais com a mesma força no estabelecimento industrial dos Srs. Almeida Sarmiento & Cia. Foi divulgada uma tabela de preços para força motora que de acordo com as informações da época permitiam a diretoria afirmar que eram os preços mais baixos praticados nesse mercado em todo o país.

**Tabela 11**  
**Preços praticados pela CME**

<i>Força em cavalos</i>	<i>Preço por mês</i>
1	30.000
2	45.000
3	55.000

<sup>111</sup> S., ANDRADE, op. cit, p. 23.

<sup>112</sup> Idem. p. 25-27.

<sup>113</sup> *Jornal do Comércio*. 16/08/1908. p.2, c.3-5.

4	65.000
5	75.000
7 ½	100.000
10	120.000
20	200.000
30	300.000
40	400.000
50	500.000

Fonte: JC 16/08/1908. p.2, c.3-5.

Além disso, por conta do aumento da demanda por mais exemplares, o Jornal do Comércio realizou a encomenda de um motor Westinghouse de 1200 rotações por minuto. Declarava o jornal por conta da contratação:

Com a excelência do fornecimento da energia elétrica feito pela Companhia Mineira de Eletricidade que – seja dito de passagem – não tem poupado esforços para corresponder à confiança dos srs. industriais, ficará consideravelmente melhorado o serviço de impressão do Jornal e das suas “Oficinas de Obras” habilitadas assim a aviar as encomendas muito mais rapidamente.<sup>114</sup>

É a primeira declaração explícita sobre o maior dinamismo que a eletricidade poderia ocasionar na produção de um produto, cuja fabricação não atingia uma escala fabril. Mas é um caso de modernização de uma cidade que crescia em população e que ganhava com isso mais leitores. O máximo que os jornais afirmavam, quando da instalação de um motor elétrico em alguma fábrica ou estabelecimento comercial, era que aquele equipamento contribuía para o engrandecimento da cidade, já que era mais elemento do progresso ali instalado. Não havia declarações sobre os reflexos que aquele melhoramento poderia acarretar no fabrico de mercadorias, ou na racionalização da produção, talvez observando isso a partir da palavra-chave progresso, largamente utilizada naquele período. O que fica evidente é o incremento da produção dessas fábricas, assim como o aumento da quantidade de estabelecimentos industriais, o que acreditamos ter sido possível também pelas facilidades de utilização da energia elétrica, mediante a distribuição de uma empresa, cujos serviços eram elogiados e os preços praticados bem módicos, se comparados com outras localidades do Brasil.

A partir de 1908, as fontes coletadas sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora são escassas. Os relatórios da Companhia já não traziam o número de motores instalados entre as fábricas da cidade. Até então, o número de motores instalados pela CME era de 31 (conforme tabela abaixo). Num período de 10 anos (1898-1908), houve um acréscimo de 29 motores, 1.450%. Não acreditamos que tenha ocorrido estagnação nas instalações, apesar de

<sup>114</sup> Jornal do Comércio. 15/02/1906. p.1, c.2.

nos anos ulteriores, a CME tenha passado por alguns problemas relativos às reclamações dos industriais quanto ao preço praticado (o que será tratado a seguir).

**Tabela 12**  
Número de motores fornecidos pela CME de acordo com as fontes jornalísticas

<i>ANO</i>	<i>Nº DE MOTORES</i>
1898	2
1901	4
1904	16
1905	23
1906	24
1907	30
1908	31

O Almanack Mineiro de 1908<sup>115</sup> mencionava uma série de estabelecimentos com os quais Juiz de Fora contava. Muitos deles eram equipados com motores elétricos (mostrados na tabela 13).

**Tabela 13**  
Algumas empresas em 1908

<i>Empresa</i>	<i>fundação</i>	<i>propriedade</i>	<i>força</i>	<i>produção</i>	<i>operários</i>	<i>equipamentos</i>
<i>Cervejaria Germânia</i>	1867	-----	<i>um motor elétrico e um a vapor com força de 30 cavalos</i>	-----	25	<i>Maquinismos para o fabrico de cerveja em baixa fermentação</i>
<i>Fundição de Ferro e Bronze</i>	1873	<i>Georg Francisco Grande</i>	<i>Motor elétrico de 7 ½ cavalos.</i>	-----	15	<i>fornos de fundição, tornos</i>
<i>Fábrica de Móveis,</i>	1878	<i>Srs. Corrêa e Corrêa</i>	<i>Motor elétrico de 35 cavalos</i>	<i>Confecção de móveis de luxo e comuns, enxergões de arame.</i>	----- ---	-----
<i>Cortume Krambeck</i>	1886	<i>Detlef Krambeck</i>	<i>Motor de 29 cavalos</i>	<i>2000 couros</i>	<i>Até 50</i>	-----
<i>Tecelagem Mascarenhas</i>	1887	<i>Viúva Mascarenhas</i>	<i>Tração elétrica</i>	<i>50.000 metros de tecidos mensais</i>	200	<i>80 teares</i>
<i>Mechanica Mineira</i>	1889	----- -	<i>Motor elétrico de 30 cavalos</i>	<i>Qualquer trabalho de fundição de ferro</i>	-----	<i>3 seções : fundição de ferro e bronze;preparo de máquinas para indústria e lavoura; serraria e carpintaria.</i>
<i>Fábrica de Meias</i>	1889	<i>Antonio Meurer</i>	<i>Motor elétrico, de 10 cavalos.</i>	<i>4000 dúzias de meias e 300 dúzias de</i>	----- ---	-----

<sup>115</sup> Almanack Mineiro de 1908. op. cit. p.129-135.

				<i>camisas de meia por mês</i>		
<b>Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira</b>	1893	----- -	<b>Turbina de 320 cavalos</b>	11.000 metros de tecido diários	400	132 teares diversos, gasta fio preparado na fábrica
<b>Fábrica de Massas Alimentícias</b>	1896	Srs. Jorge, Irmão & Couris.	<b>Um motor elétrico de 20 cavalos, e uma a vapor, de 5 cavalos.</b>	Produção diária de 1200 quilos de massas alimentícias	27	5 máquinas modernas
<b>Fábrica de manteiga e gelo</b>	1900	Sr. Antonio Custódio da Costa	<b>Motor a vapor</b>	3000 quilos diários de gelo,	-----	-----
<b>Fábrica de café moído</b>	1903	Sr. Antonio da Cunha Figueiredo	<b>Motor elétrico de 3 cavalos</b>	variável	----- -	-----
<b>Fábrica de Manteiga de Juiz de Fora</b>	----- -	Sr. Eugenio Teixeira Leite Junior	<b>motor elétrico e outro a vapor</b>	-----	----- -	<i>batadeiras, desnatadeiras, pasteurizador</i>
<b>Serraria</b>	----- ---	Sr. Henrique Surerus e Irmão	<b>Motor elétrico de 20 cavalos</b>	-----	----- ---	-----
<b>Fábrica de pregos São Nicolao</b>	----- ---	Sr. Accacio Teixeira	<b>Motor elétrico de de 10 cavalos e motor Otto para emergência.</b>	2000 pregos por minuto	----- ---	-----
<b>Fábrica S. Maria Amélia</b>	----- -	-----	<b>Motor elétrico de força de 5 cavalos</b>	Polvilho para lavanderias, produção de 200 quilos diários.	----- -	-----
<b>Cervejaria Stiebler</b>	----- -	Sr. Carlos Stiebler	<b>Motor a vapor de 20 cavalos</b>	fabrico de cervejas e gasosa. 150.000 garrafas de cerveja anualmente.	----- -	-----
<b>Fabrica de Tecidos de Juta</b>	----- -	Sr. Luiz de Souza Brandão	<b>Motor a vapor de 40 cavalos</b>	Fabricação diária de 2500 metros de tecido de aniagem	50	Máquinas de spullas e carretéis aperfeiçoadas, 20 teares, serras, acessórios
<b>Fábrica Santa Maria</b>	----- -	Rezende & Filhos.	<b>Motor elétrico de 20 cavalos</b>	-----	----- -	Moinhos, tritador, torrador para fubá, cangica e café.
<b>Estabelecimento industrial</b>	----- -	Bertoletti, Irmão & Comp.	<b>motor a vapor de força de 5 cavalos</b>	fabrico de massas alimentícias, bebidas,	30	-----

				<i>vinagre, moagem de café, fubá, etc. Produção diária: 600 quilos.</i>		
<i>Fábrica de fumos</i>	----- -	<i>Major João Gama</i>	<b>Motor elétrico</b>	<i>variável</i>	10	<i>Máquina para cortar, desfiar, emacçar.</i>
<i>Fábrica de café moído</i>	----- -	<i>Viúva Oliveira</i>	<b>Motor elétrico</b>	<i>Moagem e torrefação de café</i>	----- -	-----
<i>Fábrica de máquinas</i>	----- -	<i>F. J. Kascher &amp; Irmão</i>	<b>Motor elétrico</b>	<i>Máquinas para lavouras indústria.</i>	----- -	<i>Serraria de madeira.</i>
<i>Fábrica de Meias</i>	-----	<i>Srs. Galiatti e Daruiche</i>	<i>Motor a vapor de 6 cavalos</i>	<i>70 dúzias de camisas e 50 meias por dia.</i>	25	-----
<i>Fábrica Santa Elisa</i>	-----	<i>Dirigida pelos Srs. Stiebler &amp; Campinhos</i>	<i>Motores a vapor e a água</i>	<i>Produção variável de tecidos de malha e de meia</i>	-----	<i>teares</i>

Fonte: Almanack Mineiro de 1908. p. 129-135.

A tabela acima foi construída inserindo as informações contidas no Almanack Mineiro de 1908 – apenas sobre os estabelecimentos que destacavam a utilização de motores. A grande parte desses estabelecimentos salientava a utilização da eletricidade em seus motores, situação inversa a 1900. O padrão energético das indústrias mecanizadas, antes pautado em motores movidos a carvão, agora se fundamentava na eletricidade. Entre as fábricas usuárias de eletricidade na movimentação de seus maquinismos, observamos aquelas do setor têxtil, alimentício, de bebidas, mecânica, fumo, pregos. Ou seja, a mecanização de setores típicos da indústria antes da Primeira Guerra, isto é, de bens de consumo leves.

O ano de 1911 foi marcado pela movimentação do empresariado local quanto aos preços cobrados pela CME para o fornecimento de energia motriz. Para os industriais, o preço da energia era caro. Denunciaram a incompatibilidade dos preços cobrados quando encomendavam os motores e aqueles cobrados posteriormente à instalação. De acordo com Azarias de Andrade (então diretor da empresa), a Companhia Mineira de Eletricidade praticava duas tabelas de preços (ver abaixo), uma a *forfait*, e outra a medidor. A primeira funcionava há dez anos sem haver nenhum aumento, enquanto a segunda havia sido organizada recentemente. Mesmo assim, uma segunda tabela foi confeccionada para os medidores, embora seguindo a tabela a *forfait*. Isso permitia ao diretor afirmar que não havia ocorrido aumento de preço algum. Acrescentou que o preço máximo praticado na tabela a medidor era de 155 réis e o mínimo de 52 réis. Comparou os preços cobrados pela CME com

outras companhias e por esta comparação apontava as vantagens para as indústrias em Juiz de Fora.

“A Light and Power tem os preços maiores que os nossos e só para motores de mil cavalos para cima é que cobra 50 réis, como acaba de contratar com a Central do Brasil e com as grandes fábricas Carioca e Progresso Industrial, que pagam 50 réis o kilo-watt para um consumo de mais de mil cavalos diários.”<sup>116</sup>

**Tabela 14**  
**Preços praticados pela CME**

<i>Preços a forfait</i>		<i>Preços a medidor</i>	
<i>Motores</i>	<i>Preço mensal</i>	<i>Consumo mensal de kW</i>	<i>Preço do kilowatt</i>
<i>1 cavalo</i>	<i>30\$000</i>	<i>1 a 1000 Kwh</i>	<i>155 reis</i>
<i>2 cavalos</i>	<i>45\$000</i>	<i>1001 a 2000 Kwh</i>	<i>110 reis</i>
<i>3 cavalos</i>	<i>55\$000</i>	<i>2001 a 5000 Kwh</i>	<i>87 reis</i>
<i>4 cavalos</i>	<i>65\$000</i>	<i>5001 a 10000 Kwh</i>	<i>75 reis</i>
<i>5 cavalos</i>	<i>75\$000</i>	<i>10000 a 20000 Kwh</i>	<i>65 reis</i>
<i>7 ½ cavalos</i>	<i>100\$000</i>	<i>20000 Kwh em diante</i>	<i>52 reis</i>
<i>10 cavalos</i>	<i>120\$000</i>		
<i>20 cavalos</i>	<i>200\$000</i>		
<i>30 cavalos</i>	<i>300\$000</i>		
<i>40 cavalos</i>	<i>400\$000</i>		
<i>50 cavalos</i>	<i>500\$000</i>		

Fonte: Jornal do Comércio 10/02/1911 p.1 c.4

A polêmica em torno dos preços não terminou por aí. No dia seguinte, o Jornal do Comércio publicou uma carta assinada por “um industrial” a respeito do exposto pela CME. O autor da carta afirmou que, em 22 de dezembro de 1909, todos os industriais receberam uma circular que trazia as seguintes informações:

Mais uma vez a Companhia chama a atenção dos Srs. Industriais para o preço bastante módico da corrente elétrica fornecida pela Companhia – 40 réis, mais ou menos, o kilo-watt-hora – preço que é o mais baixo cobrado no Brasil e também chama a atenção para o fato de ser esta a única despesa quando se trata de motores elétricos.<sup>117</sup>

Disse que esta circular fez com que alguns industriais optassem pela preferência dos motores elétricos, como por exemplo, a **Companhia de Laticínios**, a **Cooperativa Agrícola**, e outros. Informou que um industrial encomendou um medidor, por intermédio da Casa Siemens, e ao indagar quanto pagaria pelo kilowatt recebeu a reposta de 43 réis. Instalado o medidor, no primeiro mês, o industrial pagava, de acordo com a medição, menos que

<sup>116</sup>Jornal do Comércio. 10/02/1911. p.1, c.4.

<sup>117</sup>Jornal do Comércio. 11/02/1911. p.1,c.6.



anteriormente. Isso fez com que a CME elaborasse uma tabela com preços mais custosos, “*que em nenhuma parte figura os 40 réis*”.

A insatisfação com a CME foi ainda maior em 1913, havendo uma séria ameaça ao monopólio exercido pela Companhia na cidade. Em 2 de maio de 1913, o vereador Francisco Pinto de Oliveira apresentou um requerimento da Companhia Industrial de Eletricidade à Câmara Municipal, solicitando a permissão para sua instalação em Juiz de Fora. Durante 50 dias, uma polêmica envolveu os serviços realizados pela CME na cidade. No total, 204 pessoas assinaram uma manifestação em prol da instalação da empresa de energia sediada no Rio de Janeiro, dentre eles 43 industriais (com 41 motores em suas empresas), 144 comerciantes, 14 profissionais liberais e funcionários públicos e 3 proprietários imobiliários. Eles desejavam a livre-concorrência, como forma de beneficiar os consumidores com melhores preços. Afinal, os preços oferecidos pela Companhia Industrial eram mais vantajosos, mesmo a CME praticando uma tabela com preços mais módicos em relação a outras empresas do país. A CME reagiu consultando uma assessoria jurídica de peso. Passados o tumulto e a polêmica, a empresa local garantiu a permanência de seus monopólios sobre os serviços elétricos em Juiz de Fora.

Selecionamos alguns anúncios de empresas que contavam com eletricidade em suas instalações, veiculados no Almanack Mineiro de 1908 e também de firmas que comercializavam motores elétricos, ou a vapor e uma série de outros equipamentos elétricos. Nesses 25 anos de análise, constatamos o uso progressivo de motores elétricos nas instalações fabris da cidade. Anunciar seus produtos e fazer menção do emprego da eletricidade era uma forma de distinção. A oferta de diferentes utensílios elétricos, bem como de serviços atrelados é um expressivo comprovante de alinhamento de Juiz de Fora no processo de desenvolvimento do setor elétrico no país. Sua proximidade com o Rio de Janeiro dava à cidade mineira a condição de se beneficiar com o que de mais inovador estava sendo realizado no campo da indústria elétrica. Paulatinamente, as atividades produtivas eram modificadas pela aplicação industrial da eletricidade.

**GRANDE FABRICA DE MOVEIS**  
**MOVIDA A VAPOR E A ELECTRICIDADE**  
 FUNDADA EM 1878

Execução de arame  
 Para solteiro... 16\$000, 21\$000, 24\$000  
 Para casado... 30\$000, 33\$000, 36\$000

ACCEITAM-SE ENCOMENDAS SOB MEDIDA

Ultima palavra  
**A 40\$000**

Camas com enxergo de arame, sem uma colladura, de uma resistencia unica, frete baratissimo, visto que todas as peças são acondicionadas dentro do enxergo, em um pequeno espaço, dispensando, por isso, a embalagem

Nota--Ea porção faremo dea conto

EXECUÇÃO PROMPTA E RAPIDA

**Corrêa & Corrêa**  
 Deposito : RUA HALFELD, 132      Fabrica: RUA MARECHAL DEODORO, 85  
 Juiz de Fora

Ilus 1: Jornal do Comércio. 10/05/1905. p.4 c.1-3.

**Grande Fabrica de Massas Alimenticias Movida a Electricidade**  
 INDUSTRIA MINEIRA

**Jorge, Irmão & Couris**

**\*\*\* Fabrica fundada em 1886 \*\*\***

A primeira que foi montada neste Estado com machinismos modernos recebidos directamente da Italia das seguintes cidades: Napoli, Parma, Monza e Milano, é a unica nesse genero no Estado de Minas, que foi premiada na Exposição Universal de S. Luiz com as medallas de ouro, prata e bronze. Grande moinho para fubá de milho, fubá mimoso de cangica branca e fubá de arroz superior. Especial moinho para moer sal fino.

**Engenho de serra \* Compra-se madeira em bruto**  
 Fabrica de bebidas nacionaes de todas as qualidades. Distillação de Vinagre superior. Vinho de canna isento de imposto de consumo.

**Recebem-se generos do Paiz a consignação**

**6 e 8, Rua 15 de Novembro, 6 e 8**  
 Telephone, 51 = Juiz de Fora

Ilus 2: Almanack Mineiro de 1908. p. 367.


**Victor Uslaender & Comp.**  
**Engenheiros e importadores**

◆◆ SECCÃO DE ELECTRICIDADE ◆◆

**Grande deposito de :**  
**Motores electricos, transformadores, lampadas Osram, medidores Westinghouse, lustres e abatjourns, fios e cabos, ventiladores e aquecedores, ferros de engommar. Telephones e campainhas, material completo para installações electricas.**

Rua Halfeld, 50 **JUIZ DE FORA** ◆  
Caixa Postal, 36

Casa Matriz : Rua 1. de Março. 112-114  
**RIO DE JANEIRO**



Ilus 3: Diário Mercantil. 08/03/1914.

Acreditamos que a eletricidade tenha sido um fator transformador do aparelho produtivo, significando a renovação da indústria de Juiz de Fora, bem como da sua produção. O que estaria por trás da adoção da eletricidade seria a praticidade e o preço mais barato da energia elétrica em relação ao carvão importado para geração do vapor. Além do dinamismo comercial e financeiro advindo da atividade cafeeira, o potencial hidrelétrico da cidade deu condições para que esse tipo de força pudesse ser disponibilizado às fábricas já instaladas anteriormente à constituição da CME, como também àquelas que ali quisessem estabelecer sua produção fabril.

A eletricidade não vinha atender apenas as necessidades de luz, mas surgia como importante força motriz capaz de potencializar os lucros ou diminuir os custos de produção, tornando imperioso o desenvolvimento de unidades geradoras autônomas ou exteriores.<sup>118</sup>

O aumento do número de motores elétricos foi patente. Instalados solenemente nos prédios das indústrias juiz-foranas, eles representavam a mecanização daqueles estabelecimentos, a instalação de um novo padrão técnico e tecnológico da indústria brasileira, posto em curso naquela conjuntura. Representava a potencialização da possibilidade de barateamento e ampliação da produção fabril, sua racionalização e o acréscimo do valor em suas mercadorias. A maior flexibilidade dos motores de energia elétrica em adaptar-se às condições exigidas por cada tipo de indústria e sua maior higiene eram garantia e certeza de uma melhor qualidade no fabrico de tecidos, alimentos, bebidas,

<sup>118</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)*. p.147.

couros, pregos, na torrefação de café e de outros produtos de Juiz de Fora. A eletricidade poderia ser onipresente entre as atividades produtivas. Ademais, outras aplicabilidades e novos serviços utilizadores da eletricidade passariam a ser comercializados.

Observamos em Juiz de Fora, a atuação de uma empresa de capital privado, que de forma exclusiva realizava todos os empreendimentos possíveis no ramo elétrico. Dedicada à exploração da iluminação pública e doméstica, dos serviços de telefonia e bondes elétricos, foi, porém, na geração da força motriz que a CME destinou seus principais recursos e atenções. De forma constante, a empresa procurou modernizar suas atividades, adquirindo novos equipamentos e realizando melhorias em suas usinas. Houve um contínuo incremento de potência instalada, processo que foi companheiro da crescente demanda de energia elétrica numa cidade que entre 1889 e 1915 testemunhou o crescimento comercial e industrial, bem como demográfico, em seu espaço urbano. Sua atuação foi, na maior parte do período estudado, elogiosamente destacada por garantir à localidade confiança na energia distribuída, menos desperdício e preços mais baratos.

Também passamos agora a observar como a atuação desta empresa foi responsável pela transformação do cotidiano dos juiz-foranos. Os bondes e a iluminação pública serão alvos de nossos estudos.

## **CAPÍTULO 3: ILUMINAÇÃO E BONDES - SERVIÇOS ELÉTRICOS PRESTADOS PELA COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE.**

### **3.1 Apreensão e euforia: os primeiros momentos da iluminação por eletricidade**

O histórico de iluminação da cidade foi traçado por Paulino de Oliveira: esse serviço, baseado no emprego do querosene, foi instalado em 1858 e não havia sofrido nenhuma modificação até a inauguração da iluminação pública por eletricidade, em 1889.<sup>119</sup> Todos os anos era arrematado em concorrência pública por José Antônio Picorelli. Temos informações das intenções de dotar a cidade de iluminação a gás, embora não tenham ocorrido. O certo é que, do querosene, Juiz de Fora passou a ser iluminada por eletricidade, sendo possível graças à mudança de mãos do contrato de iluminação pública da localidade. Por não ter realizado o serviço a contento, Maurício Arnade se viu obrigado a ceder para outros as obrigações e vantagens pela concessão arrematada junto à administração local. Entrou em cena Bernardo Mascarenhas, que como já foi visto, conseguiu alterar o contrato de forma que a iluminação pública pudesse ser realizada mediante a utilização de energia elétrica ao invés do gás, como se pretendia.

Daremos notícias sobre os meses que antecederam a inauguração da iluminação pública de Juiz de Fora<sup>120</sup>. Será interessante observar toda a expectativa sobre um aspecto novo do estilo de vida moderno. O medo do desconhecido fez surgir uma série de dúvidas em torno desse tipo de energia. Era o prelúdio da eletricidade, das modificações que ela traria para a população de Juiz de Fora.

O Diário de Minas, de 6 de agosto de 1889, comentava o transtorno que representava o embaraço dos fios telegráficos, telefônicos e os da Companhia Mineira de Eletricidade em diversas ruas da cidade. De desagradável aspecto, essa condição fora ocasionada “*pelos papagaios de papel, cordas e trapos, de que ultimamente têm usado e abusado os meninos*

---

<sup>119</sup> Paulino, OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*, p. 113-115.

<sup>120</sup> A primeira geração de eletricidade não partiu das turbinas da CME, embora esta empresa tenha sido pioneira na iluminação pública. Em 01 de agosto de 1887, às sete horas da noite, ocorreu a inauguração de iluminação elétrica por lâmpadas incandescentes na fábrica de tecidos Industrial Mineira, dos senhores Morrit & C. A luz era fornecida diretamente por um dínamo que produzia 150 focos luminosos de um poder de 20 velas ou dois bicos de gás cada um. O dínamo – do sistema Brush – era movido pela turbina da mesma fábrica.

*vadios desta cidade.*”<sup>121</sup> Era uma ameaça à boa execução dos serviços de comunicação, além do perigo relacionado aos fios de condução de eletricidade. Estes poderiam ocasionar a morte quando comessem a funcionar dada as suas características de serem carregados de eletricidade de alta tensão. Era a primeira menção da ameaça que a eletricidade poderia trazer para os juiz-foranos. A redação do periódico pediu à polícia para que tomasse providências para impedir a ação dos meninos desocupados e vadios, como forma de prevenir qualquer tragédia, quando comessem os serviços de iluminação. As preocupações eram intercaladas com os anúncios veiculados pelos periódicos, referentes a artigos elétricos, como da Casa d’América, situada na Rua Halfeld, número 36. Também eram noticiadas as primeiras curiosidades sobre as aplicações da eletricidade na vida cotidiana:

“Luz: completo e variado sortimento de lâmpadas e lampiões de todos os sistemas, para teto, parede, mesa, saguão e terreiro. (...)”<sup>122</sup>

“Diz um jornal elétrico-técnico que no hotel Bernina, em Sanrodem, já se assam bifés sobre arames aquecidos por correntes elétricas.”<sup>123</sup>

Nos dias seguintes, o Diário de Minas continuou explorando as ameaças que a energia elétrica poderia ocasionar àquela população. O periódico ressaltou que, embora a cidade estivesse prestes a receber um título de glória por conta de ser a primeira entre todas as cidades mineiras a ser dotada do melhoramento da iluminação pela eletricidade, esta proeza estaria ameaçada por conta de algum acidente que ocorresse. Mencionou o interesse de alguns vereadores de realizarem uma consulta (não realizada) aos profissionais da Escola Polytechnica sobre qual deveria ser a distância mínima entre as linhas telefônicas e as destinadas a transmitir a força elétrica das máquinas geradoras para as receptoras. A questão sobre as distâncias entre os fios surgiu por conta da temeridade de comunicação da eletricidade nos fios de energia com as linhas de transmissão telefônica. O uso do telefone estaria ameaçado, já que se isso acontecesse alguém poderia “*cair fulminado ou ficar fisicamente inutilizado por toda a vida.*”<sup>124</sup>

Defendia como medida a ser adotada a obediência ao regulamento da “Mesa ou Junta de fiscalização de New York” que determinava que “*em nenhuma rua ou avenida, podem ser levantadas duas ordens de postes, sustentando a mesma qualidade de condutores; como que,*

---

<sup>121</sup> Diário de Minas. 06/08/1889.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Diário de Minas. 12/08/1889.

<sup>124</sup> Diário de Minas. 16/08/1889.

*em nenhuma rua ou avenida, podem ser eretas, do mesmo lado, duas ordens de postes.”*<sup>125</sup> O jornal denunciou a existência de postes telefônicos e de luz elétrica do mesmo lado em algumas ruas, além da pequena distância entre os postes de iluminação e as casas, como na rua Halfeld. Começava a polêmica em torno da incerteza quanto à segurança ou não dos serviços de iluminação da CME.

O periódico *Gazeta da Tarde* chamou a atenção para a apreensão existente na população diante da coexistência de fios elétricos e telefônicos numa mesma linha e mesma rua. Afirmou o jornal que *“essas apreensões vão tomando caráter sério e grave, porque não só privadamente, como em público se procura espalhar o terror com previsões sinistras e ameaças de males iminentes.”*<sup>126</sup> O jornal ressaltou toda a pesquisa e estudo feitos para a escolha do sistema de iluminação correto, bem como todas as precauções tomadas no uso de equipamentos seguros e de qualidade, medidas que transformavam o perigo num risco remoto. Contrapunha-o com dados sobre Nova York: de 1280 casos de desastres diversos em um ano, apenas 5 eram relacionados a companhias elétricas, de empregados que colocavam, por descuido, a mão no dínamo.

*“(…) Há na França uma outra companhia que fornece iluminação elétrica a duas cidades importantes, entretanto, o cabo é nu, aqui é coberto; as lâmpadas são fixas às paredes e telhados das casas, aqui são afastadas e em postes com respectivos isoladores; a pressão é de 2000 volts e a nossa de 1000, apenas.”*<sup>127</sup>

No domingo, 18 de agosto, o jornal *Diário de Minas* trouxe aos seus leitores a comunicação do presidente da Companhia Mineira de Eletricidade, Bernardo Mascarenhas. Sua carta continha a intenção de esclarecimento do que foi suscitado pelo mesmo periódico: ressaltou a forma como a iluminação seria executada, como seriam os materiais e como se dariam as instalações. Verifica-se a nítida intenção de refutar a especulação de perigo levantada pela redação do jornal em questão. Trata-se da oposição entre a confiança e o risco. Este faria parte das preocupações da imprensa diante da forma como estava ocorrendo a instalação dos postes de iluminação. Cabia então assegurar confiança, mediante esclarecimentos embasados em resultados de outras cidades do mundo dotadas de eletricidade, como também na demonstração nítida de conhecimento técnico de seu principal representante em Juiz de Fora. A eletricidade deveria ser apresentada como uma mercadoria gerada de forma segura. Vale a transcrição das explicações de Mascarenhas, ainda que extensas, sobre como seria a iluminação pela Companhia. Afinal, é um dos primeiros

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> *Gazeta da Tarde*. 17/08/1889.

<sup>127</sup> Idem.

documentos esclarecedores da forma como deveria ser o comportamento da população de Juiz de Fora frente ao advento da eletricidade.

É bem sabido que a eletricidade com alta tensão pode causar a morte a quem tocar os cabos condutores quando estes são descobertos, principalmente.

Mas quando são colocados a altura suficiente e fora do alcance dos transeuntes, não vejo maior perigo que nos trilhos de estradas de ferro ou mesmo nos bondes, ou em qualquer princípio.

Diversas cidades européias empregam o sistema Zipernouski de correntes alternadas análogo ao aqui empregado (Westinghouse), porém com o duplo de pressão: 2000 volts, sistema também adotado na cidade de São Paulo.

Todas as instalações daquele fabricante (Zipernouski) inclusive a de São Paulo, são aparelhadas com cabos nus para os circuitos primários sem inconveniente algum. Ora, aqui empregamos os cabos cobertos em todos os circuitos com metade da pressão usada por aquele fabricante; estamos, portanto, em muitas melhores condições de segurança.

As correntes elétricas destinadas à iluminação doméstica são de baixa pressão (50 volts) e, portanto absolutamente inofensivas.

(...)

Se os contatos dos fios telefônicos com os elétricos pode causar desastres ou mortes aos que se servem dos aparelhos, compete aos fios telefônicos porem-se ao longo e fora do alcance de seus perigosos vizinhos, e para isso devem eles serem suspensos nos lugares de cruzamentos.

A respeito das distâncias entre os fios e as casas que V., Sr redator, julga insuficientes, me parece não haver razão para assim supor,(...)

Os postes das diversas ruas foram por mim demarcados de acordo com as instruções da ilustre comissão de obras da Câmara Municipal; e na rua Halfeld, apontada como a de mais inconveniente colocação de postes, a demarcação foi feita pela Câmara Municipal, pelo seu agrimensor sr. Alves.(...)<sup>128</sup>

Por trás dessa mobilização em torno do que a eletricidade poderia representar enquanto perigo à população local, está implícita uma ambigüidade inerente à modernidade: a busca pela mudança e o medo de desorientação e desintegração nos processos de transformação. A eletricidade era desejada, pois representava um processo de modernização, cujo alcance na vida dos habitantes seria percebido, de imediato, pelo fim de uma iluminação a querosene. Ao mesmo tempo, criava-se uma expectativa sobre os efeitos negativos dessa nova tecnologia, especulava-se sobre a incerteza de sua segurança.

Após a realização de várias experiências, a iluminação por eletricidade estava pronta para ser inaugurada. A data festiva foi marcada para 5 de setembro. A contagem regressiva estava chegando ao fim e a cidade já entrara num clima de solenidades e festejos. Bernardo Mascarenhas virou nome de rua (seu nome substituiu o da rua da Colônia).<sup>129</sup> No dia

---

<sup>128</sup> Diário de Minas. 18/08/1889.

<sup>129</sup> Gazeta da Tarde. 02/09/1889.



marcado, a iluminação elétrica foi inaugurada. A cidade foi submetida, conforme os periódicos, à passagem das trevas para a luz, da imagem da morte para o símbolo da vida.

No dia da inauguração, já pela manhã os preparativos sucederam-se, a população envolveu-se no acontecimento, a Rua Halfeld se destacava dentre todas. Pela noite, os enfeites tomaram conta dela e da Rua Direita iluminada, com várias casas mostrando bandeiras e sinais diversos. Todos os enfeites iam até o Alto dos Passos. Às sete horas da noite, uma aglomeração de pessoas escutava a banda de música em frente à Tecelagem Mascarenhas. Diretoria, gerência e empregados da CME estavam neste estabelecimento, aonde a luz chegou às lâmpadas e de reboque veio o efeito de deslumbramento pela iluminação provocada no salão de trabalho da Companhia. Da Tecelagem Mascarenhas, partiu em marcha a população, subindo pela Rua do Imperador, tomando a Rua Direita em direção à primeira parada na Loja Maçônica, profusamente enfeitada, onde ocorreu uma série de brindes, principalmente a Bernardo Mascarenhas e sua família. Um sarau dançante foi a próxima fase dos festejos.<sup>130</sup> Impossível não atentar para todo o discurso acionado em torno da noção de progresso.

Felizmente para nós outros que rendemos culto ao progresso, é hoje uma realidade a iluminação da próspera e florescente cidade de Juiz de Fora.

Assim são os arrojados cometimentos da inteligência humana. Simples idéias, vagas noções aninham-se em cérebros esclarecidos, e para logo tomam vulto, acercam-se dos aplausos populares e, aos incitamentos de todos, a idéia toma corpo, vivifica-se e aparece brilhante encerrada em um fato, em uma realidade louvável.<sup>131</sup>

Entre as manifestações sucedidas pelo feito, Padre Hypolito Campos, um dos moradores da cidade, em carta enviada ao Diário de Minas, demonstrou grande entusiasmo e conhecimento das suas variáveis aplicações para a comodidade da vida, condizente com uma sociedade iluminada pela ciência. Na carta temos um texto interessante, em tom de admiração e do maravilhoso sobre as utilidades práticas da eletricidade, assim entendidas pelo religioso:

(...) O raio curvou-se ao homem feito seu criado. Pede-lhe um fio de arame, e, mensageiro célebre e encantado, num momento dá recados de seu amo a todos os povos do mundo. Sem se fazer sentir ausente, na mesma hora, no mesmo instante vem trazer-lhe respostas que receberá em diversas e longínquas paragens, lá nos confins da terra.

Servente dócil, esperto, o raio, domesticado, civilizado, toma uma lâmpada, excita-se numa fibra carbonizada, transforma-se magicamente em fanal, espanca as trevas, e ao rei da criação, seu senhor, ilumina os passos nos sabores e prazeres da vida. (...)<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> Gazeta da Tarde. 06/09/1889.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Diário de Minas. 06/09/1889.

Esses primeiros momentos eram eufóricos. De autoria de Zé Piloto, uma paródia intitulada *Hino da Independência* nos informava sobre o alcance da iluminação elétrica. O texto nos traz informações de lugares em Juiz de Fora, possivelmente iluminados por eletricidade. Testemunhava também sobre a mudança de iluminação, antes pautada no querosene.

Já podeis, oh! gente tétrica,  
Pôr de parte a vossa magoa,  
Já raiou a luz elétrica  
Da Colônia ao Botanagua

Brava gente!... molto bene!...  
Longe vá temor antigo  
Acabou-se o querosene  
De queimaduras amigo.

Do progresso o condenado  
Sempre foi-nos empecilho  
Por isso tem-se quebrado  
Postes em grande sarilho

Musa, oh! Musa progressista!  
Em trevas não te detenhas  
Olha a luz... Há quem resista  
Ao Bernardo Mascarenhas?

Vamos pois, oh! Gente tétrica,  
Ponde a parte a vossa mágoa  
Já raiou a luz elétrica  
Da Colônia ao Botanagua.<sup>133</sup>

Esperava-se que a partir de sua inauguração, a eletricidade se fizesse presente de forma rápida nas ruas de Juiz de Fora. Nos dias seguidos de setembro, o contentamento dava o tom na localidade. Juntava-se ainda a fiscalização da imprensa sobre todos os acontecimentos ocorridos em torno da iluminação. No dia 1º de setembro, o jornal deu seu primeiro aviso de uma lâmpada quebrada no Alto dos Passos.<sup>134</sup> O bem estar ainda persistiu por algum tempo, mas ao longo dos anos, a CME foi alvo de críticas quanto à execução de seu serviço de iluminação pública: as constantes interrupções do fornecimento de energia, a ineficiência das lâmpadas, com iluminação pouco satisfatória, e a restrição dos espaços

---

<sup>133</sup> Gazeta da Tarde. 07/09/1889

<sup>134</sup> Gazeta da Tarde. 10/09/1889.

públicos iluminados determinaram reclamações da população, veiculadas ininterruptamente nos periódicos da cidade. É o que veremos a seguir.

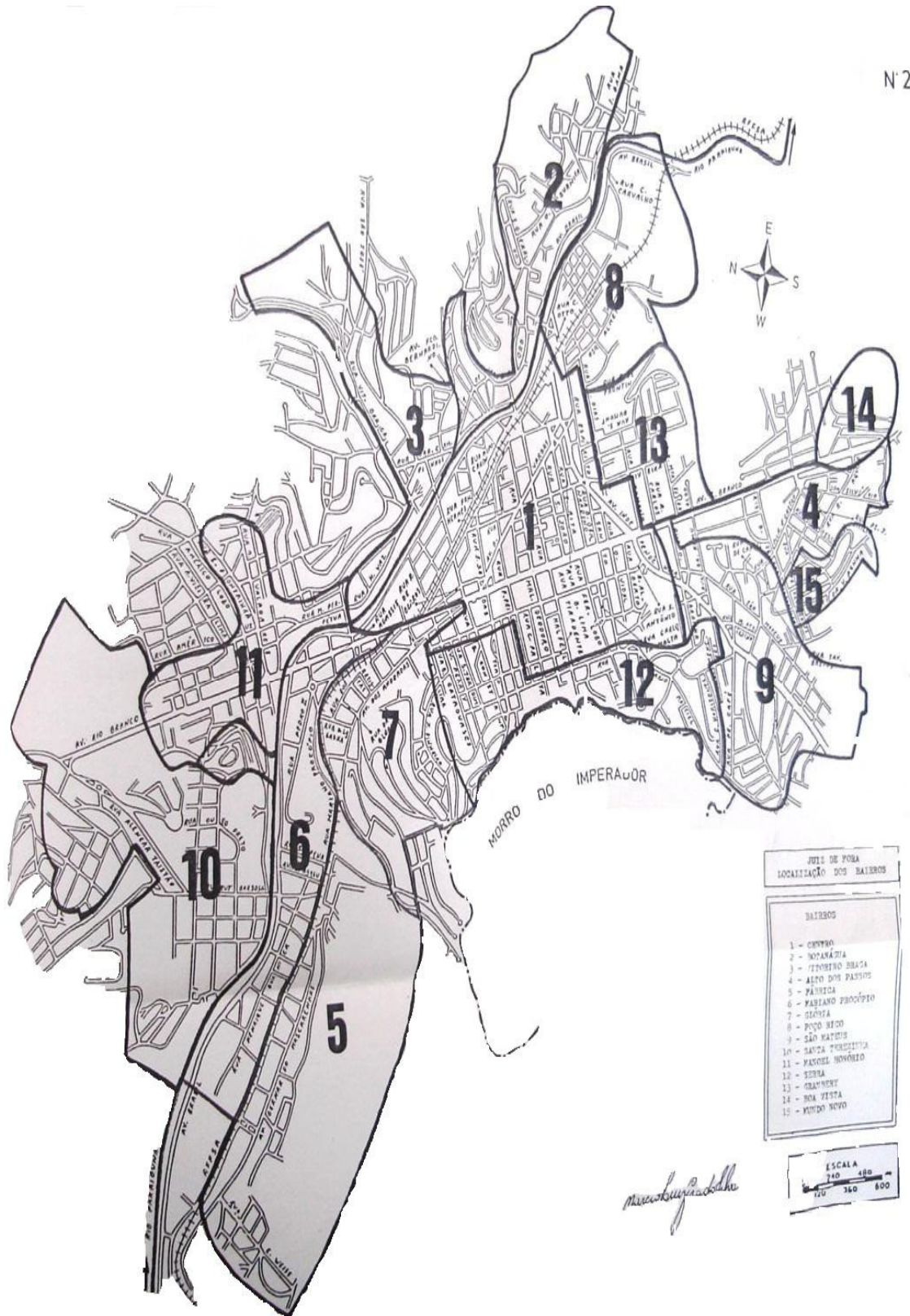
### **3.2 Reclamações cotidianas: a iluminação pública e particular de Juiz de Fora.**

Neste momento, só estavam constituídas enquanto unidades urbanas delimitadas os bairros Centro, Botanágua, Vitorino Braga, Alto dos Passos, Fábrica, Mariano Procópio, Glória, Santa Terezinha e Serra. Pelo mapa abaixo, pode-se perceber estes bairros e a extensa área que a cidade possuía. Ficará mais nítida a má distribuição do serviço de iluminação, considerando o fato de a região central <sup>135</sup> (identificada pelo número 1) ter sido privilegiada na colocação de mais lâmpadas em seu espaço. Mas, mesmo dentro dessa área de iluminação elétrica privilegiada, havia o benefício bem marcado de algumas ruas em detrimento de outras. Ocorria uma concentração dos serviços correspondentes ao embelezamento e saneamento devido à realização das atividades mercantis e das indústrias e por ser o local onde as elites moravam. As ruas próximas a 15 de Novembro, em direção à praça da estação, eram dotadas de estabelecimentos comerciais e industriais, promovendo o dinamismo do centro comercial. <sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> Situada à margem direita do rio Paraibuna, particularmente as ruas 15 de Novembro (atual Getúlio Vargas), Santo Antônio, Direita, Batista de Oliveira, Halfeld, São João, Espírito Santo, Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, São Sebastião, Barbosa Lima, Brás Bernardino e Avenida Municipal.

<sup>136</sup> Sonia, MIRANDA, *Cidade, capital e poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. p. 207.



Ilus 4: Sonia, MIRANDA, op. cit, Anexo 2.

1- Centro; 2- Botánágua; 3- Vitorino Braga; 4- Alto dos Passos; 5- Fábrica; 6- Mariano Procópio; 7- Glória; 8- Poço Rico; 9- São Mateus; 10- Santa Terezinha; 11- Manoel Honório; 12- Serra; 13- Granbery; 14- Boa vista, 15- Mundo Novo.

### 3.2.1 A iluminação pública

Ficou estabelecido no contrato entre a Câmara municipal e a CME que o perímetro da cidade seria iluminado entre o início do anoitecer e o término do amanhecer, salvo as noites de luar bem claro, em que as luzes seriam apagadas às 10 horas da noite. No dia seguinte à inauguração, as lâmpadas elétricas apagaram-se durante algumas horas, devido a um acidente no motor. O Gazeta da Tarde assim declarou sobre o episódio:

“Se diariamente formos obrigados a ficar sem luz por desarranjo nos maquinismos da empresa e inutilização de correias transmissoras, por descuido censurável, melhor fora que a Câmara conservasse os antigos postes de iluminação para suprir as lâmpadas elétricas, quando não funcionassem.”<sup>137</sup>

Um autor, denominado X.Y., escreveu sobre a situação de interrupção da luz. Mencionou que o incidente se deu por acaso, que tal eventualidade era possível e a eletricidade deveria imperar sobre qualquer outra intenção, inclusive a de se tentar voltar com a antiga iluminação pública. Refutou a “sinistra intenção” de retornar com o querosene, ressaltou o acaso da situação e afirmou a importância da energia elétrica, visto que progresso exigia tudo às claras.<sup>138</sup>

Ao longo dos anos, a euforia e contentamento pela novidade elétrica deram lugar às reclamações. Era com esta última palavra que geralmente surgiam as denúncias relativas ao serviço de iluminação pública. Os pedidos eram constantes para que as autoridades responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos e a Companhia Mineira de Eletricidade tomassem providências quanto a consertos. As reclamações tinham um repertório de motivações repetitivas, referentes a uma lâmpada que há muitos dias não funcionava; também, por alguma eventualidade ocorrida na usina da empresa, as ruas ficavam às escuras; ou pela ausência de lâmpadas nos postes de iluminação; por seu número insuficiente ou pelo poder de iluminação insatisfatório. O serviço prestado pela CME era um dos centros das atenções da imprensa e da população juiz-forana. Qualquer desvio de rotina dos serviços elétricos era mencionado nos periódicos, que eram como a voz daqueles que passavam ou moravam nas ruas às escuras, onde não estivesse ocorrendo o funcionamento recomendado pelo contrato e o desejado pelos habitantes.

---

<sup>137</sup> Gazeta da Tarde. 19/09/1889.

<sup>138</sup> Gazeta da Tarde. 23/09/1889.

“Inconvenientes no serviço de iluminação devido a uma correia úmida, que não permitiu o funcionamento de um gerador da eletricidade. Ontem, a iluminação particular funcionou em boas condições, o que não aconteceu com a iluminação pública, diversas vezes apagada.”<sup>139</sup>

“Requerimento dos moradores da Rua do Progresso, reclamando iluminação e água para aquela parte da cidade.”<sup>140</sup>

Essa valorização da eletricidade tornava-a um bem necessário para uma cidade que se dizia progressista. O descontentamento ocorria todas as vezes que havia um empecilho no seu fornecimento ou na qualidade do serviço. A demanda por luz crescia numa medida correspondente à sua crescente industrialização e aumento da população.

Nos primeiros anos de instalação da luz elétrica, as interrupções eram constantes. Como já tratado anteriormente, antes mesmo de ser inaugurado o serviço foi posto sob a desconfiança da população. A falta de conhecimento sobre o assunto levantava hipóteses curiosas sobre o que gerava os desarranjos na usina geradora de eletricidade: em 1890, Abílio Marques, gerente da Cia. Luz Electra de São Paulo escreveu a *O Pharol* sobre as interrupções no serviço de iluminação pública devido aos defeitos da usina. Ele estanhava que as justificativas para essas eventualidades fossem atribuídas à grande quantidade de eletricidade existente na atmosfera da cidade e, esta, sendo atraída para a fábrica de eletricidade, causava os inconvenientes estragos no maquinismo da usina. Ele afirmou que os defeitos não eram por causa da atmosfera, que as nuvens dessa cidade nada tinham de responsabilidade nas interrupções, mas sim a falha humana, a ineficiência da mão-de-obra empregada na CME. Ironizou ser somente em Juiz de Fora que fenômenos como estes aconteciam e que na sua companhia os maquinismos funcionavam perfeitamente.<sup>141</sup>

Dois dias depois veio a resposta por Bernardo Mascarenhas que explanou sobre a eletricidade na atmosfera. Sua resposta dava a noção de como estava organizado o serviço de iluminação desta cidade, além de observarmos o tom irônico de Mascarenhas sobre as questões técnicas da eletricidade.

As circunstâncias são muito diversas. Aí em São Paulo há uma pequena instalação (quase de experiências) cujo circuito talvez não passe de 2 quilômetros, alimentando algumas lâmpadas por 4 horas, por noite e a daqui tem redes de distribuição para mais de 40 quilômetros e a fábrica acha-se locada em grande queda d'água, a 6 quilômetros da cidade, alimentando 200 lâmpadas de 30 velas, por toda a noite – o

---

<sup>139</sup> O Pharol. 04/12/1890. p.1, c.4.

<sup>140</sup> Minas Livre. 13/09/1891. p.2, c.1.

<sup>141</sup> O Pharol. 08/01/1890. p.1, c.1.

negócio é mais sério – e além disso lá está o sr. Marques a quem o raio já conhece e respeita pelos seus profundos conhecimentos.<sup>142</sup>

Em 1891, o desmoronamento de uma parede do canal que conduzia a água para as máquinas da CME paralisou o serviço de iluminação particular e pública. O querosene passou a ser reutilizado, um recurso providencial e paliativo algumas vezes. A iluminação a querosene passou a ser o alvo das atenções até o restabelecimento da iluminação elétrica, ocorrido em 6 de fevereiro. Mas isso não durou muito, pois a iluminação foi novamente interrompida no dia 25 de fevereiro.

A modernização requeria iluminação ininterrupta, uma cidade como Juiz de Fora necessitava de uma luz eficiente e satisfatória. Tratava-se de uma cidade distante de ser um povoado do interior. Por isso, a nova demanda feita pelo *O Pharol* era em torno da duração da iluminação nas ruas.

Chamamos a atenção da Companhia Mineira de Eletricidade o fato inconvenientíssimo de apagar-se a iluminação pública, às dez horas, em noite escura e chuvosa como a de ontem.

Não é admissível que uma cidade civilizada como esta, dispondo de um moderno sistema de iluminação, permaneça em trevas como atrasada povoação do interior.

Entendemos que a iluminação pública só deveria apagar-se em noite de luar claro, em céu límpido e sem nuvens.<sup>143</sup>

Em 1893, a iluminação seria estendida para outros logradouros como Tapera e nas ruas Bernardo Mascarenhas, S. Matheus, Cemitério e Botânica.<sup>144</sup> A CME anunciou uma reforma do contrato assinado com a Câmara, havendo a necessidade de aumentar o preço de seus serviços diante de um quadro de duplicação do preço dos maquinismos e dos salários pagos a seus funcionários.<sup>145</sup> Uma série de dificuldades fazia parte do cotidiano do serviço de iluminação: a natureza, os periódicos, o câmbio e os habitantes contribuíam em muito para as situações desfavoráveis enfrentadas pela empresa. Por exemplo, o furto de lâmpadas da iluminação pública, vendidas para a iluminação particular, de acordo com a queixa da empresa fornecedora de energia.<sup>146</sup> Uma carta do encarregado do serviço de iluminação para o jornal assim dizia sobre esse serviço:

---

<sup>142</sup> O Pharol. 10/01/1890. p.1, c.1.

<sup>143</sup> O Pharol. 02/07/1892. p.1, c.1.

<sup>144</sup> O Pharol. 08/06/1893. p.1, c.1. Em agosto do mesmo ano, a CME foi autorizada a instalar 40 lâmpadas nas respectivas ruas de acordo com O Pharol de 19/08/1893. p.1, c.1.

<sup>145</sup> O Pharol. 11/06/1893. p.2, c.4.

<sup>146</sup> O Pharol. 29/06/1893. p.1, c.1. e 20/10/1893. p.1, c.6.

A iluminação pela eletricidade, sem nenhum motivo que o justifique, tem atualmente um serviço tal, que em nada incomoda os lampiões de querosene, seus naturais adversários, os quais se viam, depois desse decantado melhoramento da nossa cidade, amesquinçados; porque as lâmpadas elétricas, públicas ou particulares, não iluminam na proporção do número de velas que têm, fazendo que a elas se prefiram os velhos lampiões e as clássicas lamparinas. As lâmpadas da rua iluminam pouco, como todos sabem, tornando-se em algumas noites difícil achar-se, a 5 metros do poste, uma bengala que por acaso se desprenda da mão de um transeunte.

São gerais as queixas e assim me dirijo a v.s. afim de lembrar-lhe essa justa reclamação, esperando que os srs. encarregados do serviço noturno da Companhia de Eletricidade apertem ou desapertem mais algumas chaves, parafusos, ou coisa que isso valha, a ver se conseguimos melhor luz.<sup>147</sup>

Em 1901 foi anunciada a interrupção da iluminação até que os efeitos da enchente do rio Paraibuna chegassem ao fim. O maior dano causado à CME foi a destruição da obra da usina que só poderia ser consertada após a vazante do rio, o que duraria de 2 a 3 meses. As providências foram tomadas para o restabelecimento da iluminação das ruas.<sup>148</sup> Essa iluminação provisória seria feita através de lampiões a querosene, já encomendados no Rio de Janeiro. A enchente ocorrida deixou de baixo d'água uma extensa área do bairro Botanágua e de ruas do centro juiz-forano. A cidade passaria por um período longo sem energia elétrica, obrigando a serem adotadas medidas emergenciais quanto ao serviço público: as lâmpadas dos postes foram retiradas, as estações de trem da cidade e de Mariano Procópio foram iluminadas a gás acetileno, os estoques de lampiões foram rapidamente consumidos nas lojas da cidade, as ruas, durante a noite, passaram a ser freqüentadas com ajuda de lanternas.<sup>149</sup> Contraditoriamente, a colocação de lâmpadas elétricas não foi mais exigida nas ruas de Juiz de Fora, mas pediam a instalação de lampiões em ruas como do Comércio, parte alta; Santa Helena; Antonia Dias; Benjamin Constant, Progresso, etc.

Pedem-nos solicitemos do Sr. Dr. diretor da Companhia Mineira de Eletricidade a fineza de mandar colocar um lampião à rua da Liberdade, esquina da Tiradentes. É um obséquio que se presta aos moradores daquele ponto.<sup>150</sup>

Mais uma vez a imprensa chamou a atenção para as atitudes tomadas pela CME, sempre prejudiciais aos habitantes da cidade. Criticaram os diretores da empresa por não buscarem alternativas para que o fornecimento da eletricidade voltasse o mais rápido possível; ao contrário disso, preferiam esperar a vazante do rio Paraibuna. Outro fato mencionado era a

---

<sup>147</sup> O Pharol, 31/08/1900. p.1, c.5.

<sup>148</sup> O Pharol, 10/12/1901. p.1, c.1.

<sup>149</sup> O Pharol, 10/12/1901. p.1, c.1.

<sup>150</sup> O Pharol, 12/12/1901. p.1, c.4.



não utilização de um motor a vapor nesses casos de urgência. Por conta disso, recomendaram a revisão do contrato para que a cidade se prevenisse contra esses contratemplos.<sup>151</sup> Os moradores procuravam a redação d'*O Pharol* para saberem quanto tempo ficariam sem poder contar com a iluminação elétrica, visto que pretendiam comprar lâmpadas de gás acetileno.<sup>152</sup> As fábricas movidas à eletricidade paradas, o pouco movimento das casas comerciais e a escuridão faziam a imprensa pedir a diminuição ao máximo do tempo das obras.<sup>153</sup> O ano de 1902 entrara e a impaciência pela falta de luz elétrica assim era demonstrada:

Em que dia teremos luz? Eis a pergunta que todos fazem, e que é respondida por incertezas, senão pilherias do boato. (...).

Ao certo, nada podemos adiantar, porque todas as tardes vemos o paciente João trepar na escada e tratar de acender os lampiões que coitadinhos, das onze horas em diante imitam o dr. Rodrigues Alves – cochilam e pst! apagam-se.(...)<sup>154</sup>

Uma crítica pesada foi direcionada ao dirigente da CME, quanto à iluminação de algumas ruas:

Saiba o Sr. Dr. Azarias de Andrade que a iluminação da rua Direita, no trecho entre a Rua da Liberdade e Largo do Riachuelo, está uma porcaria. Além de uma lâmpada apagada há muitos dias, as outras estão todas da cor do olho do pirosca, e semelhante brasa é claro que não faz senão escuro ou dá idéia de faróis de ferrovia, mas nenhuma iluminação.<sup>155</sup>

A resposta de Azarias de Andrade foi devolver o exemplar que continha a reclamação, acrescido da frase: “*Devolvo. É favor não mandarem-me mais esta porcaria.*” A ironia e acidez passaram a ser o tom das críticas de *O Pharol* à companhia de eletricidade. Este periódico assumiu, a partir da querela com Azarias de Andrade, uma postura de críticas severas às questões relacionadas aos serviços da Companhia. Os episódios no jornal revelam esse impasse, não eram mais simples pedidos, mas a fala era imperativa e impaciente.

Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, de 14 de julho de 1906, Azarias de Andrade, (naquele momento presidente da Companhia Mineira de Eletricidade), respondeu algumas indagações sobre a qualidade da iluminação pública e particular, assim como sobre o preço da luz. Indagado sobre o porquê de não aumentar a iluminação da cidade, Azarias de Andrade reconheceu a insuficiência da iluminação e se prontificou a aumentá-la, porém ressaltou a impossibilidade de fazê-lo, visto que era necessária a deliberação da Câmara, sancionada por seu presidente. A Companhia tinha um contrato com a Câmara e dele não podia se apartar.

---

<sup>151</sup> O Pharol, 14/12/1901. p.1, c.1

<sup>152</sup> O Pharol, 17/12/1901. p.2, c.1.

<sup>153</sup> O Pharol, 21/12/1901. p.1, c.1.

<sup>154</sup> O Pharol, 22/01/1902. p.1, c.5.

<sup>155</sup> O Pharol, 11/02/1902. p.2, c.3

Quanto aos preços, afirmou que estes eram menos custosos em Juiz de Fora e apresentou uma tabela com preços praticados em diferentes localidades do país.

Entre 1898 e 1915, as cinco administrações municipais decorridas em Juiz de Fora foram marcadas por crise de arrecadação e a não realização de obras de grande porte, situação que só começou a ser invertida a partir de 1912.<sup>156</sup> Obras de embelezamento como calçamento e arruamento, como também serviços de saneamento funcionavam como sustentadores da vida política dos administradores da cidade, nitidamente vinculados aos setores produtivos e de serviços de Juiz de Fora. A despesa com serviços públicos (água, esgotos, iluminação, calçamento e obras em geral) era baixa, condição constatada a partir da análise dos orçamentos globais, cujos gastos beneficiavam uma minoria em detrimento do público geral.<sup>157</sup>

A imprensa de Juiz de Fora realizava uma fiscalização denunciadora e contundente sobre os serviços da CME, mas também cumpria o papel de promover prestígio para a Companhia Mineira de Eletricidade e sua direção nas vezes que algum melhoramento de destaque ocorresse. Era um papel dúbio como observado a seguir. Primeiramente, as reclamações costumeiras:

Água e luz... a fluxo devem ser fornecidas ao público, e pelo menor preço possível. Em Juiz de Fora, uma e outra não custam pouco dinheiro, e, a julgar pelas reclamações da imprensa, distribuem-se de modo imperfeito, quase sempre.<sup>158</sup>

Meses depois, uma reportagem citou exemplos de cidades européias onde água e iluminação eram fornecidas por preços muito mais módicos. A Companhia Mineira de Eletricidade era elogiada pelo preço cobrado pela eletricidade entre os consumidores, em torno de 60 réis o kilowatt. A saudação ocorreu após Juiz de Fora ter sido mencionada na capital do país como uma das cidades cujo preço da eletricidade era um dos mais baratos.<sup>159</sup> Mas, na maioria das vezes, as reclamações eram o carro-chefe dos assuntos relacionadas à concessionária de eletricidade. As formas eram variadas para demonstrarem os descontentamentos quanto ao serviço prestado. Os remetentes, ora moradores – às vezes solitários, ou então em conjunto, através de abaixo assinados<sup>160</sup> –, ora os comerciantes e a

---

<sup>156</sup> S., MIRANDA, op. cit., p. 183.

<sup>157</sup> S., MIRANDA, op. cit., p. 189,190.

<sup>158</sup> Jornal do Comércio. 31/01/1907. p.1, c.4.

<sup>159</sup> Jornal do Comércio. 25/03/1907. p.1, c.1.

<sup>160</sup> Contendo 44 assinaturas, um abaixo assinado foi enviado à Câmara pelos moradores da rua do Espírito Santo ( trecho entre as ruas Baptista de Oliveira e Quinze de Novembro). Pediam para que completasse a iluminação do referido trecho, o que significava dotar os quatro postes de quatro lâmpadas. Assim dizia : “Além de ser justo o pedido ... por ser o trecho que maior número de casas e moradores tem(...) rua, que tem a distinção de hospedar a digna autoridade dirigente deste município. (...)” Jornal do Comércio. 03/07/ 1909. p.1, c.1.

própria redação do jornal tomavam a voz como reclamantes. O endereço das reclamações na maior parte das vezes ia ao encontro do destinatário CME.

A iluminação pública e particular estava causando desgosto geral, reclamava-se com insistência, julgava-se demoradas as providências tomadas até aquele momento. As lâmpadas da luz pública em muitas ruas estavam quase a extinguirem-se e a iluminação particular não tinha o efeito que a força das lâmpadas indicava.<sup>161</sup> O serviço de iluminação era visto como um problema, distante de resolução por mais esforços que fossem mobilizados. Acusavam a companhia de ter o privilégio da iluminação pública e particular, o que não a obrigava a acompanhar o progresso da cidade, já que estava satisfeita com a renda de suas ações e com sua ativa e zelosa administração. Apresentavam como solução a Câmara Municipal chamar a si a iluminação da cidade, entrando em acordo com a companhia.<sup>162</sup>

Pelas críticas recebidas em relação à deficiência da luminosidade, a CME contratou um profissional, Dr. José Felipe de Santa Cecília, professor da Escola de Minas de Ouro Preto, independente da empresa de Juiz de Fora. Constatou-se que a cidade estava dividida em quatro circuitos para efeito de distribuição da energia elétrica. Apenas um circuito, o de Mariano Procópio ainda não estava com fios completamente modificados. Sua resposta foi positiva quando indagado se nos três circuitos concluídos, o serviço foi feito obedecendo-se aos modernos preceitos da eletricidade, o mesmo ocorrendo quando foi perguntado sobre a qualidade do material utilizado pela empresa.

No Carnaval de 1912, a CME foi alvo de críticas. O préstito dos Escovados em seu segundo carro, intitulado Companhia Mineira de Eletricidade, trazia um poste emendado da esquina da Rua Halfeld com a Quinze de Novembro. Um membro do clube Escovado representava um cidadão, que segurava uma seringa para aplicar injeções no poste.<sup>163</sup> Segundo o jornal, o carro foi muito aplaudido. A irreverência do Carnaval não poupou a empresa. A imagem de um poste quebrado sendo medicado era mais uma alusão da forma como os serviços de iluminação eram encarados pela população de Juiz de Fora. Várias foram as tentativas de encontrar explicações que fizessem compreender o porquê de tanta insatisfação com a CME. A falta de boa vontade, a incompetência, a utilização de materiais, cuja qualidade deixava a desejar, procedimentos incorretos e descabidos eram as razões apresentadas pela imprensa nos anos seguintes.

---

<sup>161</sup> Jornal do Comércio. 22/09/1910. p.1, c.5.

<sup>162</sup> Jornal do Comércio. 28/12/1910. p.1, c.1,2.

<sup>163</sup> O Pharol. 22/02/1912. p.1, c.4- 6.

João Penido, presidente da Companhia Mineira de Eletricidade, respondeu às severas críticas advindas pelo mau funcionamento dos serviços prestados pela referida empresa. Mais uma vez, o impasse em torno da responsabilidade pela iluminação das ruas era posto à tona. Para a obtenção de uma boa iluminação era necessário ter não só as unidades de determinado poder luminoso, como certo número dessas unidades. A Companhia, em seu contrato com a municipalidade, obrigava-se a fornecer cada série de unidades por preço certo e determinado. Somente a municipalidade poderia determinar o número de focos necessários para cada rua ou praça. Concordava que este número era diminuto e para isso disponibilizou uma tabela referente ao número de lâmpadas instaladas desde o início da Companhia, agrupando-as por quinquênios. De acordo com a tabela, entre 1892 e 1896, o número de lâmpadas variou de 155 a 231; entre 1897 e 1901, variação de 231 a 337 lâmpadas; entre 1902 e 1906, o número de lâmpadas variou de 337 a 365; entre 1907 e 1911, variou de 365 a 405; e em 1912, o número de lâmpadas era de 416.<sup>164</sup>

Introduziremos algumas informações obtidas a partir da análise de recibos emitidos entre 1901 e 1915. Esses dados, associados aos acontecimentos relacionados nos jornais, referentes ao serviço de iluminação elétrica, nos ajudarão na conclusão a respeito de sua eficiência e execução em Juiz de Fora.

As afirmações abaixo estão relacionadas à análise de 48 recibos de cobrança dos serviços prestados pela Companhia Mineira de Eletricidade à Câmara Municipal.<sup>165</sup> Nestes documentos, obtemos informações dos números de lâmpadas variadas, utilizadas na iluminação das ruas da cidade; o número de aparelhos telefônicos concedidos pela Companhia à Municipalidade, além da menção de iluminação em lugares determinados pela administração municipal (escola noturna, linha de tiro, escola noturna de Mariano Procópio, posto zootécnico). Estes recibos estão disponíveis da seguinte forma: 1 de 1901 (fevereiro), 2 de 1902 (janeiro e fevereiro), 2 de 1903 (setembro e outubro), 10 de 1904 (com exceção de junho e dezembro), 1 de 1907 (dezembro), 6 de 1910 (de junho a novembro), 2 de 1911 (janeiro e fevereiro), 6 de 1913 (de julho a dezembro), 12 de 1914 e 6 de 1915 (janeiro a junho).

Por essa distribuição notamos certa irregularidade durante os 15 anos de intervalo (entre 1901, data do primeiro recibo disponível para análise, e 1915, data do último recibo). Mas quando temos em questão as informações deles extraídas, observamos certa constância

---

<sup>164</sup> Jornal do Comércio. 15/02/1912. p.1, c.1-3.

<sup>165</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Série 195/2, 195/3. Caixa 122.

quanto ao número de lâmpadas utilizadas no serviço de iluminação pública e os preços praticados entre a empresa prestadora e a instituição contratadora. De 1901 a 1915, foram utilizadas 200 lâmpadas de 1ª série e 100 de 2ª série, sendo cobrado para o mesmo período 2:000.000 e 900.000 réis respectivamente<sup>166</sup>. Quanto ao número de lâmpadas de 3ª série entre 1901 até 1904 observa-se um acréscimo constante desse tipo de lâmpada, até quando se chegou ao número de 67 lâmpadas por 536.000 réis, o que passou a ser evidenciado nas fontes a partir de 1910 (antes disso, foram utilizadas 37, 39,57,59,60,66 lâmpadas nesta ordem). Chegando a esse número, começa-se a utilização de um outro tipo de lâmpada, classificado nos recibos de acordo com o seu preço: 4.000 réis. Entre junho de 1910 a junho de 1915, o número de lâmpadas de 4.000 réis utilizadas foi de 26 a 49. A partir de julho de 1913, lâmpadas de 60 velas (uma nova categoria nos recibos elaborados) passaram a ser postas nas ruas da cidade, embora seu número fosse pequeno, 5.

Em 1901, 337 lâmpadas eram utilizadas na totalidade para a prestação de iluminação pública de Juiz de Fora, sendo cobrado por isso 3:206.000 réis. Quando se observa o recibo de junho de 1915, o número de lâmpadas de todos os tipos era de 421 (um acréscimo não tão significativo de 84 lâmpadas em relação ao primeiro recibo, num intervalo de 15 anos) mais 10 aparelhos telefônicos pelo preço de 3:799.945 réis no montante final (593.945 réis a mais que em fevereiro de 1901). Ocorria um serviço deficitário quanto à iluminação da cidade. Um acréscimo de 84 lâmpadas entre 1901 e 1915, para uma cidade que se destacava pelo crescimento acelerado de sua população no espaço urbano, pode ser considerado insatisfatório. Cabe ressaltar que esse número máximo de lâmpadas, 421, é constatado desde julho de 1913. A cidade possuía uma população urbana que de 13000, em 1890, havia chegado a 24000 habitantes em 1915. Quer dizer que entre a inauguração da energia elétrica em 1889 até 1915, a demanda por mais lâmpadas nas ruas de Juiz de Fora não estava sendo atendida de acordo com a necessidade de uma cidade que propagava o progresso e a civilização. Isso é explicativo das constantes reclamações na cidade analisadas ao longo desses anos.

Uma tabela foi feita a partir dos momentos em que houve alguma alteração no número de lâmpadas empregado de acordo com os recibos analisados. Observa-se que paulatinamente esse número crescia. Não bastasse o acréscimo moroso de lâmpadas, estas eram constantemente alvo de denúncias na imprensa sobre sua má qualidade. Note que não há

---

<sup>166</sup> Não foram encontradas nas fontes pesquisadas explicações para a nomenclatura adotada nos recibos. Creio que 1ª, 2ª e 3ª série são designações relacionadas à potência das lâmpadas. Cremos que quanto maior o preço, maior o poder de iluminação das lâmpadas. Portanto, temos respectivamente lâmpadas de maior a menor potência entre as de 1ª, 2ª e 3ª série.

nenhuma regularidade quanto ao acréscimo de lâmpadas. Entre fevereiro de 1901 e fevereiro de 1902, a cidade teve um acréscimo de apenas duas lâmpadas. O mesmo número foi acrescido de um mês para outro, de setembro para outubro de 1903. Por mais de três anos, entre janeiro de 1904 e dezembro de 1907, as ruas juiz-foranas contaram apenas com mais 6 lâmpadas. Já em 1910, a cidade contava com um tipo de lâmpada classificada pela companhia de acordo com o preço cobrado (lâmpadas de 4.000 réis). Qualquer aumento no número de lâmpadas a partir de então se deu neste tipo, já que as outras lâmpadas passaram a ter um número fixo. Esse movimento dependia da autorização do contratante para a efetivação do serviço pela CME. O pequeno número de lâmpadas estava atrelado a Câmara Municipal, na medida em que era esta a instituição responsável por bancar a iluminação pública. Já a má qualidade do serviço, devia ser de responsabilidade da Companhia Mineira de Eletricidade. As críticas nos jornais têm como alvo principal a empresa fornecedora, às vezes sendo esta também responsabilizada pelo número de lâmpadas, que ao entender dos habitantes de Juiz de Fora era insuficiente. Mas o incremento das ruas com a luz artificial só poderia ocorrer com a ordem da municipalidade.

**Tabela 15**  
**Variação do número de lâmpadas**

Mês/Ano	Lâmpadas utilizadas na iluminação pública
09/1889	180
02/1901	337
02/1902	339
09/1903	357
10/1903	359
01/1904	360
12/ 1907	366
06/1910	393
08/1910	397
01/1911	402
02/1911	397
07/1913	421

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Série 195/2, 195/3. Caixa 122.

### 3.2.2 A iluminação particular

Assim como a iluminação pública, a iluminação de domicílios comerciais e residenciais, aqui tratada como iluminação particular, foi alvo de muitas críticas. Poucas vezes, as reclamações foram dirigidas somente a um dos braços do serviço prestado pela CME. As duas modalidades de iluminação eram mencionadas, geralmente juntas. No repertório de reclamações sobre tal serviço, verificamos o descontentamento de moradores, e principalmente de comerciantes, pelas interrupções ao terem atividades domésticas e comerciais atrapalhadas pela falta de luz.

No dia 30 de setembro de 1889, saiu a primeira notícia sobre o início dos trabalhos de assentamento de fios condutores da luz elétrica para a iluminação do Hotel Rio de Janeiro, em Juiz de Fora, o primeiro estabelecimento onde ocorreria a iluminação particular.<sup>167</sup> Foi o primeiro estabelecimento da cidade a ser dotado desse tipo de melhoramento.<sup>168</sup> Em 1890, o periódico *O Pharol* inaugurou em suas instalações a luz elétrica<sup>169</sup> e no mesmo ano foi mencionada a instalação de luz elétrica na cadeia.<sup>170</sup>

Em 1891, devido à quebra de maquinismos, houve a impossibilidade do fornecimento de energia para a iluminação pública e particular ao mesmo tempo. Decidiu-se, então, por suprimir a segunda, até que os novos maquinismos encomendados dos Estados Unidos chegassem para substituir os estragados.<sup>171</sup> Um grande número de comerciantes recusou-se a pagar as tarifas cobradas pela CME, alegando que o serviço não fora exercido com regularidade.<sup>172</sup> Em fevereiro de 1892, ocorreu o desfecho desse episódio: houve a denúncia pelos 11 meses de supressão da iluminação particular e de interrupção do fornecimento de energia elétrica aos comerciantes, sendo que um pequeno número de habitantes gozava desse serviço – dentre eles os diretores da companhia. Os comerciantes mais necessitados da iluminação por eletricidade eram dependentes do caro e perigoso querosene. Além disso, a empresa era acusada de fazer economias, deixando de lado serviços necessários por não possuir materiais sobressalentes para a realização de consertos necessários.<sup>173</sup>

---

<sup>167</sup> Diário de Minas. 30/09/1889.

<sup>168</sup> O Pharol. 15/10/1889. p.1, c.5.

<sup>169</sup> O Pharol. 10/04/1890. p.1, c.3.

<sup>170</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Juiz de Fora, 13 de outubro de 1890. Série 195/2,. Caixa 122.

<sup>171</sup> O Pharol. 27/03/1891. p.1, c.4.

<sup>172</sup> O Pharol. 03/04/1891. p.1,c.5.

<sup>173</sup> O Pharol. 29/02/1892. p.1, c. 1,2.

A demanda por eletricidade crescia, tanto nas ruas, quanto nos estabelecimentos comerciais, que já consideravam a eletricidade fundamental para seus negócios. Não ter eletricidade nestes locais causava transtornos e ameaçava os lucros.

Há duas noites que, sem sabermos o motivo que a isso deu causa, somos privados da luz elétrica particular. Essas constantes e prolongadas interrupções da luz elétrica acarretam enormes prejuízos para o comércio, mormente para os hotéis que, como nós, necessitam da luz por toda a noite. Contando com o pronto restabelecimento da iluminação particular, descuidamos de arranjo dos lampiões de querosene, às vezes mesmo por esquecimento, devido ao devermos já estar a isso desabituaados. (...)<sup>174</sup>

Domesticamente, somente aqueles dotados de significativos recursos financeiros poderiam gozar das qualidades e vantagens da iluminação particular. Para a maioria, a única forma de se beneficiar da iluminação elétrica era no espaço público, nas ruas de Juiz de Fora. Porém, nem nas ruas tal demanda era satisfeita a contento.

Bernardo Mascarenhas declarava não poder baixar os preços dos materiais devido ao câmbio desfavorável, embora fosse interesse da empresa vulgarizar a eletricidade em todas as suas aplicações. Os altos preços pagos pelos produtos importados e os altos salários pagos pela mão-de-obra empregada, não possibilitavam a adoção de preços mais módicos e acessíveis, impedindo a instalação de iluminação doméstica para muitos habitantes<sup>175</sup>.

Em nota, o *Jornal do Comércio* trouxe uma dica para amenizar o mau cheiro do querosene utilizado na iluminação das casas, esboçando a condição da iluminação particular em Juiz de Fora, marcada pela nítida exclusão da maior parte da população, sem acesso à energia elétrica em suas casas.

Apesar da grande rapidez com que se tem imposto a luz elétrica, é, todavia, o candeeiro de petróleo o principal elemento de iluminação das casas. O querosene teve sempre um inconveniente - seu mau cheiro. Há, porém um modo muito simples de fazê-lo perder. Deitam-se na lata onde se guarda o petróleo duas ou três bolinhas de nephtalina, ajuntando-se cada semana nova bola. (...)<sup>176</sup>

Recorrer aos jornais ajuda-nos perceber que a eletricidade aos poucos intermediava diferentes práticas e relações sociais. As denúncias de mau funcionamento, mais que esboçar um serviço incipiente e deficitário, permite-nos observar o engatinhar de uma tecnologia que hoje é quase onipresente em nossa vida diária. Constantemente a energia elétrica ia se tornando subsidiária das ações dos juiz-foranos. Não podemos deixar de mencionar que tal

---

<sup>174</sup> Jornal do Comércio. 18/03/1897. p.1, c.5.

<sup>175</sup> Jornal do Comércio. 11/01/1897. p.3, c. 2,3.

<sup>176</sup> Jornal do Comércio. 30/01/1898. p. 1, c.1.



condição era marcada pela exclusão de boa parte da população. Na escola noturna deixou de haver aulas por alguns dias por falta de iluminação e pelos materiais pedagógicos básicos. Disse o jornal que “*o professor e seus alunos não são gatos para enxergar no escuro, e uma aula noturna à luz de velas parece vigília aos defuntos ou sessão de feitiçaria.*”<sup>177</sup>

Uma das dúvidas era a respeito da luz das lâmpadas, se sua intensidade correspondia realmente à luminosidade referente ao artefato. Afirmavam que o consumidor estava sendo prejudicado por não haver cumprimento do contrato, visto que o poder iluminante acusado em cada lâmpada não ocorria de fato. As ponderações abaixo chamam-nos a atenção para alguns procedimentos, tomados pelos próprios habitantes, cujo resultado era o prejuízo da intensidade da luz nas casas particulares. O tipo de lâmpada – a de filamento de carvão – submetida às horas excessivas de uso, perdia de forma constante a intensidade na iluminação. Esta perda de intensidade luminosa não ocorria na mesma proporção com lâmpadas de filamento metálico, cuja presença foi observada em poucas residências.

A luz de cada lâmpada, individualmente, é boa; (...) qualquer lâmpada nova, de bom fabricante, de intensidade nominal de 16 velas, sob 10 volts, fornece efetivamente 16 velas.

(...)

As observações acima não se aplicam certamente a lâmpadas de filamento metálico, tipo que observei em pequeno número de instalações particulares. Pouco sensíveis a variações de voltagem, perdendo apenas 4% da intensidade nominal, enquanto as lâmpadas de filamento de carvão perdem 20% fornecendo uma luz muito mais branca e muito mais agradável do que a fornecida pelas outras lâmpadas com uma vida útil muito maior.<sup>178</sup>

Em uma declaração, a CME afirmou que a instalação de luz particular não estava somente a cargo da Companhia. Cada um podia mandar fazer-la, por quem quisesse. Para ele era natural – havendo instalações antigas e defeituosas – que a luz das lâmpadas não tivesse a intensidade necessária. Assim como era indispensável reformar os encanamentos de gás e água, também era preciso reparar instalações elétricas, sobretudo, as descobertas, como eram geralmente as usadas na cidade. Cabia ao particular mandar fazer tais reparações.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> O Pharol. 08/05/1902. p.1, c.3.

<sup>178</sup> Jornal do Comércio. 22/01/1911. p.2 c. 1-3.

<sup>179</sup> Jornal do Comércio. 15/02/1912. p.1 c.1,2,3.

### 3.3 O serviço de bondes em Juiz de Fora

Em 1880, ocorreu a constituição da Companhia Ferro Carril Bondes Juiz de Fora, uma empresa do serviço de bondes por tração animal. Em março de 1881, a primeira linha foi inaugurada com o percurso em círculo pelas ruas Direita, da Imperatriz, Largo da Estação, do Comércio, Espírito Santo e novamente Rua Direita. Trafegavam dois bondes: do Queiroz (Rua Direita) à estação, e vice-versa. A linha compreendia as ruas da Imperatriz, Halfeld, Comércio, Espírito Santo e Direita.

Em 1882, houve o prolongamento da linha até o Alto dos Passos. O novo percurso era da Rua Direita até o Alto dos Passos, em frente à Santa Casa, prosseguindo a mesma até a Fábrica José Weiss pela rua da Colônia, posteriormente chamada de rua Bernardo Mascarenhas.<sup>180</sup> Vigoraram estes preços: 100 réis, dos Passos ao Largo Municipal (Parque Halfeld); 200 réis, dos Passos à Estada de Ferro, e vice-versa; 100 réis, da estação ao Largo da Matriz, em frente à casa do Dr. Theodoro de Araújo. No mesmo ano, prolongou-se a linha do Largo Municipal até a Colônia Alemã.<sup>181</sup> Em 1883, as linhas de bondes eram as seguintes: do Alto dos Passos (pouco acima da Igreja) até a estação; da rua do Espírito Santo (em frente ao Teatro Juiz de Fora) até depois da estação Mariano Procópio.<sup>182</sup>

Em 1897, ocorreu concessão do serviço após a assinatura da escritura de venda da empresa, feita pelo Coronel Bernardo Mariano Halfeld à firma Fritz Wirtz & Comp.<sup>183</sup> A transferência dessa concessão aconteceu outras vezes para diferentes pessoas, até chegar ao controle da Companhia Mineira de Eletricidade, mediante aprovação do Governo Estadual, em 1905. Já ocorriam demandas em torno das questões dos bondes de tração animal: extensão das linhas, modificação em horários, retorno dos serviços após interrupções, preços de passagens. Eram as situações cotidianas enfrentadas pelos múltiplos empresários que passaram pela exploração dos serviços de viação urbana. Prosseguiremos ao acompanhamento do cotidiano dos bondes movidos à tração animal, através dos jornais.

Em 1890, a linha de bonde da Barreira até a Tapera foi inaugurada, mas por falta de numerários foi cancelada, só voltando em 1913. Em 1893, às 7 da noite, pessoas vindas da fábrica José Weiss escaparam, no bonde número 2, de um acidente na descida do morro Boa Vista, em Mariano Procópio. O motivo desse contratempo esteve relacionado ao não

---

<sup>180</sup> Paulino, OLIVEIRA, *Companhia Mineira de Eletricidade*, p. 45.

<sup>181</sup> O Dia. 05/04/1917. p.1, c.1-3.

<sup>182</sup> Paulino, OLIVEIRA, *História de Juiz de Fora*. p.127, 128.

<sup>183</sup> Jornal do Comércio. 27/04/1897. p.1, c.3.

funcionamento do freio. O ponto onde ocorreu o descarrilamento era justamente onde a linha dos bondes cruzava com a linha de trem da Central do Brasil. O bonde atirou fora diversos passageiros, mas não houve vítima fatal. Encerravam a nota exigindo do empresário, providências cabíveis para o caso ocorrido.<sup>184</sup>

Poucos dias depois, uma reclamação para a melhoria do serviço de viação da cidade destacava o estado da linha de bondes, cujo nível elevava-se acima do calçamento das ruas, o que, certamente, constituía um inconveniente do sistema de viação urbana. As expectativas não eram boas: sem dúvida, não ocorreria de imediato a alteração do assentamento dos trilhos. Como o calçamento definitivo das vias públicas – seguindo um plano geral de construção e embelezamento das novas ruas – só se definiria no século vindouro, o concessionário daquela linha só seria obrigado a reformá-la quando isso ocorresse. A imprensa solicitava a extensão das linhas de bondes para a rua S. Matheus, onde tal serviço era urgente. Indagou o jornal se aquele subúrbio, assim como outros, não estaria compreendido na concessão para uso e gozo do privilégio da linha de bondes.<sup>185</sup>

O princípio estruturante da modernidade do século XIX é a circulação de mercadorias e de objetos, um elemento da vida moderna, fomentador da materialização da sociedade de consumo. Os bondes a burro eram obstáculos à plena circulação, dificultando a modernização da cidade. Esses veículos refreavam a tendência de aceleração do ritmo da vida inerente à modernidade. Era como se parte do passado insistisse em permanecer num presente de mudanças constantes. Esse serviço não rompia com a dependência da tração animal para a realização de deslocamentos pelos habitantes na cidade – por carroças, no lombo de cavalos e burros e nos respectivos bondes. É inegável que tenha ocorrido um progresso, quando esse serviço foi instalado. Mas, a partir do momento em que se sucedeu a inauguração da energia elétrica, esse progresso passou a ser relativo. Essa condição durou uma quinzena de anos. Durante esse tempo, um limite físico não pôde ser ultrapassado. O serviço ainda contava com dificuldades, marcadas pelo desnivelamento de trilhos e as respectivas ruas, em sua maioria sem qualquer tipo de calçamento.

Outros entraves ao deslocamento dos bondes pelas ruas da cidade podem ser observados na limitação de utilização dos animais, cuja resistência deveria ser respeitada de maneira que sua vida útil fosse preservada. Por conta disso, a morosidade no percurso dos bondes era conseqüência da lentidão desses animais. Ela era mais agravada pelos declives,

---

<sup>184</sup> Juiz de Fora. 06/09/1893. p.2 c.2.

<sup>185</sup> Juiz de Fora. 18/09/1893. p.1 c.1,2.

subidas, chuva e lama. Outro inconveniente acontecia quando os carris eram freqüentados por tipos sociais indesejáveis. As situações abaixo nos ajudam a perceber isso.

Pessoas respeitáveis vieram queixar-se que meninos vadios, tendo subido no Bonde nº 9, ontem, às seis e meia da tarde, aí fizeram estripulias, tentavam mesmo enfiar as mãos nos bolsos dos passageiros, que em balde pediram providências ao condutor<sup>186</sup>

A linha necessita de ser nivelada e passada pela bitola, a fim de evitar os freqüentes descarrilamentos; carece de ser calçada. Ao menos com cascalho miúdo entre os trilhos a fim de impedir que das poças d'água a lama, os animais não as atirem, com o pés, nos passageiros que se sentam nos primeiros bancos. Também seria conveniente que o empresário ordenasse aos condutores que não permitam o embarque de mendigos, ébrios e sujos, cujo contato incomoda aos que pagam para ter comodidade. (...)<sup>187</sup>

### 3.3.1 Bondes elétricos: demandas por circulação.

A tração elétrica foi utilizada pioneiramente no Brasil na cidade do Rio de Janeiro. Em 1892, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico inaugurou seu serviço, realizando o trajeto do Centro ao Flamengo.<sup>188</sup>

Em 1905, a Companhia Mineira de Eletricidade adquiriu o direito de exploração dos carris urbanos, com a intenção de substituir os bondes puxados por burros pelos de tração elétrica. Apesar da grande vantagem advinda com os bondes elétricos, o periódico chamou a atenção da CME em não se limitar a substituir as linhas existentes, mas animar-se a prolongá-las para diversos pontos, como S. Matheus, Botánágua, até a fábrica Stiebler, Cemitério e, notadamente, para Benfica.<sup>189</sup> Para a instalação dos novos carris foram contratados os Srs. Guinle & C. numa linha com extensão de 8 quilômetros.<sup>190</sup> Já surgiam expectativas sobre os bondes elétricos, como, por exemplo, o uso funerário, devido a muitos não disporem de recursos para esse serviço.<sup>191</sup>

Seis de junho de 1906: esta foi a data marcada para as festividades de inauguração do novo edifício da estação, dos bondes elétricos, do jardim do Largo de S. Sebastião e a estação

---

<sup>186</sup> O Pharol. 03/05/1895. p.2, c.2.

<sup>187</sup> O Pharol. 09/01/1904. p.1, c. 7.

<sup>188</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)*. p.129.

<sup>189</sup> Jornal do Comércio. 25/02/1905. p.1, c.2,3.

<sup>190</sup> Jornal do Comércio. 23/03/1905. p.2, c.1.

<sup>191</sup> Jornal do Comércio. 06/01/1906. p.1, c.6.

da usina de creosotagem de dormentes. Um convite especial foi direcionado a Lauro Muller, ministro da viação e a Ozório de Almeida, diretor da Central do Brasil.<sup>192</sup> Os convidados passaram por diferentes locais da cidade (Club Juiz de Fora, Ginásio Granbery, Santa Casa de Misericórdia, a Academia do Comércio) e à tarde a estação e os bondes. O bonde nº1 tomou a linha da rua do Espírito Santo, seguindo a Direita até Parque Weiss, aonde chegou às 4 horas e 15 minutos da tarde, seguido dos demais. Às 5 da tarde achavam-se os bondes em frente ao Parque Halfeld, de regresso, onde os convidados se reuniram para a última solenidade do dia: a inauguração do jardim do Largo S. Sebastião.<sup>193</sup>

Passados os festejos da inauguração, rapidamente a demanda pelo prolongamento das linhas para outras localidades passou a ser pedida.

Os bondes serão levados em breve ao asilo. As obrigações de fazer esse prolongamento figurarão no contrato a assinar-se entre a Companhia e a municipalidade.

Dotar todas as zonas da cidade e seus subúrbios do meio fácil e cômodo de comunicação, ora inaugurado, deve ser uma das preocupações maiores do poder municipal.

Assim, convém que a Câmara procure obter que a Companhia vá levando os seus trilhos as ruas Moraes e Castro (Capim), S. Matheus, cemitério, e às Jaboticabeiras, visando Benfica – a importante feira de gado, como ponto terminal.<sup>194</sup>

As vantagens eram muitas para uma cidade que tivesse à sua disposição bondes por tração elétrica. No entanto, como de costume, os serviços públicos estão no bojo de diversas e variadas demandas. Todos os assuntos que envolvessem esse serviço, em algum momento, foram postos no âmbito das discussões dos jornais da cidade. Preço de passagens, pedidos de extensão de linhas ou dos horários de funcionamento – em especial nos dias chuvosos –, irregularidade nos horários – seja pela mudança de percurso dos carros para conserto do desvio da linha, tráfego irregular, com atraso do início de seu funcionamento – foram algumas das questões caracterizadoras das reclamações e solicitações pelo melhoramento do serviço de bondes.

Muitas vezes, a presença do bonde – e também de iluminação – servia como quesito na escolha do lugar de moradia de alguém.

“Em casa de família, alugam-se magníficos cômodos, a pessoas sérias. O prédio é assobradado, saudável, iluminado a luz elétrica. E tem bondes à porta.”<sup>195</sup>

---

<sup>192</sup> Jornal do Comércio. 17/06/1906. p.1, c.3,4.

<sup>193</sup> Jornal do Comércio. 16/06/1906. p.2, c. 1,2.

<sup>194</sup> Jornal do Comércio 19/06/1906 p.1, c.1.

<sup>195</sup> Jornal do Comércio. 04/07/1908. p.2, c.5.

Estava explícito, num pedido de extensão de linha de bondes, o desejo de fácil e rápida acessibilidade a outros pontos da cidade. Isso trazia outros benefícios, como a valorização do bairro, a valorização financeira de moradias e terrenos. Pedidos solitários ou em conjunto tinham a mesma voz ao solicitarem que seus locais de habitação pudessem ter esse rápido meio de comunicação e de valorização de suas residências. Uma proposta chama a atenção: o Sr. Francisco Borges de Mattos propôs para a CME prolongar os bondes até a rua Carlos Otto, na chácara de sua residência, além do cemitério. Ele bancaria os custos com mão-de-obra e a empresa arcaria com os materiais.<sup>196</sup> Em outra situação, 95 moradores da rua S. Matheus pediram a intercessão da Câmara para que a CME prolongasse a linha de bondes até o fim da sua referida rua:

Os abaixo assinados (...) afirmam de que esta estenda suas linhas de bondes até o fim da citada rua, pois, além de advir lucro para a Companhia, com este prolongamento, torna-se este bairro muito mais habitado pela excelente posição de salubridade que se acha, prestando por esta forma um grande melhoramento para esta cidade, no qual lucrariam os reclamantes, a Câmara pelas novas construções e a própria Companhia de Eletricidade, pelo aumento da renda. (...)<sup>197</sup>

No ano seguinte, a solicitação de São Matheus foi atendida com a inauguração do bonde nº 5, uma linha com 1500 metros de extensão, marcada por uma ruidosa festa, com 2000 pessoas.<sup>198</sup> O trajeto da linha de S. Matheus seria: rua S. Matheus, Direita, Imperatriz, Praça João Penido, Halfeld, 15 de Novembro, Espírito Santo, Direita e S. Matheus.<sup>199</sup>

Outro pedido feito para o restabelecimento da linha de bondes referia-se ao bairro Tapera. A justificativa usada para a instalação de bondes para aquela região girava em torno da instalação de um quartel, 2º batalhão, instalado na antiga Hospedaria dos Imigrantes. Dizia o jornal que a Tapera, se beneficiada com o serviço, passaria a ser um bom ponto de passeio e diversão.<sup>200</sup> Dali até ganhar a linha de bondes, que passava por Mariano Procópio, a distância era enorme, tornando-se penosa a caminhada dos oficiais e soldados. Muitos destes, por comodidade, tomariam residências perto do Quartel e suas famílias para virem à cidade teriam de fazer a longa caminhada. A despesa com tal serviço seria logo compensada, pois o movimento naquele bairro, que não era pequeno, mesmo antes de se aquartelar ali um

---

<sup>196</sup> Jornal do Comércio. 07/07/1906. p.1, c.2.

<sup>197</sup> Jornal do Comércio. 05/06/1909. p.1, c.4,5.

<sup>198</sup> Jornal do Comércio. 25/10/1910. p.2, c.1,2.

<sup>199</sup> Jornal do Comércio. 23/10/1910. p.2, c.2.

<sup>200</sup> Jornal do Comércio. 23/07/1911. p.1, c.3.

batalhão, de certo aumentaria.<sup>201</sup> A construção da extensão dos bondes para a Tapera nem tinha sido aprovada e a especulação já começara. Observa-se uma defesa d' *O Pharol*, para que os carris elétricos passassem pela ponte Manoel Honório, o que possibilitaria a edificação do trecho.

Ali se acham correr de prédios apazíveis, já habitados; e se os bondes passassem por esse trecho em demanda da Tapera, muito viriam concorrer para outras edificações, estabelecendo-se o movimento em um bairro pitoresco. A volta seria maior do que pela ponte nova da Tapera; porém somente a animação que proporciona o trajeto dos “elétricos” sempre repletos de passageiros, indo e vindo, compensaria bem a maior dispêndio com esse traçado.<sup>202</sup>

Os bondes elétricos atuaram como elementos de promoção do crescimento das cidades em todas as direções. Sua presença induzia a ocupação e exploração da respectiva área. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos seriam práticas a partir de então. A presença desse meio de locomoção elétrico passou a ser um marco divisor para determinados lugares. Verificamos essa transformação principalmente para o bairro de São Matheus, antes considerado subúrbio e depois da instalação dos bondes, um dos melhores locais para se morar.

A rua de S. Matheus era considerada uma das piores da cidade, local certo de barulhos, correrias; depois do bonde – um bairro próspero, de belas moradias, que valorizou terrenos baldios adjacentes, fazendo deles surgir uma centena de casas. Essa grande circulação de pessoas para este logradouro pode ser percebida em mais uma das reclamações direcionadas a CME. Um grande número de passageiros nas linhas de bondes de São Mateus fez com que a Companhia aumentasse o número de carros, sendo um a mais aos domingos e feriados. Por economia, ela suprimiu o bonde extra e então faltavam assentos para o único bonde que ficou. A companhia dispunha de 7 bondes, o preço das passagens não era único, variava de acordo com os trechos. O jornal propunha para a companhia um preço unitário, de 100 réis. Dizia que isso aumentaria o número de passageiros, o que já acontecia na linha de S. Matheus por ser a mais barata. Na Rua Direita, poucas pessoas tomavam o bonde dos Passos servido pelo bonde de S. Matheus.

(...) ontem e anteontem, durante o dia e principalmente à tarde e à noite, o único bonde daquela rua andava repleto de passageiros e mascarados. As famílias desciam e regressavam a pé, debaixo de chuva, depois de terem esperado durante muito tempo o bonde, no qual não encontravam lugar. O mesmo fato ocorre, nos

---

<sup>201</sup> Jornal do Comércio. 09/08/1911. p.1, c.5.

<sup>202</sup> O Pharol. 12/01/1912. p.1, c.6.

mencionados dias, à saída dos cinemas: depois da primeira e da segunda sessão, as famílias não acham lugar no bonde; depois da terceira, já o bonde se recolheu.<sup>203</sup>

Essa mudança da imagem de São Matheus ainda pode ser observada na menção do seu crescimento e desenvolvimento, melhoria das residências e aumento da população, que antes tinha resistência em passear naquele local. Graças ao benefício dos bondes elétricos, o arrabalde ia adquirindo um aspecto atraente e se transformando rapidamente em um dos pontos mais freqüentados da cidade. Enquanto os bondes dos outros bairros transitavam quase vazios de passageiros, os de S. Matheus levavam “*gente dependurada nos estribos e na traseira, e só não levam na tolda, por ser isso proibido e perigoso.*”<sup>204</sup> A transformação de espaços mediante um meio de transporte rápido, veloz, moderno era patentemente percebida pelos contemporâneos da época.

Numa carta enviada a redação d’ *O Pharol*, uma pessoa divulgou sua visão particular sobre os bondes. Considerava o seu aspecto de abandono, sujos, negros de graxa e pó. Os horários, ou não existiam ou não eram seguidos. Salientou que os carris ficavam quinze, vinte minutos parados na estação da Central ou em outras estações, o que causava grande atraso e prejuízo para os utilizadores do transporte público. Por esse atraso, os bondes andavam pelas linhas correndo e concorrendo para ver quem batia o recorde de velocidade, o que colocava em risco a segurança das pessoas que circulavam pelas ruas cheias de Juiz de Fora:

“Fazer um passeio pela cidade, de bonde, é agora quase um martírio, tais os baques, os solavancos bruscos que magoam o corpo do passageiro, fazendo-o saltar sobre os bancos, para frente, para os lados, para a retaguarda...”<sup>205</sup>

Uma resposta contundente foi dada pelo então presidente da CME às críticas feitas de forma generalizada aos serviços da empresa de energia. Particularmente, o serviço de viação tinha por fim ligar uns aos outros os diversos pontos da cidade. Querer tal serviço sendo feito ao longo de terrenos baldios sem casas, sem habitantes era quase o mesmo que transformar uma linha de bondes em linha de penetração. Afirmava o diretor que esta medida só tinha aplicação nas grandes cidades, onde, sendo elevadíssimos os preços do terreno na parte central, a população menos abastada era obrigada a deslocar-se, expandindo a cidade e aumentando a área edificada. Não era o caso de Juiz de Fora, visto que no centro da cidade ainda existiam grandes espaços por edificar, com os preços dos terrenos moderados. Não

---

<sup>203</sup> O Pharol 20/02/1912. p1, c1.

<sup>204</sup> Diário Mercantil. 03/05/1913. p.1, c.2.

<sup>205</sup> O Pharol. 11/02/1912. p.2, c.4.



havia razão para se querer levar a viação a pontos distantes, onde não havia população em quantidade, que exigisse este meio de condução.

(...) Em qualquer centro civilizado as necessidades primordiais, na ordem em que vão enumeradas, são: água, esgotos, calçamento, luz e viação.

Infelizmente para Juiz de Fora, as condições de sua municipalidade não permitem dar à população o conforto e melhoramentos a que tem direito este grande centro de atividades e riquezas.

A Companhia de Eletricidade não é embaraço para o progresso local, porque seu interesse a ele está intimamente ligado, sua vida dele depende.<sup>206</sup>

Qual motivo levava a CME a não uniformizar os preços das passagens de seus bondes, de modo que a população pudesse mais modicamente servir-se de seus veículos? Esta pergunta suscita uma das questões mais polêmicas referentes aos serviços de bondes elétricos: o preço cobrado nos carris elétricos. A tabela era a seguinte: dos Passos a qualquer ponto da cidade ou a Mariano, com volta pela estação, 200 réis; do fim da linha de S. Matheus à Estação, 100 réis; da Estação a S. Matheus, 100 réis. A polêmica revela-nos a cobrança desigual de preços, dependendo do trecho percorrido. O paradoxo existente era o fato do critério utilizado para a execução de duas tabelas não estar embasado na lógica de quanto maior a distância percorrida, maior o preço, e sim digamos, uma explicação social, como veremos abaixo. Isso colocava passageiros de determinados locais em privilégio, especialmente aqueles que freqüentavam os bondes de São Matheus, em detrimento dos demais. Quando a questão envolveu o preço desigual cobrado nos carris elétricos, um discurso consensual foi acionado. Independente do local habitado, a CME servia a uma única população.

Quando a imprensa reclama, a Companhia sussurra que a rua S. Matheus é habitada pelos pobres e precisa de bonde barato; ao passo que os Passos não: ali mora gente rica, gente que pode pagar duzentos réis sem grave lesão à bolsa.

Quem autorizou a Companhia a sondar os haveres alheios? E onde já serviu empresa que explora serviço público arranjar duas tabelas de preços para consultar interesses de pobres e ricos? O povo a que ela serve é um e único, e não pode estar sujeito aos azares de seus julgamentos.

Se de S. Matheus, ponto terminal, à Central, a empresa cobra 100 réis, porque dobra o preço dos Passos ao mesmo local?

Não percorre o bonde que vem de S. Matheus maior distância? Não são os bondes iguais em tudo? Ou a Companhia reserva carros melhores o serviço entre a Fábrica e os Passos?

Bem sabemos que não; e só nesta hipótese se justificaria a colossal diferença de preços que tem sido motivo de inúmeras reclamações dos jornais.

Não vê a empresa que este modo de proceder é injustificável por qualquer que seja encarada a questão?

---

<sup>206</sup> Jornal do Comércio. 15/02/1912. p.1, c.1-3.

Não vêem os seus diretores que o critério para estabelecer o preço das passagens, não pode ser este, aliás, original, processo de avaliados cabedais do passageiro dos bondes?<sup>207</sup>

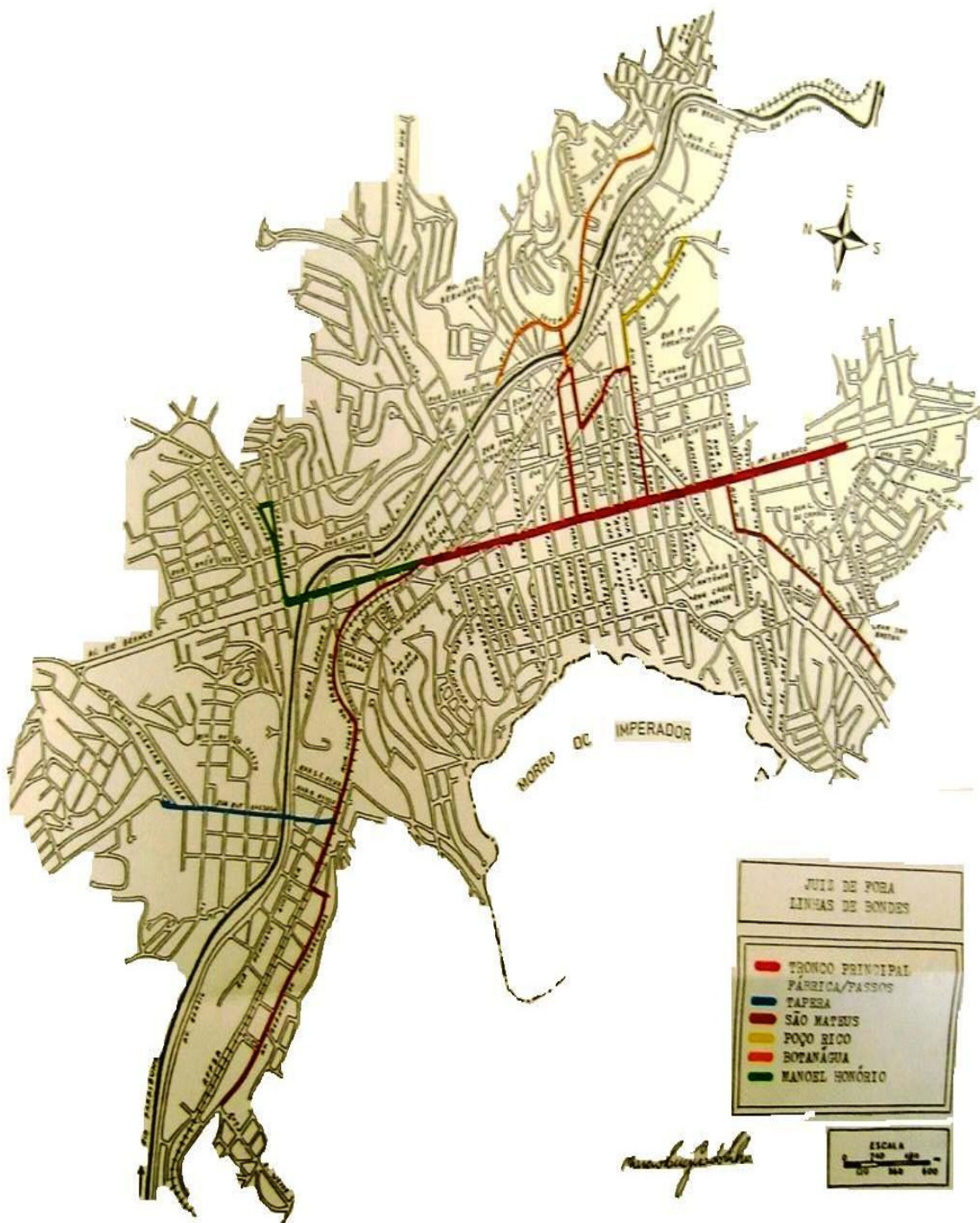
O descontentamento gerado pela CME era evidenciado com acusações de desleixo e exortações à empresa para ouvir as opiniões, consultar os interesses, e não sobrepor a sua vontade às necessidades do povo. O mapa abaixo mostra as diferentes linhas de bondes ao longo dos anos. As duas principais vias são as que estão representadas pelas cores vermelha (Tronco principal – Fábrica/Passos) e vinho (São Matheus).

Após a análise dos serviços de iluminação e viação realizados pela CME, reitera-se a situação de exclusão e de imposição aos moradores de Juiz de Fora da necessidade de uma cidade que se quer construir. Hábitos e costumes tinham que ser extintos, surgindo novos adequados ao ideal civilizado. A República, marcada pela institucionalização do novo, não aboliu a exclusão. Antes, se caracterizou num quadro de descontinuidades, marcado por outro de continuidades, nos quais a sociedade brasileira se enquadrava. É dessa forma que se dava a construção da modernidade brasileira.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> Jornal do Comércio. 02/04/1913. p.1, c.2.

<sup>208</sup> NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais.*



Ilus 5: S., MIRANDA, *Cidade capital e poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira.. Anexo 5.*

### 3.4 Rua Halfeld e Rua Direita: lugares privilegiados da modernização

As medidas urbanísticas no espaço da cidade estavam fundamentadas em pressupostos ideológicos norteadores, isto é, a higienização, o embelezamento e a racionalização do espaço urbano.<sup>209</sup> O embelezamento de uma cidade ocorria *através do traçado reto das ruas, do alinhamento das casas, da limpeza das testadas, da ausência de imundícies. Mas também pela retirada dos animais das ruas, pela eliminação dos chiqueiros e criações dentro do espaço urbano. E ainda pela construção de espaços de convivência pública, como praças e jardins*”.<sup>210</sup> Diria mais: embeleza-se uma cidade a partir de sua iluminação.

Dois locais se destacaram como mais iluminados em Juiz de Fora: a Rua Halfeld e a Rua Direita<sup>211</sup> (atual Rio Branco). Eram os locais de maior concentração populacional, onde ocorria a vida comercial da cidade, lugares escolhidos pelas elites para materializarem a cidade desejada. Por conta disso, a pressão por mais luz era constante, principalmente reforçada pela classe comercial e de profissionais liberais que ali se instalaram. Como principais vias da cidade, também se caracterizaram em logradouros de atração da população, locais de festividades e da possibilidade de lazer. Possuíam características de bulevares e avenidas, modelos típicos do urbanismo moderno.

Delineou-se em Juiz de Fora uma configuração urbana diferente de ruas sinuosas e estreitas, comum às cidades de passado colonial brasileiro. Ao optar por um traçado reto e largo, observa-se a afirmação de um espaço racional, de fácil locomoção, integrado ao moldes da modernidade urbana. Era imperativa a necessidade de ampla e irrestrita circulação nas ruas, com rapidez e racionalidade. A rua, acima de tudo, como via de circulação, necessitava de pavimentação, alargamentos, limpeza, eliminação dos elementos indesejáveis (cortiços, ambulantes, mendigos), iluminação e transporte elétrico.<sup>212</sup>

Esse estilo de conformação urbana, de transformação e intervenção no espaço brasileiro de acordo com o que acontecia na Europa, em especial na Paris de Haussmann, traduz a atmosfera que envolvia o Brasil neste período: um desejo por europeização e modernização, um desejo por ser estrangeiro. A transformação do espaço era a forma mais rápida e viável naquele momento para alcançar esta condição. Nessa perspectiva, as ruas juiz-foranas seguiram esse padrão (observar planta abaixo).

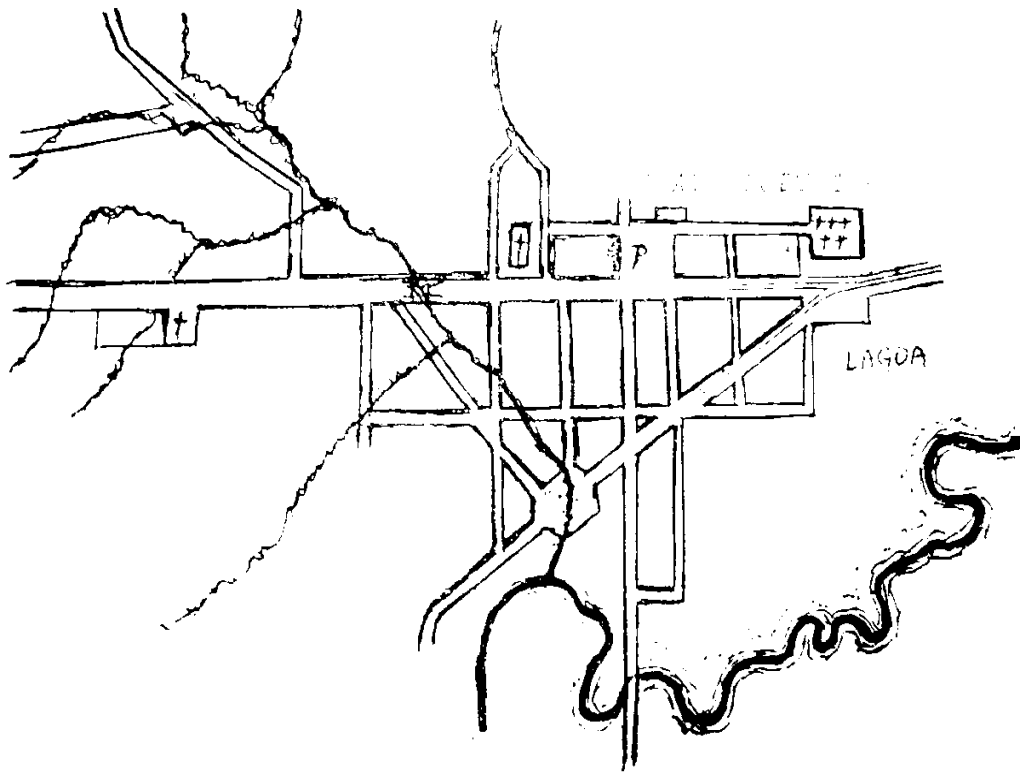
---

<sup>209</sup> Fransérgio, FOLLIS, *Modernização urbana na Belle Époque paulista.*, p.17.

<sup>210</sup> James, GOODWIN JUNIOR. *A modernidade como projeto Conservador...* op. cit.

<sup>211</sup> A Rua Direita foi moldada pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, contratado pelo Presidente da Província de Minas Gerais, em 1835, para construir a estrada de ligação entre Vila Rica e a divisa do estado do Rio de Janeiro.

<sup>212</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). (1880-1930), op. cit.p. 81.



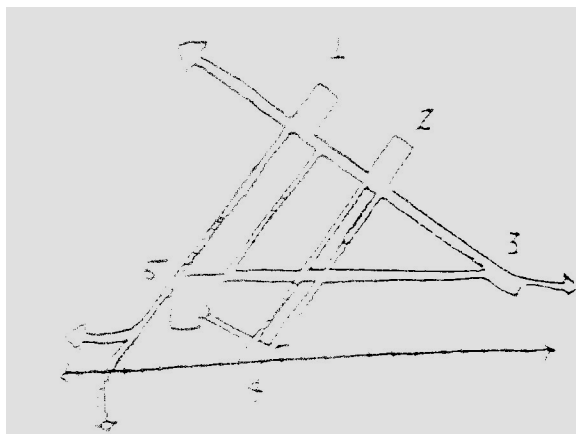
Ilus 6: Planta de Gustavo Dodt de 1860. Fonte: Jair, LESSA, *Juiz de Fora e seus pioneiros. (Do Caminho Novo à Proclamação)*, p. 82.

Os jornais buscavam, por imagens ou palavras, destacar os atributos de uma cidade sonhadora de enquadrar-se como moderna: traçado largo das ruas, salubridade a partir da arborização dos espaços urbanos, trilhos para os bondes, edificações em estilo Neoclássico e/ou Eclético, calçamento de ruas e eletricidade. As benfeitorias da cidade eram mostradas como pertencentes a todos os habitantes, pressuposto para criar coesão, uma identidade coletiva. Entretanto, são também esses meios de comunicação que evidenciam a desigualdade de distribuição das melhorias. O espaço privilegiado para a adoção dos elementos materializadores do progresso, nitidamente encerrava-se na região central da cidade. Essa parte, na várzea entre o Rio Paraibuna e o Morro do Imperador, possui três pontos referenciais: o Parque Halfeld e seus arredores, dotado das instituições administrativas; o largo da Igreja Matriz e a Praça João Penido, em frente à estação da Central do Brasil. Nesse espaço constituiu-se o eixo comercial e industrial da cidade. As elites procuravam instalar suas residências na Rua Direita, em direção ao Alto dos Passos e São Mateus, como também nas ruas circunvizinhas, entre os arredores do Parque Halfeld e a Igreja da Matriz.<sup>213</sup>

A visualização desse trecho pode ser observada a partir do esboço abaixo. Nele temos a delimitação de um triângulo espacial, cujos limites territoriais eram: Praça da Matriz (1);

<sup>213</sup> S., MIRANDA, op. cit, p.204,205.

Parque Halfeld (2); Largo do Riachuelo (3); Praça João Penido (4); Praça Antônio Carlos (5). As principais vias públicas desse trecho a Rua Direita – entre 1 e 3 – e a Rua Halfeld – entre 2 e 4.



Ilus 7: Ana, SOUZA, *Metáfora de Modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora* (c. 1891 – c.1922), p.99.

Mediante análise das fontes jornalísticas, observaremos o privilégio desses dois logradouros como áreas preferenciais de instalação dos elementos tecnológicos e dos atributos da modernidade, tendo como referência a eletrificação de ambas as vias ao longo dos anos. O desenvolvimento desses espaços era encarado como se todos os habitantes de Juiz de Fora fossem privilegiados com tal feito. As duas ruas apresentavam-se como pontos estratégicos, acionados por um discurso didático e intencional, para garantir uma unidade de pensamento em torno da modernização da cidade mineira.<sup>214</sup> Os benefícios atribuídos à Rua Direita e à Rua Halfeld serviam como referência para a reclamação de moradores de outras ruas, que percebiam a desvantagem da iluminação de suas respectivas vias. Eles comparavam e não gostavam do que viam.

Dentro do trecho considerado como o de maior iluminação havia também uma distribuição desigual de lâmpadas. Um memorialista ajuda-nos a perceber essa divisão: Pedro Nava destaca a Rua Halfeld como um divisor geográfico dos grupos econômicos e sociais de Juiz de Fora. Pela citação abaixo, podemos entender a maior ou menor iluminação dessas ruas correspondendo ao tipo de grupo social que mais circulava ou habitava nas respectivas regiões. O eixo central, embora mais iluminado, possuía contrastes específicos de sua ocupação espacial. A intensidade da iluminação era o reflexo dessa condição.

---

<sup>214</sup> Ana, SOUZA, *op. cit.*, p.100.

(...) Pensando bem ele que podia aplicar essa idéia de Desterro que era cortado em duas partes pela Rua Schimmelfeld. O do lado direito era o da encosta, que terminava no chamado o Cruzeiro de Cima. O da esquerda ia até o Cruzeiro de Baixo, cujo nome desaparecera, substituído pelo de um benemérito da cidade – Saudosino Rodovoalho Pereira, simplificado para apenas Saudosino Rodovoalho. O primeiro era o mais alto da cidade (Alto dos Passos), sua zona mais fresca, de ares bons e ventos favoráveis. Quando da constituição da vila e depois da cidade, ficou sendo o lado dos palacetes e das chácaras dos homens de quantidade. Já o lado esquerdo, mais baixo, era a região pantanosa, cheia de lodaçais tremendais que a custa de aterro foi ficando habitável e onde concentrou a população braçal da cidade, a negrada, o proletariado, o puteiro e depois a gente de classe média, das profissões liberais e os primeiros intelectuais – era o dos homens de qualidade. Tal como se fossem dois Desterros e como se a Rua Schimmelfeld fosse um largo oceano. Uma invisível muralha tártara, uma cortina de ferro imaginária, um muro-da-vergonha limitava os bairros mais altos da cidade – um cinturão fortalecido pelas ameias da Lei de Deus e pelos torreões dos mandamentos da Santa Madre Igreja. Ali vivia uma sociedade bramânica na sua maneira de considerar as classes e as castas e seu jeito de pensar fazia do Cruzeiro de Cima e adjacências, mais um estado de espírito que um conglomerado de bairros e ruas.<sup>215</sup>

Em 1898, os moradores da Rua Marechal Deodoro, paralela à Rua Halfeld, fizeram uma representação reclamando a colocação de postes e lâmpadas da iluminação pública, em ambos os lados da referida rua, como fora realizado na rua vizinha.<sup>216</sup> Comerciantes, industriais, artistas e demais moradores, além de proprietários estabelecidos comercialmente na Marechal Deodoro, se sentiram prejudicados, na medida em que a Halfeld gozava do dobro de lâmpadas elétricas em relação a Marechal Deodoro, o que a colocava em situação inferior. Não houve a possibilidade de atendimento da representação devido à falta de verbas.<sup>217</sup>

Os moradores do Largo do Riachuelo alegaram que o local estava às escuras ou muito fracamente iluminado somente pelas lâmpadas espaçadas da Rua Direita naquele ponto, e pediram que fossem colocados três postes, ao menos, para iluminar o largo propriamente. Para eles era justo o pedido: à noite, especialmente na estação chuvosa, sem iluminação o lugar se tornava desolado. Aumentava ainda mais a sua tristeza o coaxar incessante dos sapos que encontravam no terreno alagadiço daquela parte da cidade excelente morada para darem seus concertos vocais, o que longe de deleitar os moradores de Riachuelo, podia levá-los ao desespero.<sup>218</sup>

Em 1906, o Jornal do Comércio chamou atenção para o fato de que a população já não era a mesma de dez anos anteriores, não havia a compreensão e nem se tinha justificativa para que serviços públicos tão importantes fossem sempre os mesmos, não melhorassem, não

---

<sup>215</sup> Vanda, VALE. *Juiz de Fora – “Manchester Mineira.”* p.15

<sup>216</sup> Jornal do Comércio. 06/04/1898. p.1, c.5.

<sup>217</sup> Jornal do Comércio. 10/06/1898. p.1, c.2.

<sup>218</sup> O Pharol. 28/11/1900. p.1, c.2.

umentassem. A iluminação pública deixava muito a desejar, com exceção nas Ruas Direita, Halfeld e algumas outras do centro urbano. As lâmpadas eram poucas numerosas, colocadas a enormes distâncias umas das outras, além de não fornecerem a luz desejada. Isto se dava, segundo o jornal, pelo fato de a troca das lâmpadas não serem realizadas no prazo devido. Dizia que as ruas afastadas do centro ficavam completamente às escuras, o que dificultava e até impossibilitava o trânsito.<sup>219</sup>

Em mais uma denúncia da imprensa sobre o não funcionamento de uma lâmpada, chama atenção a forma irônica como esta reclamação foi veiculada. Essa circunstância reforça ainda mais a percepção de privilégio na iluminação que a Rua Halfeld possuía.

“A lâmpada elétrica do poste existente a rua Halfeld, junto ao Café Floresta, está apagada a quatro noites. Isto na rua Halfeld. Até parece mentira.”<sup>220</sup>

Por fim, temos o último relato, evidência da forma desigual como se modernizavam os logradouros da cidade mineira, mediante sua iluminação. Nesta reclamação, o serviço de iluminação foi apontado como o pior em execução. Dizia que os moradores viviam às escuras ao invés de viverem às claras. Afirmou que um visitante desconhecedor da cidade, caso a visitasse a noite, em especial as Ruas Halfeld e Direita, o julgaria injusto por sua reclamação de ser a iluminação pública péssima. Afinal, essas duas ruas estavam dotadas por inúmeros focos de luzes elétricas, uma ótima iluminação. “*Mas e o resto da cidade?*” Foram citadas ruas como Marechal Deodoro, Quinze de Novembro, Espírito Santo, do Comércio, Barão S. João Nepomuceno, S. Matheus, Santo Antonio, Mariano Procópio, Santa Rita, Palleta, todas as outras ou não possuíam iluminação ou possuíam igual à de “*cidadezinhas sem importância*”. Suas lâmpadas iluminavam pouco, um ou dois metros de raio no máximo. Exigiu um maior número de postes e que as lâmpadas fossem substituídas à medida que se estragassem ou perdessem a primitiva intensidade de luz. Mas seria muito difícil já que a CME estava comprometida mais com os lucros fáceis e rápidos.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> Jornal do Comércio. 09/05/1906. p.1, c.3,4.

<sup>220</sup> Jornal do Comércio. 04/03/1910. p.2, c.1.

<sup>221</sup> O Pharol. 13/02/1912. p1, c.7.



## CAPÍTULO 4: REPERCUSSÕES ELÉTRICAS NO COTIDIANO DO JUIZ-FORANO

### 4.1 A modernização dos costumes.

Na vida cotidiana, esperavam-se práticas e costumes civilizados da população, esboçadores de polidez comportamental, gestos condizentes com um padrão europeu do bem viver. Foi no espaço urbano que se configurou, a partir desse desejo, uma normatização da vida social de forma que os espaços de sociabilidade e os respectivos comportamentos sociais correspondessem a essa ação reguladora. O controle do meio urbano tornava-se imprescindível mediante a utilização de mecanismos que assegurassem os novos padrões de comportamento. No século XIX, um conjunto de práticas políticas foi constituído visando organizar o espaço, estabelecer regras, definir padrões, encontrar soluções para o viver urbano. Tanto no discurso quanto em ações efetivas, procurava-se regulamentar a estrutura física das cidades, estabelecendo uma disciplina na experiência social. Buscavam-se para o espaço citadino condições favoráveis de bem estar e boa convivência, traduzidas por um *local* “adequado, regulamentado, ordenado, seguro, próspero, abastecido, higienizado.”<sup>222</sup>

Para se adequar ao padrão de civilização propagado pelos povos europeus mediante instalação de um novo modelo urbano civilizado, era necessário disseminar novos hábitos comportamentais que seriam adquiridos através da educação dos habitantes, não deixando de lado a importância dos assuntos referentes ao higienismo, ditame da vivência das pessoas a partir daquele momento. Essa nova roupagem da cidade exigia dois movimentos: “a implantação de um instrumental mínimo para a consolidação do status urbano do local; e a construção de uma infra-estrutura urbana adequada aos padrões de vida considerados civilizados”.<sup>223</sup>

Este projeto não é somente implantado a partir da institucionalização da República. No período de 1850 a 1888, as elites locais já estavam integradas ao processo de modernização, iniciado no reinado de Dom Pedro II. Começou a construção de uma identidade que se queria para Juiz de Fora. Mudado o regime, as câmaras municipais

---

<sup>222</sup> Patrícia, ARAÚJO, “Formosura da Vila”: Preocupações com o embelezamento, a limpeza e o ordenamento do espaço urbano no século XIX. p. 3.

<sup>223</sup> James, GOODWIN JUNIOR, *Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada (1850-1914)*. p. 8,9.

passaram a ter mais autonomia político-administrativa, sendo possível tentar construir uma cidade moderna, bela, rica, saudável e segura como continuidade de um projeto iniciado ainda na vigência monárquica.<sup>224</sup>

No espaço citadino, surgiram novas representações, pautadas nos ideais burgueses, servindo como parâmetros para todo o mundo.<sup>225</sup> As representações da cidade não são a cidade como um todo. Justamente por não podermos reproduzir toda a realidade, procedemos com a criação de representações que explicam o real, dando sentido e determinando os passos a serem trilhados. Ocorria um exercício de imaginação. Emergidos num caldo de representações da realidade, de sensibilidades aguçadoras de sentimentos e percepções da vivência cotidiana, as pessoas imaginavam. A partir dessa atividade, tomavam consciência da vida e a elaboravam, buscando a satisfação de suas necessidades. Utilizavam a memória depositada no imaginário social coletivo, fazendo uso das imagens construídas através das relações estabelecidas – que atuam como memória afetivo-social e como substrato ideológico – fatores determinantes para a confecção de sua visão de mundo.<sup>226</sup>

O imaginário não é apenas cópia do real; seu veio simbólico agencia sentidos, em imagens expressivas. A imaginação liberta-nos da evidência do presente imediato, motivando-nos a explorar possibilidades que virtualmente existem e que devem ser realizadas. O real não é só um conjunto de fatos que oprime; ele pode ser reciclado em novos patamares (...) Imaginando, os sujeitos “astuciam o mundo”. O futuro deixa de ser insondável, para se vincular à realidade como expectativa de libertação e de desalienação(...) O ato de imaginar aclara rumos e acelera utopias.<sup>227</sup>

Era uma imaginação fomentadora de um plano de modernização que aglutinasse elementos da sociedade, identificados com o plano inventivo de uma cidade de destaque. A hegemonia é caracterizada pela liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras.<sup>228</sup> A ideologia do progresso, propagada mundialmente neste contexto, exigia por parte da elite local um exercício de dominação sobre os habitantes pobres da cidade. Para tal, captava agentes intermediadores e difusores de suas idéias. Estes atuavam identificados com o propósito hegemônico, buscando uma coesão, extremamente necessária para a dominação

---

<sup>224</sup> James, GOODWIN JUNIOR, *A modernidade como projeto Conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1850-1888.*

<sup>225</sup> James, GOODWIN JUNIOR, *A modernidade como projeto Conservador...* op. cit, p.79.

<sup>226</sup> Denis, MORAES, *O imaginário social e a hegemonia cultural.* p.1.

<sup>227</sup> Idem, p.2.

<sup>228</sup> Idem, p.3

coercitiva e persuasiva, assim como o domínio do imaginário coletivo na medida em que se estabelece uma identidade de princípios.<sup>229</sup>

A hegemonia se concretiza pela coerção e pela persuasão no âmbito da sociedade civil<sup>230</sup>. A imprensa de Juiz de Fora – como aparelho privado de hegemonia – não destoava da proposta ideológica das camadas sociais dirigentes. Não se restringia a apresentar as notícias. Seus números eram, dia-a-dia, permeados de um discurso em prol de melhoramentos tecnológicos, da adoção de hábitos considerados civilizados, da eliminação de quem não se adequasse. A imprensa tinha a auto-imagem de ser responsável por conduzir a cidade ao caminho da civilização, exigindo dos habitantes de Juiz de Fora o enquadramento nos parâmetros de urbanidade.<sup>231</sup>

#### **4.2 Eletrificação externa e interna: técnica e estética como forma de embelezamento e lazer.**

Acima de tudo, o conforto é inerente à eletricidade<sup>232</sup>. Por garantir facilidade de vida, essa forma de energia levou conforto tanto ao espaço público, quanto ao privado. Em ambos os âmbitos de vivência, essa energia representou a conquista de um bem-estar material e a agilidade na vida de seus moradores. A iluminação artificial é simples e eficaz e de fácil manipulação, características necessárias para a efetivação da sensação de conforto.

Ortiz afirma que ocorreu naquele momento uma “rotação do eixo histórico”, percebida por seus contemporâneos. Quando a eletricidade passou a ser cotidiana, o homem não mais poderia ficar sem ela – podemos entender então o número significativo de reclamações nos jornais de Juiz de Fora. Uma nova ordem surgiu, havendo uma grande sensibilidade para a materialidade dos objetos. Se os artefatos da modernidade estivessem ausentes dentro de casa ou no espaço urbano, seus moradores estavam submetidos ao desconforto, algo antiquado.<sup>233</sup>

---

<sup>229</sup> Para a realização concreta dessas características, as posturas municipais foram elaboradas e implementadas. Um conjunto de leis passou a regulamentar os governos locais e dispor sobre a ordem pública. A moralidade também era um aspecto de preocupação dos códigos de postura, marcados pelo zelo da civilidade e da ordem estabelecida. As discussões efetuadas em torno da elaboração das posturas pelas câmaras municipais indicavam a “*difusão de uma nova sociabilidade e a idealização de um novo universo urbano.*” In: Patrícia, ARAÚJO, op. cit, p.5.

<sup>230</sup> Coerção: repressão policial, bem como pela aplicação das leis. Repressão: busca de consenso nos aparelhos privados de hegemonia como unidades escolares, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural. In: D, MORAES, op. Cit, p.3.

<sup>231</sup> James, GOODWIN JUNIOR, *Pedra, papel...* op.cit, p.17.

<sup>232</sup> Renato, ORTIZ, *Cultura e modernidade: a França no século XIX.* p.140 -143.

<sup>233</sup> Idem, p.145,146.

#### 4.2.1 A luz nas ruas: um convite ao lazer.

Eletrificar uma cidade era associar técnica e estética como forma de embelezamento, propiciando novas maneiras de usufruir a paisagem urbana. A imagem da cidade mudou, ao passo que seus moradores introduziram, enquanto consumidores e construtores desse espaço, uma estética do bom gosto burguês.

No que concerne à iluminação, a percepção do perigo noturno perdeu força. Ela não mais se associava à impossibilidade de trânsito de seu público, dado o perigo representado pelos ladrões e marginais existentes nas ruas sem iluminação. A cidade tornava-se convidativa ao passeio, sedutora com o advento da luz elétrica. No caso de Juiz de Fora, nem todas as ruas iluminadas eram assim. Muitas eram as queixas de iluminação precária, devido ao número insuficiente de lâmpadas ou a pouca luminosidade das mesmas.

Contudo, a energia elétrica dava às vias das cidades a possibilidade de contemplação de um espaço dotado de melhoramentos técnicos, constituído por construções prediais de estilo neoclássico e eclético, caso da Rua Direita, assim como das casas comerciais da Rua Halfeld. Na arquitetura desses prédios novas perspectivas foram impressas, havendo uma busca pela transparência e brilho dos prédios, possível pela conjugação da luz interior das edificações – refletida pelos vidros – com a luz exterior das ruas.<sup>234</sup>

Como consequência da maior iluminação, estes espaços seriam atrativos para a convivência dos juiz-foranos. Além de vias de circulação, assumiram também o papel de lugares de reunião. A energia elétrica propiciou o surgimento de novos espaços de diversão como teatros iluminados, os cinematógrafos, as reuniões em clubes, etc. Numa coluna de jornal denominada “Onde se diverte”, o programa noturno dos juiz-foranos, a comédia “Os trinta botões”, teve de ser adiada em consequência da falta de luz elétrica, sendo transferido para aquele dia o espetáculo anunciado um dia antes.<sup>235</sup> Dando um salto no tempo, a mesma situação foi vivenciada 20 anos depois:

“Amiúdam-se as irregularidades da iluminação pública local. Ainda anteontem, a Madama brincou de esconder à hora em que funcionavam o teatro e demais casas de diversões públicas (...)<sup>236</sup>

As possibilidades de lazer seriam maiores, além de serem locais para a afirmação do embelezamento proporcionado pela eletrificação. A luz artificial era convidativa para a

---

<sup>234</sup> Alenuska, ANDRADE, “A arte de embelezar as cidades”: o uso da eletricidade n construção de novas paisagens. p. 8,9.

<sup>235</sup> Jornal do Comércio. 27/12/1896. p.2, c.3

<sup>236</sup> Jornal do Comércio. 22/02/1916. p.1, c.2.

contemplanção do espetáculo da modernidade, como também era o próprio espetáculo, já que atraía a apreciação dos transeuntes noturnos. A ornamentação faz parte do processo de embelezamento, sendo os serviços elétricos um desses ornamentos.

Os postes de iluminação, os bondes elétricos, o relógio iluminado da Estação Central recebiam elementos estéticos e compunham o cenário dos passeios, jardins e avenidas, contribuindo para a constituição de uma Juiz de Fora formosa. A cidade pode ser encarada como uma obra de arte em constante feitura, passando por retoques e incrementos, de forma que o ambiente citadino fosse o mais aprazível possível, contribuindo para isso os elementos eletrificados enquanto componentes artísticos da respectiva obra. Entre 1909 e 1911, as ruas Halfeld e Direita passariam por reformas consideráveis em sua iluminação e na modificação dos antigos postes de madeira, que cedem seu lugar para postes de ferro, um novo material de construção das edificações, conferindo elegância aos espaços em que era empregado.

O ano de 1911 começara e os pedidos para a efetivação das promessas de melhoramento dos serviços à eletricidade ocupavam espaço nas folhas da imprensa. Salientavam que a Rua Halfeld se ressentia – enquanto centro procurado pelas famílias, principalmente em dias de festas e pelo seu grande movimento – da falta de passeios cômodos e de boa iluminação, e tendo já a Companhia Mineira de Eletricidade feita a substituição de postes de madeira por elegantes postes de ferro, gostariam de ver cumprida a promessa de melhora da iluminação e também que as calçadas atuais fossem substituídas.<sup>237</sup> Neste ano, Juiz de Fora passou por significativos incrementos das atividades movidas a energia elétrica: foi instalada a linha de bondes da Rua de S. Matheus e reformada a sua iluminação; foram substituídos os postes de madeira das Ruas Direita, Halfeld, Espírito Santo, 15 de Novembro e Gratidão por postes de aço; a iluminação das Ruas Direita e Halfeld sofreram modificação notável com a instalação de lâmpadas de filamento metálico de 60 velas cada uma em substituição das antigas de 32 velas; estava sendo terminada a reforma da rede da iluminação pública e particular.<sup>238</sup>

Observaremos a seguir as impressões do *Jornal do Comércio* após as melhoras da iluminação nas duas principais vias da cidade. O interessante na citação abaixo é a forma pejorativa como foram aludidas regiões distantes do centro juiz-forano. Era a afirmação do urbano enquanto palco de civilização e progresso em contraposição aos locais carentes de arcos voltaicos, associados ao atraso do campo.

---

<sup>237</sup> Jornal do Comércio. 14/01/1911. p.1, c.6.

<sup>238</sup> Jornal do Comércio. 30/08/1911. p.2, c.2.

O trecho da rua Halfeld, o coração palpitante da nossa linda cidade, e que vai da rua Direita a do Baptista de Oliveira, está uma tetéia. São coretos, coretos e coretos; arcos voltaicos, arandelas e fitas. E agora com a iluminação elétrica, que está um primor, o espetáculo à noite será simplesmente de pôr de boca aberta os paturebas das cercanias. – Grama, Boiada e adjacências.<sup>239</sup>

A maior potência do novo sistema de iluminação da Rua Direita traz reflexões relativas aos significados concernentes à modernidade. A própria iluminação por energia elétrica passava por mutações marcantes, tradutoras de uma constante necessidade de renovação, destruição e reconstrução do espaço citadino. Contraditoriamente, os novos quilowatts (traduzidos em mais luminosidade nas ruas mais pulsantes de Juiz de Fora) substituíram os velhos quilowatts. Estes eram atrapalhados por sombras projetadas dos pesados e antigos postes de madeira, suportes de lâmpadas obsoletas, geradoras de uma luz fraca de candeia – que outrora era tida como um melhoramento citadino digno de menção – mas que cedem lugar a lâmpadas de filamento metálico, mais eficientes na sua função elétrica. Criam-se as representações de uma cidade moderna. O próprio sistema de iluminação sofre a ação dos produtores e consumidores de um espaço cada vez mais necessariamente iluminado. Não bastava apenas ter energia elétrica. Esta deveria ser oferecida na maior quantidade possível, distante de qualquer obsolescência. Diante do incremento dos serviços atinentes à eletricidade, o convite ao passeio e à circulação dos moradores era evidente.

Transmudou-se, inteiramente o aspecto que aquele trecho da cidade oferecia, cheio de sombras em forma de leques projetadas por pesados postes em que se fixam lâmpadas com força de candeia.

Agora o visitante há de sentir surpresa agradável e a impressão de que está realmente passeando numa cidade moderna.

Os postes de ferro são elegantes trazendo cada um, em graciosos braços, duas lâmpadas (...) de onde jorra luz forte, a propagar-se a grande distância.

Logo depois que o largo manto da noite desceu sobre a cidade, como diria o poeta, acenderam-se de uma vez todas as lâmpadas, causando verdadeira surpresa e contentamento. Daí a nada, começaram a transitar numerosos grupos de senhoritas e rapazes, ouvindo-se pelo trecho extenso da rua em que fora instalada a nova luz, um murmúrio agradável de vida intensa, que mais anima os fortes e consola até mesmo os já vencidos na luta.

Até alta noite, grande número de curiosos transitava pelo efeito da nova luz.<sup>240</sup>

Os jardins tinham uma grande importância no aformoseamento da cidade, pois indicavam consonância com a prática européia de construção desses espaços. Eram dotados de arborização, bancos, chafarizes e pequenas edificações. Mas só adquiriam sua plena função

---

<sup>239</sup> Jornal do Comércio. 26/02/1911. p.1, c.6.

<sup>240</sup> Jornal do Comércio. 31/01/1911. p.1, c.6.

de passeios públicos quando eram complementados com a iluminação elétrica. O *Jornal do Comércio* pediu para que a Câmara municipal autorizasse a colocação de mais três focos de luz no Jardim Municipal. O motivo era que nas últimas noites, um grande número de famílias afluía para aquele local de modo que, se aquela reclamação fosse satisfeita e outras providências fossem dadas no sentido de melhorar as condições do jardim, ele seria um ponto de reunião verdadeiramente aprazível.<sup>241</sup> Começaram a funcionar na Praça da Matriz, arcos voltaicos assentados na parte fronteira do jardim e as lâmpadas incandescentes distribuídas pelos gramados e arruamentos. Feita uma experiência na fonte luminosa do jardim da Matriz, o resultado foi magnífico:

A gruta iluminar-se-á de modo que não se vejam as lâmpadas, sendo efeito luminoso produzido apenas pelo reflexo, cujas cores, de momento a momento, se modificarão. Circundando a fonte, haverá uma coroa de lâmpadas, cujas cores, também como as da gruta, apresentarão nuanças diversas. A transmissão da eletricidade será feita subterraneamente. (...) <sup>242</sup>

No anúncio abaixo, podemos observar a possibilidade cada vez menos restrita de circulação de homens e mulheres por espaços e horas diversas na cidade. Um curso noturno de litografia, disponibilizados para homens e mulheres em dias de semanas distintos, mas no mesmo horário: de 6 às 8 da noite. Também se nota a possibilidade de estudo com a abertura de matrículas na escola noturna (proibido menores de 16 anos), na qual o professor era encontrado todos os dias a partir das 6 da tarde, na Rua Direita, esquina da Marechal Deodoro.<sup>243</sup> A eletricidade passara a ser um pressuposto para atividades noturnas dos juízes-foranos, seja na circulação pelas ruas para o trabalho noturno ou para os estudos e o lazer<sup>244</sup>. O tempo passaria muito mais rápido. Ao desvincular-se do tempo natural, a diferenciação durante o dia, entre claro e escuro, não seria mais um empecilho para que não fossem realizadas diversas tarefas, múltiplas coisas. Independentemente do local, externo ou interno, a rapidez proporcionada pela eletricidade foi percebida dessa maneira. O homem conquistou, ao controlar as técnicas de iluminação, maior mobilidade, um poder de organização de seu tempo, agora aumentado em possibilidades de fazer múltiplas tarefas.

---

<sup>241</sup> *Jornal do Comércio*. 07/12/1897. p.1, c.3.

<sup>242</sup> *Jornal do Comércio*. 11/07/1909. p.2, c.3.

<sup>243</sup> *O Pharol*. 07/01/1912. p.2, c.2.

<sup>244</sup> Os srs. Juízes de direito, municipal e promotores da comarca, requereram ao governo do Estado para que fosse feita a iluminação elétrica no edifício do fórum da cidade. O correu a autorização e algum tempo depois, foi feita experiência no edifício do Fórum: no saguão, sala do júri e na das sessões da Câmara foram postas três lâmpadas de arco voltaico, na escada que conduz ao pavimento superior uma de 32 velas e duas de 16 velas no gabinete do presidente da municipalidade. *Jornal do Comércio*. 09/08/1908. p.1 c.6; *Jornal do Comércio*. 06/04/1909. p.1 . c.5; *Jornal do Comércio*. 28/08/1909. p.1, c.4.

**Curso Nocturno de Lithographia**  
DO ARTISTA  
**K. FALLSTRÖM**

RUA SILVA JARDIM, 24 JUIZ DE FÓRA

**PROGRAMMA**

I	Curso — Calligraphia . . . . .	75 lições, a 2 horas	150\$000
II	» — Desenho . . . . .	" " " "	150\$000
III	» — Gravura na pedra . . . . .	" " " "	150\$000
IV	» — Trabalhos a penna na pedra . . . . .	" " " "	150\$000
V	» — Trabalhos a giz na pedra . . . . .	" " " "	150\$000
VI	» — Cartographia (curso especial) . . . . .	" " " "	150\$000

**HORARIO**—Curso feminino, ás segundas, quartas e sextas-feiras, das 6 ás 8 da noite.  
Curso masculino, ás terças, quintas e sabbados, ás mesmas horas.  
O professor **K. Fallström** conta 30 annos de exercicio profissional nas principaes lithographias da Europa.

Ilus 8: Diário Mercantil. 04/04/1913. p.3. c.3,4.

A exigência de luz para a parte superior da Rua Halfeld, num trecho com escassez de iluminação entre a Rua Direita e a Academia do Comércio era justificada pela existência de diferentes espaços e práticas estimulantes da circulação noturna. Nesse trecho encerravam-se dois jardins, Fórum, Igreja São Sebastião e adro, “*não contando os belos prédios nele existentes e, conseqüentemente, as rendas auferidas pela Câmara*”. Por conta disso, mencionavam o direito a gozar de iluminação dupla, igual à Rua Halfeld, abaixo da Direita. Legitimava a necessidade devido ao grande trânsito de pessoas que iam para as festas da Academia e para os seus cursos noturnos, contando com 300 estudantes naquele momento.<sup>245</sup>

Os estabelecimentos do comércio juiz-forano utilizavam a eletricidade como atração para seus fregueses. Muitos foram os anúncios sobre a instalação da energia elétrica em seus espaços.<sup>246</sup> Às vezes não era propriamente a iluminação o artifício utilizado para o aumento do número de fregueses<sup>247</sup>. Ao adquirir um fonógrafo dotado de peças musicais – considerado um passatempo demais agradável – para a confeitaria Rio de Janeiro, o Sr. José Mesquita dava a seu estabelecimento uma dupla característica. Ao mesmo tempo em que a confeitaria

<sup>245</sup> O Pharol. 18/05/1912. p.1, c.7.

<sup>246</sup> Funcionamento de uma lâmpada de arco voltaico em frente ao restaurante que Gustavo Pereira da Cruz, entre o hotel e confeitaria Rio de Janeiro. Jornal do Comércio. 01/09/1897. p.1, c.3.

<sup>247</sup> Quando, por exemplo, ocorreu a inauguração da iluminação elétrica no pátio no Hotel Rio de Janeiro, onde foi erguido elegante coreto pela ocasião. Jornal do Comércio. 14/02/1909. p.2, c.5.



era um local público de lazer, a aquisição desse equipamento de execução musical conferia àquele lugar o aspecto de uma residência. O fonógrafo era tipicamente um artefato moderno, aproveitado pelas famílias em seu espaço doméstico em ocasiões de reunião propícias para o lazer. A confeitaria Rio de Janeiro passara a ter também características de aconchego, de fruição de uma comodidade caracteristicamente residencial, além do lazer inerente à circulação nas ruas.<sup>248</sup>

O carnaval em Juiz de Fora sempre foi motivo para que a iluminação fosse caprichosamente aumentada, principalmente na Rua Halfeld. No decorrer dos anos, ao aproximar-se da data de festividades carnavalescas, o aumento da luminosidade, ou a instalação de mais lâmpadas nessa via eram anunciados pelos jornais. O incremento da luz elétrica foi progressivo durante os carnavais. Em 1897, ocorreu a instalação, na rua Halfeld, de uma lâmpada voltaica que funcionaria durante os três dias de carnaval.<sup>249</sup> Já em 1909, a impressão sobre a mesma via era bem diferente:

“Feérico, verdadeiramente estupendo, o aspecto, que ontem, à noite, apresentava a rua Halfeld. Desde as primeiras horas da tarde foi um constante vai e vem de famílias.”<sup>250</sup>

Toda essa demonstração era pelo fato de que todas as lâmpadas dessa rua terem sido substituídas, possuindo a iluminação um aspecto deslumbrante. No carnaval do ano seguinte<sup>251</sup>, a Rua Halfeld, desde o final da tarde do domingo, começou a ter movimento. Às oito da noite, a rua regurgitava de ponta a ponta. Em 1913, outra inovação ocorreu ao serem adotadas lâmpadas a cores.<sup>252</sup> Em datas comemorativas, tinha-se motivo para o lazer. Motivados pelas festas relativas à Abolição da Escravidão em 13 de maio, a Rua Halfeld amanheceu enfeitada de bandeirolas, comemorando a data áurea. Durante a noite, os edifícios públicos foram iluminados e o movimento das ruas cresceu, dirigindo-se para os cinemas a multidão desejosa de diversões.<sup>253</sup>

Numa reportagem intitulada “*Opiniões alheias*” obtemos indícios da efervescência que tomava as noites de Juiz de Fora no início da segunda década do século XX. O autor realizou um exercício de comparação em que percebia uma maior movimentação e agitação da vida noturna na cidade mineira. “Há dez anos”, afirmou o leitor, a Rua Halfeld não tinha tanto movimento à noite. Cafés, confeitarias, restaurantes e casas de diversões estavam

<sup>248</sup> Correio de Minas. 01/11/1895. p.1, c.5.

<sup>249</sup> Jornal do Comércio. 28/02/1897. p.1, c.3.

<sup>250</sup> Jornal do Comércio. 21/02/1909. p.2, c.3-5.

<sup>251</sup> Jornal do Comércio. 08/02/1910. p.2, c.1.

<sup>252</sup> Diário Mercantil. 15/01/1913. p.1, c.4.

<sup>253</sup> Jornal do Comércio. 14/05/1913. p.1, c.6.

repletos, dando vida e animação à cidade. Este movimento estendia-se pela Rua Direita, formosa avenida que haveria de ser, dentro de pouco tempo, a preferida pelos passantes devido a seus parques, jardins e as casas de diversões que já começavam a surgir por ali. A possibilidade de lazer se multiplicava e ganhava novas ruas, como já estava ocorrendo na esquina da Rua da Imperatriz: *“há dois anos aquilo ali em frente ao Pharol, era também um deserto. Até fazia medo transitar-se por aquele trecho à noite”*. Esse medo pode ser explicado pela contradição existente na iluminação da região central, mais iluminada que qualquer outra da cidade, mas, ao mesmo tempo, contando com uma distribuição de lâmpadas desigual naquele espaço. Contudo, tais circunstâncias foram substituídas naquele logradouro após a fundação do Cinema Pharol, por iniciativa do Coronel João Evangelista.<sup>254</sup>

A mesma reportagem apresenta informações interessantes sobre o discurso acionado em torno das questões burguesas propagadas mundialmente. Tratava-se de uma tentativa de mobilização dos leitores em torno dos valores capitalistas. Primeiramente, ocorreu a valorização daqueles cuja iniciativa particular e empreendedorismo propiciaram o progresso citadino, traduzido na reportagem pelo grande movimento de passantes noturnos pelas ruas citadas no artigo. Esses amantes do progresso foram apontados como os únicos a promover esse desenvolvimento da cidade, excluindo de qualquer participação as três instâncias do poder estatal executivo. Deixava claro que, desde os criadores da cidade, a independência nas iniciativas foi um traço forte e lançou os fundamentos da futura Manchester Mineira.

Num segundo momento, as observações suscitadas remontam ao processo em que se discute duas categorias valorativas da sociedade capitalista naquele contexto: trabalho e lazer.

(...) o povo que se diverte e trabalha é um povo forte, enérgico. Ai daquele que apenas trabalha ou unicamente se diverte! O primeiro revolta-se, o segundo cai na depravação e de decadência em decadência desaparece. Todo homem que trabalha quer distrair. Os socialistas reclamam os três oitos: oito horas de trabalho, oito de descanso e oito de distrações. Os antigos romanos pediam (...) pão e divertimentos. O circo era o divertimento dos antigos latinos. Os modernos preferem o cinematógrafo, que é um teatro barato. O coronel João Evangelista deu aos de Juiz de Fora, divertimento favorito hoje, não só dos neo-latinos, como povos de outras raças. Fez mais: adicionou ao cinema o gênero leve do teatro parisiense, do café cantante, do music-hall, a preços baratos.<sup>255</sup>

Evidencia-se o repensar da relação e do entendimento do ócio e do trabalho. Pensados como categorias excludentes num contexto da sociedade pré-industrial, o ócio afirmava-se como uma característica de civilidade em contraposição à atividade produtiva, extremamente

---

<sup>254</sup> O Pharol. 28/04/1912. p.1, c.1,2.

<sup>255</sup> Idem.

marginalizada pelas camadas da aristocracia. A burguesia realizou uma inflexão em torno dessa visão, atribuindo valor às atividades do trabalho, considerando-o como um pressuposto fundamental para o alcance de sua riqueza<sup>256</sup>. Mas essa majoração é mais do que um elemento ideológico importante. É também a tradução do acúmulo real de trabalho advindo das atividades industriais. A jornada diária em uma fábrica consumia a maior parte do tempo da vida do trabalhador. Os efeitos perversos dessa valorização das atividades de produção capitalistas colocaram em cena o papel social do reivindicador. As teorias marxistas influenciaram de forma que houvesse uma organização mais racional e humana do tempo do trabalhador – os três oitos: oito horas de trabalho, oito horas para dormir e oito horas de descanso e lazer.<sup>257</sup>

Trabalho, descanso e distrações - segundo o jornalista, essa seria a fórmula ideal de qualquer povo, seja naquela conjuntura ou dos povos da antiguidade. Uma conjugação dos dois elementos: nem apenas trabalho, tampouco exclusivamente diversão. Ocorreu a redefinição do conceito de ócio: este não tem mais a visão de improdutividade conferida pela burguesia, como também estava distante de sua utilização feita na vida cortesã enquanto condição social valorizada. O ócio passou a ser o tempo livre, o tempo de evasão, marcado pela busca do divertimento e do prazer; o ócio passou a ser o lazer. O lazer tem como referência o mundo do trabalho, é o tempo liberado das atividades produtivas e dessa forma o seu complemento.<sup>258</sup> Paulatinamente, o lazer noturno opôs-se ao trabalho durante a noite e assim os trabalhadores das diferentes atividades produtivas conquistaram espaços de tempos maiores para seu descanso e lazer, não havendo mais sua restrição apenas aos fins de semana. Trabalho e folga não eram mais incompatíveis no Brasil.

Em alguns momentos tivemos o privilégio de encontrar relatos da cidade feitos pelos próprios moradores. Era como se os habitantes assumissem o ofício dos jornalistas ao relatar o cotidiano, as coisas miúdas, mediante a uma espécie de crônica. Essa obra literária, assim como a história, tem como matéria-prima o tempo e a partir dele constrói memórias e identidades. Ao escreverem sobre a cidade de Juiz de Fora, seus habitantes estavam realizando uma leitura do real, portadora em si de subjetividade da seleção e da interpretação que davam ao ambiente que estavam descrevendo. Não era a realidade pura e simples, um

---

<sup>256</sup> O ócio passa a ser uma referência de análise daquele que nada produz na sociedade, que é inútil, inativo na produção capitalista.

<sup>257</sup> R., ORTIZ, op. cit., p.145.

<sup>258</sup> Idem, p.153-155.

testemunho fidedigno da paisagem urbana testemunhada. A realidade é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva.<sup>259</sup>

O enredo relatado pelos moradores estava recheado de referenciais que compunham, nas mais diversas circunstâncias, uma memória única, fortalecendo a versão hegemônica de uma cidade acima de tudo progressista. Há a transmissão de uma imagem que, além de homogênea, buscava se sedimentar entre os leitores dos jornais. Na tentativa de cumprir este papel, os veículos impressos buscavam transformar em verdade absoluta aquilo que noticiavam através de seus próprios relatos ou dos “cronistas-moradores” de Juiz de Fora.<sup>260</sup> Eles invocavam a beleza de um olhar inclinado somente para o que compunha o belo e o agradável no cenário de uma cidade. Tudo o que fosse considerado desagradável ou indesejável passou por uma espécie de filtro, salientando-se somente as situações advindas com a euforia da modernização, sendo retido qualquer tipo de tradição inconveniente que se mantinha. Mas os olhos do cronista nos permitem visualizarmos a particularidades de seu tempo, o espírito de uma época.

O *Diário Mercantil* fez um concurso cujo tema era a descrição da Rua Direita. A campeã do concurso intitulou sua redação “Flor de Maio”. Philomena Mattos, aluna do Colégio Luciano Filho, compôs sua crônica de forma que ela apresentaria a cidade desconhecida a uma amiga. Para tal, ambas deram um passeio pela rua objeto da descrição. O ponto de partida tomado foi o final da linha dos bondes no Alto dos Passos. Todas as edificações representativas do gosto burguês ou representativas dessa imagem progressista de Juiz de Fora foram apresentadas à amiga de Philomena: a Santa Casa e os palacetes de apurado e elegante estilo.

Bandos de rapazes, lendo ou conversando, gozam da sombra de frondosas árvores. O bonde, apressado e transbordante de passageiros, desce... E nós, devagar, descemos também. Aqui começa a rua de S. Matheus.

Automóveis, indo e vindo, numa carreira louca, espalham o som ensurcedor dos seus fon-fons.

Quase maquinalmente nos achamos em frente ao reputado colégio Stella Matutina. Crianças, ávidas de gozo, estão às janelas. Descemos ainda... Eis a Escola Normal, recentemente fundada, disse eu.

Rua do Espírito Santo. O bonde sobe-a. Atravessamo-la

(...)

Escurece. Paramos um pouco de conversar. “A mocinha que ia ao meu lado, extasiada num gozo íntimo, nada dizia.”

---

<sup>259</sup> Fernanda, SILVA, *Vida vertiginosa: a Belle Époque carioca na crônica de João do Rio*.

<sup>260</sup> Renato, JUNIOR, *Cidade e cultura: memórias e narrativa de viveres urbanos*.

À noite, as duas observadoras direcionaram suas atenções para os grandes ruídos e muito movimento ao verem a Rua Halfeld que delirava! Sentiam os perfumes desprendidos das flores do Parque Halfeld, pararam um instante ante a chique vitrine da casa Sucena. Andando, chegaram às esquinas das Ruas Direita e Halfeld onde grupos de homens discutiam, com ardor, qual seria o presidente da República eleito, os operários que talvez falassem da carestia da vida. Ouviram alegres sons. Era a música do Cinema Pharol, onde um moleque à porta, de programas em punho, apregoava as fitas a serem exibidas. Sentadas nos bancos, permaneceram alguns instantes silenciosas até a companheira da cronista quebrar o silêncio, dizendo maravilhada: - *“Estou verdadeiramente extasiada ante tudo o que vimos e admiramos; indiscutivelmente a Rua Direita ganha a palma entre todas as de nossa Princeza!...”*

Na mesma edição foi divulgada a redação da segunda colocada, Elisa de Freitas do Ginásio de Minas. Começou esboçando as medidas da avenida (cerca de seis quilômetros estendidos entre a ponte do Manoel Honório e o Lamaçal) e resgatou a memória de seu planejador, o engenheiro alemão Henrique Guilherme Halfeld. A autora fez a descrição da Rua Direita como se estivesse contando a orientação de seu professor na feitura do texto. Num tom imperativo, o educador da menina determinava quais espaços e elementos deveriam ser aludidos em sua crônica. Nesse momento, a Rua Direita assumira seu nome atual, Avenida Rio Branco.

Olhe, disse o professor, descreva agora alguns dos prédios principais, falem do Ginásio de Minas, no Colégio Mineiro, no Stella Matutina, no Delphino Bicalho, no Santa Cruz, nos grupos escolares, nos bondes elétricos, no movimento de automóveis, de carros e de carroças, nos dois renques de galão e eucaliptos da arborização, na linha de postes da iluminação e na de postes telegráficos, com as respectivas repartições, descreva o magnífico jardim da Matriz, e o Parque Halfeld, um dos mais belos da América do Sul, inclua na lista “O Pharol”, o velho órgão mineiro, um dos jornais mais antigos do Brasil, e o “Diário Mercantil”, um dos órgãos de maior circulação de Minas Gerais.

Com estes apontamentos, disse-me o professor afastando-se, a menina poderá fazer uma descrição mais ou menos perfeita da nossa bela avenida, que na opinião de um poeta – é uma grande fita a que estão presos todos os encantos de Juiz de Fora ou melhor: é o colar de pérolas da nossa cidade.

Mas, como estes apontamentos já estão muito longos, contento-me em os registrar, desistindo da descrição da rua que já não existe.<sup>261</sup>

Numa crônica jornalística de 1913, o Jornal do Comércio trouxe múltiplas e variadas possibilidades de lazer ao domingo. Vários espaços de frequência da população foram

---

<sup>261</sup> Diário Mercantil. 30/05/1913. p.1, c.3,4.

elencados. Os cafés, a confeitaria Rio de Janeiro, o Café Isaura, a Casa Antunes, a Leitaria eram espaços de muito movimento durante a tarde. Em outras ruas se encontravam o Floresta, aberto até madrugada, ponto de reunião e muito freqüentado; o Amazonas, o Pólo Norte, o Guarany e outros. Na Rua da Imperatriz era grande o movimento aos domingos, ficando repletos os botequins e bares. Nos cinemas, para expressar a grande audiência nesses locais de diversão, o periódico utilizou o termo “enchentes à cunha” com estréias sensacionais - eram os pontos prediletos de todos. Houve a menção de outros pontos como o Parque Halfeld, o Parque Stiebler, a Estação do Piau, o Largo do Riachuelo, a Praça João Penido, a possibilidade de passeios de bicicleta.

(...) o longo atordoamento do transeunte na rua Direita, num fervedouro de bicicletas, que se cruzam em todas as direções, como demoníacas? E os automóveis que andam por empenho? E os carros de praça?

De tudo isto faz o povo divertimento e a cidade intensamente vibra.

Há casas comerciais que cerram as portas. Como residem aí com suas famílias, os comerciantes não podem fechá-las. Trazem cadeiras para a porta, e, assim, patriarcalmente, gozam o seu dia de ócio.

Na rua Botanágua há um negócio denominado Viva a Cerveja!, e vizinho dele um homem gordo, fisionomia de espanhol, que goza o seu domingo, em mangas de camisa, sentado à porta e com os olhos preguiçosamente cerrados.

É assim que a cidade, de oito em oito dias cruza os braços e repousa dos estafantes trabalhos. (...) <sup>262</sup>

A afirmação de que Juiz de Fora progredia e civilizava-se era corrente entre os periódicos citadinos. Como nas capitais, Juiz de fora seguia sua marcha de desenvolvimento em todas as atividades humanas e possuía o mesmo que os centros adiantados, colocando as inovações úteis para bem coletivo à disposição de seus habitantes<sup>263</sup>. Foi a primeira no Estado a adotar a luz elétrica e a segunda a munir-se de bondes elétricos, destacando-se pelo número elevado de fábricas.

---

<sup>262</sup> Jornal do Comércio. 28/12/1913. p. 1, c.5.

<sup>263</sup> Não era bem assim. Como já observado esses habitantes estavam restritos à uma camada residente das ruas do centro, dotados de renda suficiente para gozar de serviços inacessíveis a parte pobre da população.

#### 4.2.2 Circulação e democratização pelos carris elétricos.

A eletrificação dos bondes representou uma maior acessibilidade da população mais pobre de juiz-forana a ter contato com a eletricidade? Tendo em vista a restrição em Juiz de Fora da iluminação pública devido ao número insuficiente de lâmpadas elétricas ou a sua precariedade e, ao mesmo tempo, ao reduzido acesso de moradias à iluminação elétrica particular (cujo preço impossibilitava a sua popularização), os bondes poderiam ser os elementos de democratização da eletricidade para os populares? Nos primeiros anos de constituição, o uso dos serviços elétricos é marcado por uma modernização excludente, o acesso aos benefícios proporcionados pelas novas tecnologias desse período histórico era restrito. O transporte por bondes elétricos era mais popular que a iluminação doméstica, mas não necessariamente acessível. O preço dos bondes era um grande entrave à sua utilização, principalmente entre os operários.

Mesmo que a disponibilidade dos bondes fosse pequena – determinando um número limitado de pessoas freqüentadoras desse veículo de locomoção – ainda assim, alguns estariam vivenciando experiências típicas da modernidade. O maquinismo nos bondes elétricos é indicativo de mais uma conquista dos indivíduos ao terem ampliado seu domínio de circulação pela cidade, havendo nisso a possibilidade de concretização da felicidade.<sup>264</sup> Os carris elétricos eram associados à imagem de conforto, asseio, beleza, velocidade. Se comparados aos bondes movidos à tração animal, possuíam viagens de menor duração entre os percursos e uma freqüência regular. Rompeu-se um relacionamento dos bondes movidos pela força de patas de animais e, que de certa forma, estavam atrelados à imagem de um contexto rural. Estabeleceu-se uma mudança pela qual a vida social passou a ser, em mais um aspecto, dominada pela tecnificação, pela máquina, enquanto intermediadora de uma ação humana: o deslocar-se, o ir e vir.

As viagens de um ponto a outro da cidade abriram espaços para a sociabilidade entre pessoas distintas, de diferentes profissões e origens sociais. Esses contatos representaram a democratização do espaço urbano e foram afirmativos da característica concernente à modernidade: a de mobilidade e de contato entre as pessoas.<sup>265</sup> Assuntos concernentes à dinâmica cotidiana da cidade eram discutidos nesse meio de transporte:

---

<sup>264</sup> Cinthya, SANTOS, *Modernização tecnológica e transformações culturais*.

<sup>265</sup> Idem, p.131.

“ No outro dia no bonde, uma das nossas mais gentis patricias, lembrou-me esta idéia magnífica: pedir a Oscar Vidal para construir um jardim em volta da Igreja da Glória.”<sup>266</sup>

O espaço urbano deve ser entendido como um conjunto de partes que devem ser conectadas entre si. O ambiente citadino transforma-se acompanhando a especialização da cidade (trabalho, habitação, lazer, tráfego). O sistema de transportes traduz essa mudança do seu tecido social. Ele passa a integrar as diferentes regiões, seus respectivos habitantes e dessa forma viabiliza as múltiplas ações de seus moradores, como a ida da casa para o trabalho, da casa para o passeio, etc.

Em situações carnavalescas, a dinâmica trazida por esses meios de transporte ao cotidiano da cidade é também evidenciada. No Carnaval, um carro do grupo carnavalesco “Os planetas” criticou os bondes elétricos. Nele se via o elétrico nº 2, perfeitamente imitado, na plataforma do qual o motoneiro fazia muitos esforços para conduzi-lo, descendo de vez em vez para consertá-lo. O condutor discutia ferozmente com um passageiro que pretendia fumar nos primeiros bancos, e dava como razão desta proibição o zelo da companhia pelos novos bondes. Um outro passageiro, acostumado a vir de sua fazenda uma vez ao ano, protestava ferozmente contra o progresso que o tinha privado dos bondinhos a burro, não compreendendo as razões que levaram a Companhia Mineira de Eletricidade a adquirir a empresa de carris. Uma parteira lamentava não poder chegar a tempo de prestar socorros à sua doente devido à demora de condução e achava ser preciso um elevador para galgar o estribo do bonde. No auge da discussão, o agente Costa, o melhor freguês da companhia, intervinha em favor desta, da segurança e da ordem.<sup>267</sup>

Em momentos distintos, a intermediação da máquina pode ser vista como facilitadora da mobilidade dos indivíduos. De um lado para o outro, as pessoas poderiam circular e assumir papéis sociais enquanto viajantes, passantes, estudantes, consumidores, religiosos, trabalhadores. Avisava-se ao público que nos bondes elétricos aceitavam-se malas de viajantes que se destinavam aos trens da Central e Piau.<sup>268</sup> No pedido feito para que ocorresse a presença das famílias a festa beneficente no Parque José Weiss – onde seriam organizados quermesse e muitos divertimentos – a garantia de tráfego de bondes até a meia noite apresentava-se como uma facilidade de retorno para as casas.<sup>269</sup> Numa crítica quanto à medida adotada pela diretoria – pela qual as fitas utilizadas por estudantes nos transportes por

---

<sup>266</sup> Jornal do Comércio. 23/04/1913. p.2, c.2-4.

<sup>267</sup> Jornal do Comércio. 14/02/ 1907. p.2, c.2.

<sup>268</sup> Jornal do Comércio. 25/06/1906. p.2, c.3.

<sup>269</sup> Jornal do Comércio. 07/05/1910. p.2, c.3.



bondes só eram válidas entre 8 da manhã e 4 da tarde – havia a denúncia de cobrança abusiva contra os alunos. O jornal chamava atenção para o fato de que algumas escolas começavam a funcionar às 7 da manhã, além dos alunos que iam a casa dos professores tomar explicações para os exames de segunda época, o que às vezes impossibilitava os estudantes de pegarem o bonde até as quatro horas da tarde.<sup>270</sup> No dia de Natal, a demanda por mais bondes aumentava devido aos presentes, às crianças do catecismo da capela S. Matheus e à chuva.<sup>271</sup>

Os bondes elétricos disputavam seus espaços com as carroças que circulavam pela cidade, como no caso de choque do bonde nº 4 com uma carroça do Sr. Cristovam de Andrade, às 7 horas da noite, em frente à fábrica de móveis Correa & Correa, na Rua Marechal Deodoro.<sup>272</sup> Essa condição salienta o desequilíbrio entre a modernidade e a modernização em nações periféricas como o Brasil. Ao mesmo tempo em que se afirmava a modernidade com a experiência de locomoção rápida com veículos a tração elétrica, a modernização não era plena. A utilização de carroças deixa patente a deficiência da infraestrutura incipiente, e evidencia a permanência de formas de circulação e transporte tradicionais, descontextualizadas no caráter de tecnificação das práticas diárias da vida.

As ruas de Juiz de Fora estavam sendo comparadas a de grandes capitais por apresentarem o seu aspecto atraente, com um serviço de automóveis que dentro em breve seria perfeitamente análogo ao daquelas. Uma menção honrosa é feita à Empresa Brasileira Auto Viação, “a portadora de tão magnífico elemento de progresso para a cidade”, por ter colocado vários automóveis em circulação pela cidade. Já se cogitava aumentar o número desses veículos, devido à boa aceitação por parte do público, talvez ocasionada pelas tabelas praticadas. Afirmou que o povo não teria de lutar mais com dificuldade quando necessitasse de um bom meio de transporte.<sup>273</sup> Seria uma crítica aos bondes elétricos?

Poucos dias depois, a comparação entre os dois meios de transporte foi feita, mas em circunstâncias diferentes: era vez dos bondes serem elogiados. A imprensa reclamou do modo como os chauffeurs de automóveis da Empresa Brasileira Auto-Viação conduziam os veículos pelas ruas da cidade. Pedia medidas enérgicas, de forma que garantissem a tranquilidade habitual da população de Juiz de Fora. Lembrou o periódico que quando se intencionou a instalação dos elétricos, muitos especularam sobre as vítimas dos carris, como era de costume em outras cidades. Porém, ressaltou o periódico, a responsabilidade da empresa de eletricidade ao não permitir o excesso de velocidade pelos motorneiros, o “*que tem livrado o*

---

<sup>270</sup> O Pharol. 25/02/1912.

<sup>271</sup> O Pharol. 26/12/1912. p.1, c.4.

<sup>272</sup> Diário Mercantil. 05/03/1913. p.1, c.3.

<sup>273</sup> Diário Mercantil. 12/05/1912. p.1, c.1.

*povo desses desastres tão comuns nos lugares servidos pela viação elétrica*”. Embora o movimento dos bondes fosse intenso durante o dia, raríssimos eram os acidentes por eles ocasionados, diferentemente de serviço de automóveis, cujos empregados da empresa começaram a cometer graves abusos.<sup>274</sup>

Nesses episódios, notamos a progressiva incorporação dos objetos mecânicos na vida cotidiana. Esse processo representa a apropriação prática e simbólica que se fazia destes elementos. Não só bondes elétricos e automóveis, mas todas as máquinas contribuíram para a configuração de um novo meio ambiente urbano e de uma nova percepção do tempo e do espaço.<sup>275</sup> Uma relação de familiaridade com a máquina não é simplesmente construída pelo conhecimento técnico que dela se tem, mas também na velocidade de seu deslocamento, o que invariavelmente mudou a forma de apreensão do espaço e do tempo. Ambos encurtaram e promoveram uma aceleração da vida social, estimulando a aceleração do caminhar, aumentando o número de sustos, implicando na mudança do ritmo urbano. É como se o espaço começasse a se desagregar, mas o que realmente foi destituído foi o espaço intermediário do trajeto. A velocidade que integrava o passageiro à paisagem – havendo a possibilidade de contemplação da natureza – só seria possível se o condutor do veículo optasse por prudência em sua condução. Houve a quebra dessa percepção de continuidade, os espaços locais tornaram-se pontilhados ao longo da viagem.<sup>276</sup>

O bonde era a possibilidade de passeio e fruição da paisagem citadina. Esta era um local de exibição burguesa, de contemplação dos objetos promovedores da beleza, de mercadorias inacessíveis à maioria, mas que circulantes nas cidades, a compunham enquanto palco do espetáculo da modernidade em Juiz de Fora. Era um transporte coletivo, ambiente da convivência e de vivências cotidianas entre seus passageiros. Por isso mesmo os bondes adquirem identidade própria. Mesmo parecidos em aparência, os bondes, dependendo do seu espaço de circulação, são “*cultos, ou analfabetos, ou gaiatos, ou sisudos, ou debochados, ou vadios, ou aristocráticos ou até imorais.*”<sup>277</sup> Os números atrelados aos bondes não são meramente rotas a serem percorridas, mas trazem também características geográficas e sociais.

Em uma crônica sobre o lazer, comenta-se toda a possibilidade de passeio e lazer dominical. Na descrição há a revelação das idiosincrasias geográficas e sociais de um dos bondes de Juiz de Fora apelidado carinhosamente de *Matheusinho*.

---

<sup>274</sup> Diário Mercantil. 17/05/1912. p.1, c.1.

<sup>275</sup> Guillermo, GIUCCI, *A viagem dos objetos*, p. 1071-88.

<sup>276</sup> R., ORTIZ, op. cit, p.220-225.

<sup>277</sup> Guillermo, GIUCCI, op. cit, p.1073.

Vamos no Matheusinho. Ao nosso lado duas meninas conversam sobre o catecismo da Matriz de onde regressam. O carro está cheio, e dois caixeiros fazem pilherias. Os empregados do comércio são os primeiros freqüentadores de bondes dos domingos. Vão à Fábrica, a S. Matheus, aos Passos.

À medida que caminhamos rua a dentro, vamos vendo como goza com felicidade, o seu domingo, aquela rua.

Há homens em mangas de camisa à janela, pasmando para o bonde; moças, à porta, sorriem de mãos dadas; e quando passamos por elas os moços que vão conosco fazem bonito no bonde, de pé nos estribos.

Um bêbado, José dos Santos, grita com força o seu estribilho – Sempre Viva! À esquina da rua Direita; e uns estudantes riem alto das estripulias da chuva.

À porta de várias casas, do lado da sombra, há cadeiras pela calçada, e conquistadores de gaforinha penteada e fortes botinas amarelas, passam para a rua Moraes e Castro, onde na primeira casa, à porta, um mulato avelhentado, de óculos no bico, lê um romance ensebado!

Também a Fabrica recebe os seus visitantes. Outros vão até Mariano e voltam no bonde que faz cruzamento.<sup>278</sup>

#### 4.2.3 Cinema: uma nova experiência moderna

A Companhia Germano Alves foi a primeira a apresentar as atrações do cinematógrafo em Juiz de fora em 1897. Sua estréia ocorreu em 23 de julho no Teatro Juiz de Fora<sup>279</sup>. Foi a primeira sessão pública de cinema apresentada em Minas Gerais. Havia acessibilidade dos espetáculos para diferentes camadas sociais devido aos preços variados cobrados em suas exibições. Nos dois últimos dias de espetáculo, o cinematógrafo foi apresentado em duas sessões a pedido de famílias, evidência de uma boa receptividade da nova possibilidade de lazer. Essas primeiras exibições cinematográficas se caracterizaram por mostrar cenas que registravam a realidade naturalmente, sem veiculação de filmes com ficção. Em 31 de dezembro de 1898, a empresa da atriz Apolonia Pinto apresentou as “vistas” da Praia de Copacabana no Rio de Janeiro e do então presidente da República Campos Sales, talvez as primeiras fitas nacionais projetadas em Juiz de Fora.<sup>280</sup>

Em 18 de outubro de 1900, a primeira sala de exibição cinematográfica foi inaugurada. Localizado na Rua Halfeld 109, o “Salão Paris”, exibia além das fitas cinematográficas, músicas nos gramofones. No mês posterior, a casa de exibição passou a exibir suas fitas na

---

<sup>278</sup> Jornal do Comércio. 28/12/1913. p. 1 c.5.

<sup>279</sup> Inagurado em 28/02/1889 na Rua espírito Santo, de propriedade dos srs. Frederico e Alfredo Ferreira Lage.

<sup>280</sup> Rosane, FERRAZ, *A chegada do cinema em Juiz de Fora: uma nova opção de entretenimento no centro cultural de Minas gerais (1897-1912)*. p.23-26.

parte mais nobre da Rua Halfeld, num prédio em frente a Confeitaria Rio de Janeiro. Em maio de 1905, provavelmente foram exibidas as primeiras vistas filmadas na cidade.

A partir de 1907, várias empresas passaram a se apresentar em Juiz de Fora, às vezes simultaneamente. Mas são nos anos posteriores, começando por 1908, que se observa o auge de exibição cinematográfica em Juiz de Fora. Instalação de salas para esse divertimento, apresentação de companhias ou exibições em locais conhecidos da cidade como o Parque Halfeld, a confeitaria Rio de Janeiro, a Estação Central são elementos indicativos da disseminação do cinematógrafo como uma opção de lazer. A primeira sala fixa de cinema na localidade foi o Cinema Pharol. Até então, as companhias e empresas eram itinerantes, permanecendo alguns dias ou meses. O empreendimento dos Srs. Lussac & Almeida, fixado a Rua Halfeld 107, tinha como uma das fitas em destaque “Um Passeio de Automóvel” na Avenida Rio Central no Rio de Janeiro. Em julho daquele ano, dois cinemas – Pharol e Brasil – funcionaram simultaneamente, demonstrando a existência de um público significativo, desejoso por lazer. No mesmo ano, outras salas de exibição foram inauguradas: o Cinema Pathé Moderno, sediado no Éden Juiz de Fora, anexo à Confeitaria Rio de Janeiro; o Cinematógrafo Pathé, instalado no Teatro Juiz de Fora; e o Cinema Juiz de Fora. Em dezembro, a cidade tinha à sua disposição quatro cinemas ao mesmo tempo.<sup>281</sup>

---

<sup>281</sup> Idem, p.40-43.

**THEATRO**

EMPRESA DA ACTRIZ  
**APOLLONIA PINTO**  
Direcção do actor **GERMANO ALVES**

Grande companhia de comedias, dramas, vaudevilles  
e da maravilhosa machina  
Cinematographo Lumière

**HOJÉ! GRANDE SUCESSO! HOJÉ!**

Primeira representação da magnifica peça em 3 actos, de  
grande successo, traduzida pelo festejado escriptor Eduardo Garrido

**A VOZ DO SANGUE**  
Toma parte toda a companhia

SEGUNDA PARTE  
**CINEMATOGRAPHO**

1º quadro. Por causa do artigo do jornal. 2º quadro. Patina-  
dor grotesco nas ruas de Londres. 3º quadro. Batalha de neve em  
Lyon. 4º quadro. Corridas de saccos no Campo Grande (Lisboa).  
5º quadro. O batalhão de Umberto Iº (bersaglieri). 6º quadro. Os  
banhistas da Figueira da Fós.

A seguir-se a engraçada opereta em um acto

**OS SINOS DE CORNEVILLE**  
Pelos distinctos artistas d. Julieta Vianna e J. Vianna.

**ATTENÇÃO**

PREÇOS {	- Camarotes .....	15\$000
	Cadeiras de 1ª classe.....	3\$000
	Cadeiras de 2ª classe.....	2\$000
	Geraes .....	1\$000

A Companhia, de passagem por esta cidade, dará um limitado numero  
de espectaculos sempre novos e variados. Os preços dos bilhetes estão ao  
alcance de todos. Espera merecer a protecção do illustrado publico.

**Não se repete peça alguma**  
Aceitam-se desde já encomendas por especial obsequio na Confel-  
taria Rio de Janeiro.

**A's horas do costume .**

Ilus 9: Jornal do Comércio. 03/01/1899. p.3 c.1,2.

A consolidação das salas de cinema em Juiz de Fora pode ser percebida a partir de 1911. A concorrência determinou a busca das empresas por filmes de maior sucesso no mundo e no Rio de Janeiro. Nesse momento, já observamos a exibição de dramas, uma afirmação do cinema enquanto possibilitador da transformação da imaginação humana em realidade. Neste ano, sessões ao ar livre – o Cinema Sereno – passam a ser praticadas na cidade, ocorrendo uma grande presença de crianças.<sup>282</sup>

Uma carta de esclarecimento sobre a possível autorização de Roma para utilização de cinemas nas igrejas chamou-nos a atenção para o convívio entre a modernização de costumes

<sup>282</sup> Idem, p.52-55.

e a tradição religiosa. A especulação era pelo fato de alguns sacerdotes desejarem o uso de “projeções instantâneas” para o catecismo. A pergunta que se fez referia-se a ser lícita ou não esta prática. Mencionou-se o uso em alguns lugares com grande êxito no catecismo, de forma que os “espectadores” – ou seria melhor dizer os fiéis? – aprendiam com maior facilidade e retinham mais fortemente na memória. Algumas cautelas deveriam ser tomadas de forma que estivesse assegurada a ordem e a boa convivência entre os freqüentadores do catecismo: a retirada do Santíssimo Sacramento do local; a separação de homens e mulheres, sentados distantes um dos outros; a iluminação da igreja, só estando as luzes apagadas quando as projeções fossem feitas, a presença de um fiscal e a autorização do bispo diocesano.<sup>283</sup>

O desenvolvimento da exibição cinematográfica se deve ao processo de modernização pelo qual passava a cidade, afirmativo da modernidade. Ela não conhece fronteiras, tampouco nacionalidades. Uma ordem planetária estava por se instalar, não de forma exclusiva no âmbito da economia capitalista, mas também num contexto cultural, expressado pelo lazer – incluindo aí o cinema –, pelas transformações da cidade, pelo consumo.<sup>284</sup> Além de um preço acessível e da proximidade com o Rio de Janeiro – que punha em contato rápido fitas exibidas na capital federal –, estamos diante de mais uma demonstração de comportamento requintado, afirmativo da civilidade que se queria. Ir ao cinema era ostentar um cosmopolitismo tipicamente europeu, especificamente da França, onde surgiu o cinema. Foi um movimento de universalidade que se processou, visto que certa quantidade de traços concretos passou a ser compartilhada em escopo mundial por povos distintos.<sup>285</sup>

O cinematógrafo definitivamente conquistou a sensação de mobilidade. A técnica garantiu que imagens se pusessem em movimento, imagens da realidade que tomavam vida, acionadas mecanicamente. Viver a modernidade é ter mudanças na vida diária mediante novas formas de experiência, embora isso variasse em diferentes áreas do mundo. Os juiz-foranos entraram em contato com uma experiência moderna ao visualizarem pessoas e lugares estrangeiros, locações remotas e desconhecidas nas projeções dos cinematógrafos. Os objetos e atores perdiam sua condição estável, eram submetidos à movimentação da imagem, parecendo que seu corpo havia sido abolido, se imaterializado. O cinema atribui ao corpo uma

---

<sup>283</sup> Jornal do Comércio. 27/06/1912. p.1 c.2.

<sup>284</sup> R, ORTIZ, op. cit, p.267.

<sup>64</sup> Idem, p. 245.

fantasmagoria, já que poderia virar uma imagem transportável, circulável e adaptável à inerente mobilidade da modernidade.<sup>286</sup>

#### **4.2.4 Luz nas casas: luxo e conforto.**

Assim como no lado de fora da casa, as inovações ocorriam interiormente. O requinte passou a ser regra como forma de vida, pautada em conforto e higiene. A eletricidade fornecia esses dois elementos. No espaço doméstico, a privacidade e a busca por comodidade teriam nas aplicabilidades da eletricidade grandes aliadas. Uma nova relação entre a rua e a casa passou a existir. A casa abandonou a conotação pública enquanto local de produção e de trabalho, assumindo um caráter de consumo, representado pela figura feminina. Por exemplo, a introdução da água determinou, mediante a oferta pelo poder público de serviços de abastecimento, o surgimento de novos hábitos marcados pela higiene e limpeza de forma rotineira. O banheiro e a cozinha destacaram-se como os locais privilegiados para que a família pudesse praticá-los<sup>287</sup>. A iluminação elétrica, ao contrário daquela gerada pela combustão do querosene, garantia segurança, eliminava riscos de incêndio, o mau cheiro, a fuligem – associada à péssima qualidade do ar e prejudicial à saúde. O lampião a querosene demandava de tratamentos constantes, tendo de ser limpo e preenchido com frequência, gerava calor e fuligem.<sup>288</sup> A luz elétrica era limpa, inodora e mais eficiente que o querosene. Para as pessoas mais pobres, o acesso à iluminação se dava por um meio mais rudimentar, pelas lamparinas como é evidenciado no relato de um acidente, às 5 horas da tarde, à Rua dos Artistas, quando Joanna Pennafiel queimou-se gravemente no peito ao acender uma lamparina de querosene que explodiu.<sup>289</sup>

Internamente a casa sofre repartições, havendo a especialização de seus cômodos, orientando as atitudes privadas de seus moradores. Esta é uma realidade para as famílias abastadas, pois quando observamos as moradias populares, um mesmo ambiente servia para múltiplas funções. O anúncio de venda de uma chácara, localizada a Rua Direita – logradouro habitado principalmente pelos integrantes das camadas sociais mais abastadas – corrobora a

---

<sup>286</sup> Tom, GUNNING, *Um retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema*. p. 39-44.

<sup>287</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)*. op. cit, p.172-174.

<sup>288</sup> Idem, p.186,187.

<sup>289</sup> *Jornal do Comércio*. 16/07/1908. p.1, c.4.

observação dos pressupostos que norteavam a sociedade naquele período. A casa era dotada dos cômodos que dariam aos seus futuros moradores a garantia de higiene e conforto.

Vende-se uma excelente chácara na melhor localidade desta cidade na rua Direita parte alta com boa casa de moradia tendo 18 cômodos espaçosos, boas instalações sanitárias e luz elétrica, boa cozinha e copa e outras dependências da casa feitas com muito capricho, água nascente e abundante, bonito jardim com cascata, etc. O terreno mede de frente trinta e oito metros e trezentos metros de fundos com muitas plantações e arvoredos frutíferos, própria para a família de tratamento ou para um bom colégio ou casa de saúde pela salubridade do clima: os terrenos prestam-se para muitas edificações. Propriedade do Sr. Luiz Barbosa, à rua Direita, nº 42<sup>290</sup>

A casa seria o lar, local de isolamento e privacidade, de demonstração de intimidade no âmbito da convivência familiar. Ela teria como prerrogativa “o estar” e o conforto seria fundamental, isto é, o bem-estar material. Passou-se a buscar comodidades básicas, e a eletricidade era uma delas. Não só a iluminação, mas posteriormente os eletrodomésticos traduziam as conquistas cotidianas de conforto para a família.<sup>291</sup> A eletricidade possibilitou a mecanização dos lares, organizando a vida doméstica e viabilizando o lazer de tal espaço. Os jardins cumpriam funções de ventilação e iluminação, assim como espaços para o lazer familiar. Um jornalista comentou sua ida a uma festa íntima a um lar juiz-forano por ocasião de festejos comemorativos do aniversário de nove anos de uma menina chamada Ignez. Em meio a recitações e toques de piano:

Só compareceram parentes íntimos; a festa era toda familiar, e por isso mais atraente. Dançou-se, fez-se música, houve recitações etc., e, lá pelas primeiras horas da madrugada, ainda deixei muitos dos convidados entregues ao agradável e higiênico exercício da dança moderna (...)<sup>292</sup>

A ampliação do acesso à iluminação foi conseqüência direta do desenvolvimento da indústria elétrica. Vários anúncios eram propagados na imprensa de Juiz de Fora. Estabelecimentos comerciais especializados e profissionais de Juiz de Fora e do Rio de Janeiro disponibilizavam para o consumo lâmpadas, equipamentos e serviços especializados de instalações elétricas. A iluminação passou a ser um elemento decorativo dos interiores, de adorno de um espaço que deveria ser acolhedor da família e de seus visitantes.<sup>293</sup>

Ao tomar os espaços dos jornais anunciando seus produtos, as lojas utilizavam-se da publicidade – uma técnica recente, evidência da racionalização dos negócios. Não por acaso, mas sim por obedecer à lógica da organização social capitalista, sustentada no consumo das

---

<sup>290</sup> O Pharol. 13/07/1912. p.3.

<sup>291</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). op. cit, p. 177,178.

<sup>292</sup> Jornal do Comércio. 12/11/1905. p.1 c.6.

<sup>293</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). op. cit, p.202.



mercadorias cada vez mais produzidas.<sup>294</sup> Era um instrumento de informação e assimilação cotidianas da modernidade. Seu papel estava vinculado à estimulação diária do processo de modernização da sociedade juiz-forana. Na Casa da Barateza, à Rua Direita 114, anunciava-se a venda de ventiladores elétricos, adaptáveis a qualquer boquilha, não havendo exigência de instalação especial.<sup>295</sup>

Aparelhos elétricos e instalações com Batista de Oliveira & Cia., rua Direita, 114.<sup>296</sup>

Lâmpadas Westinghouse de filamento metálico: 75% de redução no consumo da corrente em relação às de filamento carbônico. Luz brilhante, firme, incapaz de ser afetada, por qualquer variação de voltagem, de um branco suave que impressiona agradavelmente a vista e de um forte poder de penetração que contribui para a boa aparência do lugar iluminado.

Alta eficiência, máximo de durabilidade aliado ao preço mínimo de aquisição.

As primeiras entre as suas congêneres pelas qualidades apontadas.

Únicos agentes no Brasil. Sampaio Corrêa & Comp. Rua da Candelária, 2.<sup>297</sup>



**A prestações** de  
**10\$, 15\$ e 20\$000 por mez**  
**GRAMOPHONES E MIRAPHONES**

DISCO FAVORITE é a chapa mais duravel,  
traz sómente novidades da época.

GRANDE sortimento de: Lampadas Osram e  
Tantal, e artigos electricos.

MUSICAS PARA PIANO—Preços do Rio—Aviam-se pedidos do In-  
terior—Casas no Rio: rua da Constituição, 46, e Marechal Floriano, 119.

Succarsal: FAULHABER & COMP.  
**RUA HALFELD, 139 —: JUIZ DE FORA**

Ilus 10: O Pharol. 13/07/1912. p.3.

Para quem não queria freqüentar as noites agitadas dos bailes, cinemas, teatros, concertos, havia como opção a visita nas casas: a possibilidade de reunião em torno do jantar, da leitura dos periódicos da cidade, recheados de romances, com também de curiosidades a respeito da eletricidade. A música era possível mediante fonógrafos e gramofones. Já no

<sup>294</sup> R., ORTIZ, op. cit, p.137.

<sup>295</sup> Jornal do Comércio. 08/12/1912. p.1, c.5.

<sup>296</sup> O Pharol. 28/11/1912. p.1, c.2.

<sup>297</sup> Jornal do Comércio. 31/05/1912. p.1, c.3.

século XIX, a música apresentava-se como a principal forma de diversão das famílias brasileiras, dirigindo-se para salas específicas para aulas de música.<sup>298</sup> Os fonógrafos chegaram ao Brasil, ao final do século XIX. A gravação de fonógrafo até então foi a forma mais eficaz de gravação, preservação e reprodução do som.<sup>299</sup> Um artefato elétrico posto em alguma repartição da casa é um anúncio da condição privilegiada que os moradores daquela habitação possuíam.

Essas mercadorias eletrificadas davam a seus compradores uma distinção social prestigiosa e a condição de representar um papel social restrito: o consumidor de luxo. Para além do prestígio conquistado, o luxo também concedia comodidade para a vida, assumiu uma conotação de utilidade enquanto conforto. Ortiz nos mostra que Diderot, em sua *Enciclopédia*, já definia o luxo como “*o uso que se faz das riquezas da indústria para se procurar uma existência agradável.*”<sup>300</sup> Muitas invenções geradas a partir da Segunda Revolução Industrial incidiam diretamente sobre o bem-estar individual.

Luxo e indústria se identificam na sociedade capitalista. Nessa organização há o pressuposto de não-disseminação, de restrição do luxo a um pequeno número de pessoas, que só poderia consumi-lo se tivesse condições financeiras para isso. Nesse sistema, o luxo percorre do século XIX em diante, um caminho que o levará à sua banalização. No Brasil, por volta das duas primeiras décadas do século XX e, detidamente, em Juiz de Fora, ele estava longe de tornar-se banal. É fato que uma pequena parcela dos habitantes juiz-foranos usufruía a modernização de sua vida material doméstica sob o aspecto da eletricidade em suas casas sob diferentes formas. Assim como também era privilégio para poucos terem à sua disposição para suas ruas um número de lâmpadas necessário para a garantia de uma iluminação satisfatória. Mas, esse mecanismo da vida moderna, assim como outros, estava ainda em seu início. Em que pese essa disseminação excludente e gradual da eletricidade e suas aplicabilidades, o que verdadeiramente se cristaliza nesse momento, é a sensação de conforto.

---

<sup>298</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). op. cit, p. 206-211.

<sup>299</sup> Idem, p. 212.

<sup>300</sup> R, ORTIZ, op. cit, p.123.

### 4.3 Eletricidade e saúde

As crônicas sobre as curiosidades elétricas davam visibilidade ao elemento encantador da modernidade. Os jornais forneciam ao seu leitor, ao trazerem informações sobre as múltiplas utilizações da eletricidade em diferentes áreas do mundo, a concretude de viver uma vida universal, na medida em que se tratavam de informações telegráficas, universais, advindas de locais tão distantes.<sup>301</sup> Em Juiz de Fora essas curiosidades também foram veiculadas.<sup>302</sup> Daremos atenção especial aos reclames a respeito de produtos referentes a um outro setor atingido pela aplicação da eletricidade: os produtos da área médica.

Observamos a utilização dessa energia para o tratamento de diversas enfermidades: doenças nervosas, insônias, alcoolismo, dores generalizadas, formigamentos etc. Em 1895, a descoberta dos Raios-X representou a possibilidade de visualizar o corpo humano por outra dimensão, além de proporcionar diagnósticos mais precisos.<sup>303</sup> Além da diversidade de doenças a serem tratadas por meio da eletricidade, esta era aplicada em múltiplos procedimentos terapêuticos: eletricidade estática, galvânica, galvanofarádica, farádica, em alta frequência havia a possibilidade de aplicações mono ou bi polares e a auto-condução; banhos de luz incandescente ou hidro-elétricos, correntes contínuas, farádicas, sinusoidais e ondulatórias, massagem vibratória, radioscopia, radiografia, raios-x.

Podemos afirmar que estes novos artefatos elétricos – atrelados ao uso racional de energia como forma de fornecer saúde aos pacientes – são indícios da posição alcançada pela ciência como um único paradigma para o alcance da verdade. O cientificismo passou a ser encarado como elemento fundamental da modernidade de forma que pudesse produzir instrumentos técnicos, ampliadores do domínio humano e conseqüentemente contribuinte para o alcance da felicidade.

A tecnificação da saúde é afirmativa dessa condição adquirida e coerente com um momento em que pressupostos voltados para preocupação com higiene e saúde eram adotados nas cidades por suas autoridades.<sup>304</sup> Uma situação abaixo exemplifica nossa argumentação: um cientista sueco, Svante Arrhenius, revelou as potencialidades da energia elétrica como

---

<sup>301</sup> Idem, p. 246.

<sup>302</sup> Forno elétrico de Laval, JC.14/11/1897. p.1, c.4; Arado elétrico, JC 14/10/1897. p.1, c.4.; A eletricidade no papel, JC 29/08/1898. p.2, c.1; A eletricidade como meio de educação, JC. 12/05/1909. p.1, c.6.

<sup>303</sup> Marilza, BRITO, & Solange, REIS, (coord.). op. cit, p. 158.

<sup>304</sup> Ocorreu uma atuação tanto do poder municipal quanto da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora para inserir costumes condizentes com os preceitos higiênicos em voga naquele momento. Buscava-se disseminar idéias pautadas na prevenção e promoção de saúde e bem estar coletivos. In: Vanessa, LANA, *“Limpar a cena urbana”: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e o combate aos cortiços.*

promovedora do desenvolvimento do organismo humano e da inteligência. Mediante uma experiência realizada com dois grupos de crianças – similares em idade e peso – foi observado um maior crescimento e maior inteligência entre aquelas colocadas para estudar em um ambiente eletrizado por correntes de alta frequência.<sup>305</sup>

As experiências modernas eram dinâmicas na medida em que as descobertas científicas tecnológicas e o industrialismo alteravam o ritmo de vida das pessoas, fazendo com que elas mudassem sua percepção de si próprias e do seu lugar no mundo. Toda essa mudança acelerada era posta constantemente em evidência nos veículos impressos de Juiz de Fora, reforçando com clareza e contribuindo para a assimilação da certeza de que o mundo vivia um tempo do progresso científico e material de constantes transformações. Os anúncios específicos da utilização da eletricidade como meio de obtenção de saúde têm esse significado. Um tratamento dentário, um banho aquecido, um cinturão elétrico e muitas outras novidades eram postas à disposição de quem pudesse pagar e de quem estivesse aberto a modernizar seus hábitos, a adotar novos comportamentos cotidianos.

Nesses anúncios, os mesmos valores acionados no discurso de transformação do espaço urbano eram utilizados como justificativa de adoção desses novos serviços. O novo em detrimento do velho, a necessidade de renovação e superação. A publicidade era uma das linguagens mais apropriadas à estimulação cotidiana da busca da novidade, do desconhecido, do diverso, do mais avançado, do melhor. O novo deveria ser demandado e assimilado, ajudando o processo de reconhecimento de novas formas de viver urbano, formas mais aceleradas, higienizadas, racionalizadas, permitindo a diminuição do sentimento de estranheza e não-pertencimento.

A eletricidade era tida como um agente de saúde dentro dos ambientes domésticos:

O Boletim de eletricidade, (cuja opinião pode, aliás, ser tida como um tanto suspeita) acrescenta que a luz elétrica é um poderoso agente da saúde. Não só todos que dela se servem sentem-se melhor que dantes, como seu apetite aumenta, o sono se torna melhor e as visitas dos médicos fazem-se mais raras.<sup>306</sup>

Em 1898, no consultório do doutor Christovam Malta, na Rua Halfeld 163, praticavam-se banhos elétricos indicados para vários problemas de saúde.<sup>307</sup> Uma declaração do Dr. Martinho da Rocha recomendava o tratamento com o médico. Ao indicar o tratamento

---

<sup>305</sup> Diário Mercantil. 09/05/1912. p.1 c.2.

<sup>306</sup> Juiz de Fora. 15/08/1893. p.1, c.4.

<sup>307</sup> Indicados para casos de histeria, neurastenia, hemicrania, insônia, amenorréia, dismenorreia, paralisias, polinevrites, nevralgias, asma, reumatismo, etc. Jornal do Comércio. 07/12/1898. p.2, c.3.

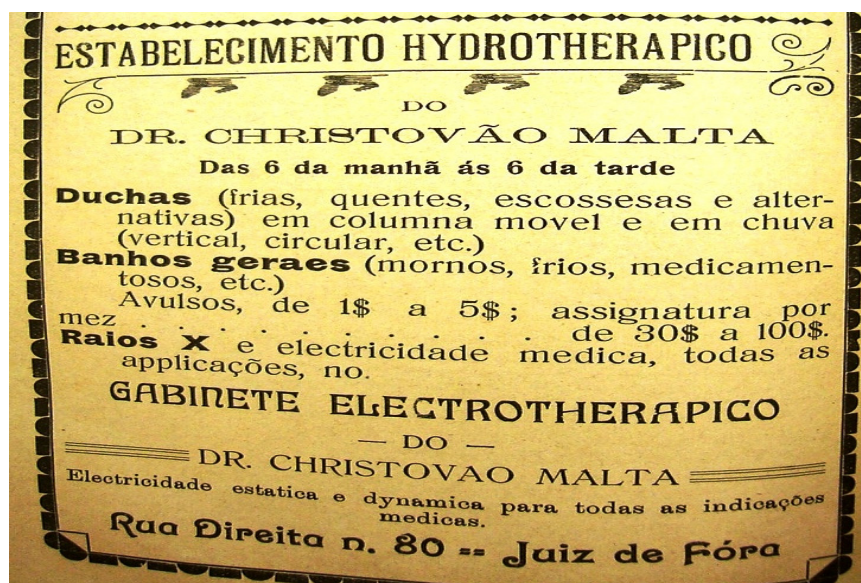
eletroterápico a oito de seus pacientes, os resultados foram benéficos, principalmente para a histeria, neurastenia e polinevrite:

Em um caso de ataxia, cessaram prontamente as dores fulgurantes dos membros abdominais, parecendo que a moléstia ficou estacionada.

Em um doente de polinevrite, com forte nevralgia abdominal, a cura verificou-se em dez sessões eletroterápicas apenas.

Os casos, porém, em que a eficácia desse tratamento mais se evidenciou foram os de histeria, cujas crises cessaram desde a primeira sessão.<sup>308</sup>

Ainda em 1914, o mesmo médico mantinha um estabelecimento com oferta e tratamentos a eletricidade.



Ilus 11: Almanak de 1914.

Entre 2 e 21 de fevereiro, o *Jornal do Comércio* apresentou 12 dicas de tratamentos eletro-terápicos. Percebe-se para cada moléstia, uma aplicação específica da eletricidade e ao mesmo tempo uma diversidade grande de tratamentos elétricos: banhos elétricos (eletro-estático) serviam como ótimos sedativos e contribuía para a nutrição<sup>309</sup>; a crise histérica de senhoras, seus ataques de nervos poderiam ser interrompidos com a galvanização da cabeça<sup>310</sup>; para a hipocondria aconselhava-se o uso de eletrização estática com fortes centelhas e para a hemicraneia (enxaqueca) bastava apenas uma ou duas eletrizações<sup>311</sup>; para a insônia bastava um curto banho estático<sup>312</sup>; neurastenia e dispepsias seriam tratadas com

<sup>308</sup> *Jornal do Comércio*. 19/02/1899. p.1, c.5.

<sup>309</sup> *Jornal do Comércio*. 02/02/1899. p.1, c.6.

<sup>310</sup> *Jornal do Comércio*. 04/02/1899. p.1, c.6. ; 07/02/1899. p.1 c.5.; 08/02/1899. p.1, c.3.

<sup>311</sup> *Jornal do Comércio*. 10/02/1899. p.1, c.5.

<sup>312</sup> *Jornal do Comércio*. 11/02/1899. p.1, c.6.

francinização<sup>313</sup>. A excitação medular poderia ser tratada mediante a eletrização galvânica de forma que pudesse proporcionar a regulação do sistema nervoso, excitando-o se deprimido, acalmando-o se excitado. Banhos elétricos positivos ou negativos, sopro elétrico, fricção são exemplos de aplicabilidade elétricas na terapêutica médica.<sup>314</sup> O reumatismo<sup>315</sup>, fosse em crises leves ou médias, seria tratado pela eletricidade estática. Nesse tratamento as dores cessariam, ainda que ocorressem em ovários, intestinos, estômago, coração ou cabeça. Câimbras e contraturas viscerais também teriam seu fim.<sup>316</sup>

Para vender cinturões ou anéis elétricos, os anúncios de instrumentos eletrificados traziam uma grande quantidade de informações para convencer e ao mesmo tempo naturalizar a assimilação dessas novidades à vivência diária, intermediadas por máquinas elétricas. Modernos anéis elétricos americanos eram ofertados como preventivos às doenças nervosas, inclusive para crianças de todas as idades. Era descrito como uma pilha elétrica posta no dedo, não mais uma das panacéias empregadas para enganar o público, mas uma verdadeira descoberta científica.<sup>317</sup>

Em 1905, um anúncio sobre cinturão elétrico Sanden ofereceu um tratamento caseiro, fácil, sensato e eficaz. Cinco moléstias que a eletricidade curava: a indigestão, a constipação, a insônia, nervos, debilidade. O produto era simples e de fácil manejo, o melhor até então inventado para a aplicação de eletricidade no corpo humano.<sup>318</sup> A cura de um epilético foi anunciada pela utilização deste artefato. Ocorreu a descrição dos sintomas da doença curados somente com a aplicação da eletricidade.<sup>319</sup> Os testemunhos dos próprios consumidores do produto eram utilizados na sua divulgação, de forma que a propaganda do produto trazia cartas de seus compradores, esclarecendo os benefícios trazidos à saúde mediante a utilização dos aparelhos. Num desses anúncios, a eletricidade era posta como o principal fator na arte de curar, havendo à disposição dos leitores algumas linhas escritas por José Mendes da Silva, um comprador do cinturão:

(...) fico agradecido pelo interesse que tomais a saúde de meu filho, que, como já vos indiquei, acha-se completamente restabelecido.  
Quanto ao Cinturão Elétrico, já estou espaçando as aplicações até chegar o tempo da completa retirada, conforme ordenais. (...)<sup>320</sup>

---

<sup>313</sup> Jornal do Comércio. 12/06/1899. p.1, c.6.

<sup>314</sup> Jornal do Comércio. 14/02/1899. p.1, c.8.

<sup>315</sup> Jornal do Comércio. 16/02/1899. p.1, c.5.

<sup>316</sup> Jornal do Comércio. 18/02/1899. p.1, c.6.

<sup>317</sup> O Pharol. 29/06/1904. p.1, c.2.

<sup>318</sup> Jornal do Comércio. 18/11/1905. c.4, 5,6.

<sup>319</sup> Jornal do Comércio. 06/03/1906. p.4, c.5,6.

<sup>320</sup> Jornal do Comércio. 04/04/1909. p. 4, c.5,6.

**CINTURÃO ELECTRICO**  
Do Dr. Mc. Laughlin  
(De N. w-York)

O melhor até HOJE introduzido  
no Brasil

SEM RIVAL - PREÇOS MODICOS

Cura todas as molestias nervosas

Rheumatismo, Sciatica, Lumbago, Dyspepsia, Rins, Fígado, Varicocelo, Nevralgia, Paralysis, Enfraquecimento, etc., Molestias das Senhoras

Mandae-me vosso nome e endereço e pela volta do correio remetter-vos-ei, GRATIS, o meu folheto e instruções para o tratamento em casa

**CARLOS BRELA'S**  
48, RUA DOS OURIVES, 48 -- 1º andar  
RIO DE JANEIRO

**NOTA** — Cautela com os cinturões de preço usurario  
CONSULTAS GRATIS

Ilus 12: O Pharol. 23/06/1904. p.1, c.3

Massagens elétricas eram anunciadas como medidas de obtenção de saúde e beleza. Observamos um tratamento que prometia a solução para muitos tipos de doenças. Ofereciam-se os tratamentos mais modernos para a estética das senhoras. Além disso, enfermidades como reumatismo, gota, obesidade, dispepsia (dilatação do estômago), nevralgias faciais, doenças de pele, anemia, quedas de cabelo, enfraquecimento geral dentre outras poderiam ser tratadas. Os pelos do rosto poderiam ser eliminados por eletrolise. Nesse procedimento, os aparelhos especiais poderiam corrigir qualquer defeito nos narizes e orelhas. Correção dos seios e atrofiamento dos mesmos, tratamento de sinais de bexigas, qualquer mancha, papada e rugas. Toda essa infinidade de possibilidades de tratamentos estéticos estava ao alcance dos juiz-foranos na Rua Halfeld 154. Eram os primórdios das clínicas estéticas amplamente difundidas na sociedade contemporânea. Ao buscar beleza, um indivíduo esperava uma nova fisionomia, uma nova postura do corpo capaz de representar uma conquista mais simbólica que material. Essa relação estabelecida entre as pessoas e os objetos elétricos extrapolava as condições objetivas de meros fornecedores de um bem-estar material. Ao proporcionar beleza e saúde esses objetos eram ressignificados, lhes sendo atribuídos valores subjetivos, que os transformavam em bens simbólicos e culturais.

Estamos diante de um processo de inscrição dos objetos elétricos nas relações humanas, havendo uma percepção dos benefícios práticos simbólicos dessas mercadorias. O valor industrial e tecnológico inerente ao produto elétrico somou-se ao valor individualizado e

social desse tipo de mercadoria, assinalado no seu uso cotidiano, na concretização de seus desejos e expectativas.

**Massagens Electricas**  
TRATAMENTO PARA A  
**BELLEZA E SAUDE**  
—POR—  
**Saccadura Falcão e Mme. Falcão**

Tendo obtido os mais brilhantes resultados em Lisboa, Coimbra, e nas principais capitães dos Estados do Brasil, actualmente nesta cidade, attendo a qualquer chamado em sua residencia.

Tratamento completo pelos processos mais modernos sobre a esthetica das senhoras, tendo obtido os melhores resultados.

Aplicações electricas com garantido exito nas seguintes enfermidades: *Neurasthenia, Gotta, Obesidade, Dyspepsia, (Dilatação do Estomago), Neuralgias faciaes, Sciaticas e outras.*

Doenças da pelle (Queda do cabello), Lymphatismo, doenças dos ossos e das Articulações, Enfraquecimento geral, Chlorose, Anemia.

**Destruição por completo dos pellos do rosto, pela electrolize**

Corrigem qualquer defeito do nariz e das orelhas, com aparelhos especiaes; assim como quaesquer alterações necessarias para o embellezamento das senhoras, tal qual, como as ultimas creações da grande elite *Parisiense*.

Com methodos ampliados especialmente por si, corrigem os desenvolvimentos dos seios e atrophiamento dos mesmos, tiram signaes de bexigas, alquer mancha, papada e rugas.

Tambem possuem tonicos especiaes contra a caspa e queda do cabello, evitado fazer brancos, decoloração e pintura para todas as côres.

**A unica que se pôde lavar sem que prejudique a côr.**

**RUA HALFELD — 154 — SOBRADO**

Ilus 13: Jornal do Comércio. 24/01/1911. p.3 c.1,2.

O tratamento dos dentes também foi outro serviço de saúde oferecido na cidade ao aplicar a eletricidade em suas funções. Ao mudar para a cidade, o Dr. Affonso de Moraes anunciou no *Diário Mercantil* a montagem de seu consultório médico num sobrado da Rua Direita 108. Dispunha dos mais modernos aparelhos, fazendo aplicações em moléstias dos sistemas nervoso, muscular, articular, circulatório, digestivo, respiratório, geniturinário, e nas de nutrição, nas de pele e dos órgãos dos sentidos.<sup>321</sup>

<sup>321</sup> Diário Mercantil. 03/02/1912. p.1, c.2.



#### 4.3.1 Os Raios-X e a Academia de Comércio<sup>322</sup>.

Em junho de 1901, a instituição foi equipada com aparelhos, laboratórios e material didático para o ensino técnico e científico. Foi a primeira a possuir o primeiro aparelho de raios-X e o primeiro telégrafo-sem-fio da cidade. Em 1909, ocorreu a criação do Instituto Politécnico, anexo à Academia de Comércio<sup>323</sup>, passando então a oferecer três possibilidades de cursos: ginásial, comercial e politécnico.

Em 26 de abril de 1904, o Revdo. Padre Mathias anunciou a primeira experiência com raios-X realizada na cidade. Com um caso de difícil diagnóstico, o Dr. José Cesário recorreu ao aparelho da Academia do Comércio. Suspeitava de uma periostite ou de uma carne óssea presente numa menina de 2 anos de idade que apresentava duas fístulas – uma na região do calcâneo e outra sobre a falange do polegar de uma das mãos.<sup>324</sup>

Em três de maio de 1904, foram feitas demonstrações empíricas sobre os raios-X. De início, foi reproduzida a experiência original de descoberta dos raios-X em 1895, na Alemanha. Logo depois, foram dadas explicações sobre os aparelhos de produção dos respectivos raios.<sup>325</sup> As experiências com os raios-X colocavam em contato o cientificismo em voga com habitantes de Juiz de Fora, possibilitando a familiarização com as aplicabilidades da eletricidade. Uma conferência científica foi feita ao prédio anexo da instituição, havendo grande presença de pessoas.<sup>326</sup> Dias depois, uma outra conferência pautada em observações científicas. Primeiramente, ocorreu a observação de descargas elétricas no ar atmosférico e rarefeito e depois, dentre outras, experiências com os raios-X (comparação desses raios de luz e as ondas elétricas dos telégrafos sem fio, a fotografia com os raios-X, a visão do invisível com os raios-X).<sup>327</sup>

Em junho, foi realizado um diagnóstico pelo Dr. José Marciano Loure Valle em um menino de quatro anos, quando se verificou “*indubitavelmente que uma das canas do braço direito, na junto do cotovelo, estava deslocada.*”<sup>328</sup> Relatava o *Jornal do Comércio* que os clínicos da cidade estavam tirando grandes proveitos dos aparelhos radiográficos da

---

<sup>322</sup> Em 30 de março de 1891, a Sociedade Anônima Academia de Comércio foi instalada. O objetivo da Academia de comércio estava atrelado ao ensino profissional, mediante a formação de negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e de comércio. Para, além disso, estava intrínseca a busca pela afirmação da sociedade capitalista, cujos valores deveriam ser ensinados e propagados por aqueles que passassem por suas salas de ensino.

<sup>323</sup> Maraliz, CHRISTO, “*A Europa dos pobres*”: *a Belle Époque mineira*. p.98.

<sup>324</sup> O Pharol. 27/04/1904. p.1.

<sup>325</sup> Jornal do Comércio. 03/05/1904. p.1, c.4.

<sup>326</sup> Jornal do Comércio. 05/05/1904. p.1, c.5.

<sup>327</sup> Jornal do Comércio. 13/05/1904. p.1, c.6.

<sup>328</sup> Jornal do Comércio. 17/06/1904. p.1, c.4.

Academia do Comércio: eles serviram para fotografar nitidamente o braço esquerdo fraturado da esposa de um senador.

Os jornais evidenciam um grande interesse pelo público, comparecendo alunos da Escola Normal – freqüentadores do curso de ciências físicas e naturais – assim como famílias juiz-foranas. Na conferência de Padre Mathias, professor da instituição de ensino, o periódico chamou a atenção para as características dos raios-X. Temos mais uma confirmação do imaginário em torno do cientificismo como um dos grandes valores a se firmar em nossa sociedade.

(...) alongando-se em explanações científicas sobre o futuro que está reservado a essa descoberta que, de progresso em progresso, como vai, poderá em breve prestar os mais assinalados serviços à ciência médica. Contradizendo os conceitos que há mais de 6000 anos a humanidade tinha formado a respeito da visibilidade dos corpos, (...) desses maravilhosos raios que sendo invisíveis vencem, entretanto a opacidade dos corpos e expõem aos olhos do observador objetos ou corpos que de outro modo não poderiam ser vistos.<sup>329</sup>

#### **4.4 Discurso visual da modernidade: as representações de Juiz de Fora por imagens.**

##### **4.4.1 A paisagem urbana de Juiz de Fora mostrada em fotografias.**

Selecionamos cinco fotografias para análise, retiradas do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, de 1916, que repetem um padrão visual presente no álbum a retratar o centro da cidade. A intenção foi utilizar esta fonte histórica não apenas como um simples registro, mas considerar suas qualidades visuais. Acreditamos que a imagem possui uma função ativa, produzindo representações surgidas da prática social. A veiculação desses suportes imagéticos no *Álbum do Município de Juiz de Fora* alude à realização de um processo didático mediante a seleção de enquadramentos específicos da cidade, de forma que atendessem aos interesses elitistas de propagar a visão de cidade progressista e desenvolvida industrialmente, típica Manchester Mineira. São fotografias da área central da cidade onde se encontravam os artefatos da modernidade, ou seja, os trilhos para bondes, postes dos telégrafos, rede de distribuição de energia elétrica, arborização, traçado reto das ruas, calçamento, construções em estilo neoclássico e eclético.<sup>330</sup> Acionava-se por essas imagens uma narrativa da racionalidade urbana, salientada em uma moldura ideal, percebida na natureza domesticada de

---

<sup>329</sup> O Pharol. 23/06/1904. p.1, c.3.

<sup>330</sup> Ana, SOUZA, *Metáfora de Modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora* (c. 1891 – c.1922).

parques e jardins, interligando edificações homogeneizadas em seus estilos, localizadas num centro articulado por vias de circulação projetadas.

Juiz de Fora aparece ordeira e empreendedora. Ocorre o enaltecimento de seu dinamismo econômico – conquistado por investimentos comerciais – das iniciativas de sua administração municipal e membros da elite política e econômica.<sup>331</sup> Uma parte da produção fotográfica do período está comprometida com a elaboração de uma imagem para o país, correspondente ao mundo capitalista. É um instrumento ideológico fundamental para o registro de um espaço urbano absorvido pela lógica desse sistema sócio-econômico.

As fotografias são diurnas, vistas parciais de logradouros da área central, com enquadramento preferencial de vias de circulação (ruas e avenidas) e espaços de permanência (largos, praças e parques). As quatro primeiras fotografias seguem um padrão de retratação em que há a perfeita visibilidade de ruas do centro juiz-forano. A linha do horizonte está na altura média do quadro, salientando-se a estabilidade do espaço urbano, marcado por um ritmo que ressalta a sua ordenação, estabilidade e serialidade<sup>332</sup>, mediante a observação das edificações comerciais e/ou residenciais de mesmo estilo, arborização e diferentes meios de circulação.

Nas ilustrações 14 e 15, ocorre o registro fotográfico da Avenida Rio Branco (anteriormente chamada de Rua Direita). Trata-se de uma via que carrega a carga simbólica de ser área representativa de Juiz de Fora em seu conjunto. Ambas possuem pavimentação em primeiro plano. Na fotografia 14, segue-se a direção do olhar para o horizonte, guiando-se por uma tomada de cena central. Na figura 15, optou-se por um enquadramento partindo do ângulo da esquina, com uma suave tomada diagonal, seguindo a direção curva dos trilhos do bonde em primeiro plano. O trajeto seguido pelo bonde vai ao encontro da arborização alinhada aos trilhos e postes de distribuição de energia elétrica. No canto esquerdo, há transeuntes como elementos secundários.

Nas ilustrações 16 e 17, há a presença de veículos variados e tipos humanos. Eles indicam a rua como elemento de infra-estrutura, local concreto de circulação, evidenciando o dinamismo presente no centro urbano. Este espaço é o ponto de articulação entre as demais partes da localidade, utilizado ideologicamente como instrumento integrador dos habitantes de Juiz de Fora.

---

<sup>331</sup> Idem. p.99-104.

<sup>332</sup> Solange Ferraz de LIMA. *Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica de consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954.*

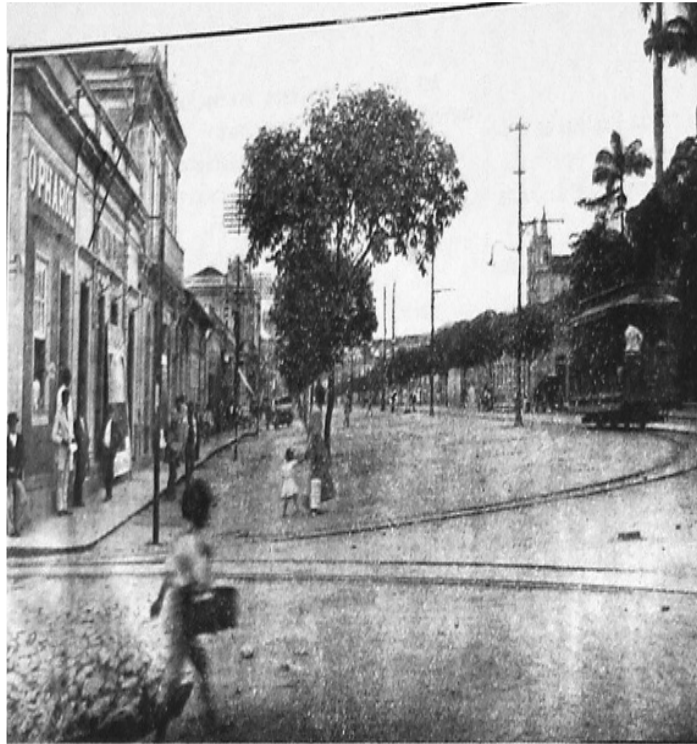
Por fim, na ilustração 18, observamos o Parque Halfeld, um dos locais mais importantes da localidade, dotado dos cuidados necessários para ser freqüentado por seus moradores. Em lugares como esse (jardins, praças públicas, parques, ruas e avenidas arborizadas), a natureza é um objeto de decoração e diferenciação do tecido urbano. Ela é domesticada, adaptada ao desenho urbano traçado<sup>333</sup>. O Parque Halfeld é o principal exemplar dessa moldagem da natureza pelo homem. Este busca o embelezamento dos espaços, trazendo embutido a valorização do novo. Freqüentando este local, os juiz-foranos aproximavam-se do belo ideal de jardins franceses, bem como do higienismo e ambientes salubres tão valorizados, demonstrando um estilo de vida refinado, pautado na funcionalidade da natureza como mais uma forma de lazer.



Ilus 14: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.  
Reprodução: Avenida Rio Branco. p.159.

---

<sup>333</sup> Vânia, CARVALHO. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX.



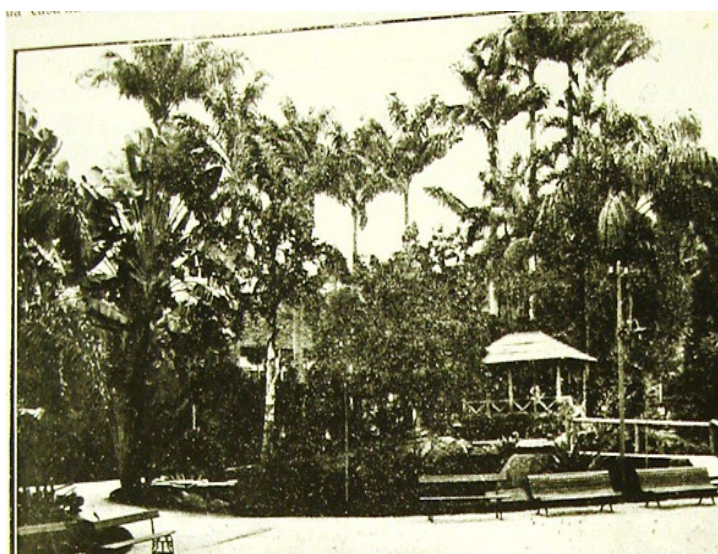
Ilus15: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.  
Reprodução: Vista da Avenida Rio Branco. p.160.



Ilus 16 : ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.  
Reprodução: Rua Halfeld (parte baixa). p.162.



Ilus 17: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.  
Reprodução: Rua Marechal Deodoro, antiga Imperatriz (parte baixa). p.163.



Ilus18: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora, 1915.  
Reprodução: Parque Halfeld - Cabana. p.164.

Em todas as fotografias, o discurso visual predominante é a harmonia e o progresso urbano, mascarando a realidade urbana marcada por contradições e segregação. Mas a imagem de Manchester Mineira predominou. Observamos essa permanência quando analisamos outras fontes da cidade, concernentes ao período de apogeu das atividades urbano-industriais.

#### 4.4.2 Juiz de Fora em poema-livro de Austen Amaro

Esta seção do quarto capítulo propõe-se a analisar duas imagens em particular contidas no livro *Juiz de Fora: poema lírico*<sup>334</sup>, de Austen Amaro, publicado em 1926, cuja maior importância está em seu ineditismo e provavelmente o primeiro livro modernista publicado em Minas Gerais. O livro-poema foi resgatado por Júlio Castañon Guimarães<sup>335</sup> e reeditado pela Funalfa Edições em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Nesta nova edição, de 2004, temos acesso a uma introdução esclarecedora e informativa sobre as condições de produção da obra e sua repercussão no meio modernista. Pouco conhecido, a primeira obra literária de Amaro só teve maiores repercussões nos meses posteriores ao seu lançamento, merecendo análises um tanto polêmicas de escritores de renome naquele momento.

Nos dizeres de Manuel Bandeira sobre o referido livro, na *Revista do Brasil* de setembro do mesmo ano da publicação: “Isto cheira a futurismo brabo...”. O escritor mineiro João Alphonsus não gostou do que leu – mesmo que a crítica tenha sido positiva – e publicou no jornal *A Manhã* de outubro um artigo elogioso para o poema-livro de Austen Amaro. Mas essas discussões sobre o livro foram as repercussões mais significativas sobre tal obra. Depois disso, *Juiz de Fora* não foi reeditado, apenas poucas vezes mencionado no decorrer dos anos.

Pedro Nava, em *Beira mar*, nos dá informações sobre o que teria inspirado Austen Amaro a escrever tal livro. A vida industrializada e citadina como tema foram as matérias-primas necessárias para a feitura do primeiro livro modernista publicado no estado mineiro. *Juiz de Fora* é um poema longo e ritmado, apresenta versos alternados na forma, ora metrificados, outras vezes, livres. O cenário urbano dos anos 20 é o ápice dessa conjuntura histórica para Juiz de Fora quando a cidade se afirma como centro urbano de referência em desenvolvimento comercial e industrial e como a capital cultural da província mineira. Epítetos como Manchester Mineira e Atenas de Minas dão dimensão dessa condição alcançada pela cidade.

A paisagem urbano-industrial de Juiz de Fora como fonte de inspiração é celebrada e lembrada, mesclada com a exaltação da história nacional e da paisagem brasileira. Essas características e mais a alusão feita a outras cidades (São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro) que invariavelmente passavam pelo mesmo processo de modernização são a tradução do processo no qual se deu a construção da modernidade brasileira. Os temas

---

<sup>334</sup> Austen, AMARO, *Juiz de Fora: poema lírico*.

<sup>335</sup> Trata-se de um poeta, ensaísta e tradutor. Castañon é também pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e já realizou importantes edições críticas e estudos sobre outros poetas do modernismo, como Manuel Bandeira e Murilo Mendes.

abordados pelo poema criam uma atmosfera de exaltação e celebração desse Brasil que seguia na marcha progressista, mas ao mesmo tempo ligado ao passado por sua história e por uma paisagem primitiva e exuberante. O vocabulário utilizado por Amaro testemunhou sua decisão por uma “visão abrangente da realidade nacional”<sup>336</sup>, apresentando termos que descrevem novidades (como a velocidade advinda do progresso, a eletricidade). Em seu poema, o autor aborda princípios futuristas expostos em manifestos: valorização do progresso, da máquina, da velocidade, do mecânico. A linguagem futurista também está alocada como procedimento no poema.

Mas o que mais nos interessa são as ilustrações do livro feitas por Pedro Nava. Ele nos oferece um roteiro de observação de suas ilustrações: “o desenho da capa mostra uma perspectiva urbana cheia de chaminés de fábricas e vê-se o Morro do Imperador olhado da Estação Central. O segundo representa o ‘longe Mariano Procópio das paralelas’. O terceiro tenta dar uma idéia dos fundos da Fazenda Velha do Tenente Antônio Dias Tostes.”<sup>337</sup> A ilustração da poesia alude às características presentes no livro, marcadamente identificado com questões modernistas. Ao mesmo tempo em que se emprega palavras em sua produção que remetem à paisagem brasileira primitiva, utiliza-se também termos elucidativos da vida moderna – progresso, industrialização, sirenas, fábricas, operários, chaminés. Os desenhos ilustrativos no poema tentam dar conta disso. Nos ateremos aos dois desenhos: da capa e sobre Mariano Procópio. Temos nesse livro um reflexo das transformações como também das persistências que caracterizam a sociedade brasileira refletida pela cidade de Juiz de Fora. Em outras palavras, continuidades e descontinuidades que em seu conjunto compunham o cenário de progresso e atraso sobrepostos nas cidades brasileiras.

O tratamento teórico merecido pelos desenhos deve levar em conta o pressuposto de que as imagens observadas são produtos, mas também produção. São reflexos extraídos por Nava da obra de exaltação do desenvolvimento urbano-industrial retratado por Austen Amaro em seu poema lírico, mas ao mesmo tempo, contribuíam para a criação de sentido em torno de uma visão de cidade que há um longo tempo estava sendo construída na localidade mineira. Valores e sentimentos há muito divulgados em torno da versão progressista e industrial de Juiz de Fora estavam sendo mais uma vez discursados através dos desenhos de Pedro Nava.

Cabe responder: quem é Pedro Nava e qual a sua relação como o autor de *Juiz de Fora*, Austen Amaro?

---

<sup>336</sup> A, Amaro, op. cit, p.22.

<sup>337</sup> Pedro, NAVA, *Beira-Mar*, p.221.



#### 4.4.3 Pedro Nava: médico, poeta, artista plástico, memorialista...

Pedro da Silva Nava, juiz-forano, nasceu em 5 de junho de 1903 e formou-se médico na capital mineira. Durante os anos 20, Belo Horizonte foi seu lar, lugar de convivência com jovens intelectuais modernistas e mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 30. Além da medicina, dedicou-se à poesia, às artes plásticas e livros memorialistas. Por esta última atividade, o autor passou a ser conhecido do grande público, especialmente em 1972, quando da divulgação de seu primeiro livro de memória *Baú de ossos*.<sup>338</sup>

**Mas seu talento já era (re)conhecido anteriormente por seus amigos. Foi um dos protagonistas do movimento modernista em sua versão mineira, no qual destacaram-se Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Emílio Moura, Aníbal Machado, João Alphonsus, Milton Campos, João Pinheiro filho, Gabriel Passos, Pedro Aleixo, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Sousa, Francisco Martins de Almeida, Gustavo Capanema, João Guimarães Alves, Alberto e Mario Álvares da Silva Campos e Mario Casassanta. Posteriormente se juntaram ao grupo: Dario de Almeida Magalhães, Ciro dos Anjos, Guilhermino César, Ascânio Lopes, Luis Camilo de Oliveira Neto e outros. Junto com estes formaram o Grupo Estrela, promovedor de várias atividades intelectuais que ajudam a constituir a história do modernismo de Minas Gerais. Este movimento tinha em suas indagações a inserção que o Brasil teria no mundo, a questão de construção de uma nação brasileira, qual significado estaria por trás de ser moderno. Sua futura profissão está contextualizada nesta busca por uma nova sociedade brasileira que deveria ser alcançada pela crença na ciência como um agente primordial de sua transformação.**<sup>339</sup>

Ainda estudante de medicina, participou da fundação em 1925 de *A Revista*, importante veículo da década de 20, difusor de idéias influenciadoras para a construção desse novo Brasil que pretendia para aquela época. Austen e Nava conviveram e comungaram de publicações da mesma revista, a *Mineira*. Posteriormente fizeram a mesma coisa em *A Revista*, de inclinação modernista. Por participarem do mesmo grupo intelectual de Belo Horizonte, Nava foi desenhista do livro de Amaro. Fez três desenhos, elogiados por Manuel Bandeira e Rosário Fusco.

---

<sup>338</sup> Depois deste vieram Balão Cativo, Chão de ferro, Beira-mar, Galo-das-Trevas, O Círio Perfeito e o incompleto Cera das almas. p 90.

<sup>339</sup> Vanda, VALE, *A obra memorialística de Pedro Nava – contribuição para os estudos de História da Medicina (1890 -1940)*.

Sobre Juiz de Fora, as impressões naveanas estão registradas em seus dois primeiros livros – *Baú de ossos* e *Balão cativo*. As informações contidas especificamente em seu primeiro livro, *Baú de ossos*, remete às primeiras memórias, a respeito de seus antepassados, de sua infância vivida em Juiz de Fora. Fotos, anotações e objetos possibilitaram a rememoração da vida na localidade mineira da Zona da Mata, o que obriga-nos a voltarmos aos anos de constituição de um aparato infra-estrutural em Juiz de Fora, decorrente da atividade agroexportadora de café e seus conseqüentes desdobramentos já salientados. Nava nasceu neste período, de constituição da Manchester Mineira. Seus desenhos foram feitos num contexto de consolidação dessa imagem, desse epíteto da cidade rotineiramente urbanizada e industrializada. Suas famílias – a de origem materna e a de origem paterna – assim como outras pessoas, foram atraídas para este local no momento de constituição dessa Juiz de Fora.

#### **4.4.4 Juiz de Fora em traços preto e branco**

Os desenhos de Nava são em preto e branco, aproximados da litografia. Essa técnica era empregada por litógrafos imigrantes na confecção de rótulos de manteigas, queijos e bebidas para as indústrias alimentícias locais. Pietro Ângelo Biancovilli fundou em Juiz de Fora, no ano de 1888, a primeira litografia a vapor de Minas Gerais. As representações litográficas aludiam à paisagem rural, mineira e, outras vezes, evocavam-se os códigos da modernidade para traduzir a atividade cidadina.<sup>340</sup> São estas as mesmas características, estampadas nas litografias que Nava trabalha em seus desenhos.

Os desenhos possuem traços carregados, destacando áreas negras, representativas das edificações da cidade de então. Essa técnica sobrecarrega as superfícies, dando-lhes um maior destaque, realçando-as materialmente do suporte.<sup>341</sup> Nestes desenhos observamos uma paisagem compactada, com raros espaços vazios. Principalmente, em relação ao desenho da capa, há uma profusão de informações ilustradas, dando à região central um caráter denso e maciço de construções.

O primeiro desenho é a capa criada por Pedro Nava para Austen Amaro, representando a paisagem urbana de Juiz de Fora. O panorama apresentado é o de construções localizadas no eixo central da cidade. Um desenho chapado, feito em preto e branco e que destacava as referências concretas de progresso. Chaminés, ferrovias, torres de eletricidade, fumaça, a torre com o relógio, todas estão enquadradas na várzea entre o Morro do Imperador ao fundo e o

---

<sup>340</sup> Maraliz, CHRISTO, *A produção do campo simbólico: o fazer artístico da Mata Mineira*, p.175.

<sup>341</sup> A, AMARO, op. cit, p.18.

Rio Paraibuna, que embora não representado, está sendo usado como delimitador espacial, visto que a Estação de trem localiza-se muito próximo dele. É o local de efervescência da cidade mineira, local escolhido para a instalação de moradias das elites, sendo também preferido para a prática de atividades industriais e comerciais tão marcantes para Juiz de Fora.

Da esquerda para a direita observamos uma tomada diagonal que nos leva à observação da locomotiva a se mover. Este é o primeiro plano, destacando um elemento fulcral para a mobilidade de pessoas e mercadorias na modernidade. Essa tomada panorâmica de Nava não só salienta o espaço geográfico mais importante, como ressalta o papel relevante desse meio de transporte para a cidade. Juiz de Fora tem em seu sistema viário um dos elementos fundamentais para assumir uma posição de grande destaque para Minas até 1930. A ferrovia era o elo entre Juiz de Fora e o cosmopolitismo carioca, era a maneira de interconexão da Zona da Mata mineira com as demais regiões de Minas Gerais e até mesmo com outras regiões do país. A ferrovia era um requisito de primeiro plano para uma cidade que desejasse a primazia entre as demais de seu estado. Cruzar a linha do trem era ultrapassar a divisa entre um espaço pacato, pouco urbanizado, bucólico – mas, mesmo assim, preenchido pelas linhas férreas – e um espaço dinâmico, nervoso, movimentado, onde ocorria a vida produtiva juiz-forana. Ao ultrapassar o portal, o observador assiste a um cenário industrializado e urbano, pelo qual Amaro fora tão influenciado.

“Longe, o trem de ferro corre na baixada,  
beirando os brejais!”<sup>342</sup>

Ao adentrar neste mundo de dinamismo, verificamos a torre da Estação e seu relógio como destaques. Mais uma vez temos uma referência moderna: o relógio. Ele representa a disciplina do trabalho e de seu executor. Tem-se a valorização do tempo como forma de alcance de riqueza. O aproveitamento do tempo deve ocorrer da forma mais potencializada nessa rotina industrial. Uma ética de valorização do trabalho ordenado e produtivo terá no relógio um aliado eficaz. As horas precisam ser realçadas, terem destaque, estarem acessíveis aos trabalhadores. Espera-se com isso, o alcance de um resultado produtivo, positivo, depois da utilização útil do tempo e, por conseguinte, do dia de trabalho. Um dia útil só é conseguido com um tempo útil. Austen Amaro no canto VI de seu poema faz alusão a essas questões. Após a jornada rotineira de movimentos repetitivos, dinâmicos e cansativos, tradutores de um dia bem aproveitado, cabe ao trabalhador o seu descanso. Porém, este descanso se daria através das possibilidades de lazer que a cidade ofertava a seus habitantes, a seus

---

<sup>342</sup> Idem., canto IV, p. 67

trabalhadores. O tempo útil do trabalho durante o dia, cedia seu lugar para o tempo noturno do lazer.

Noite bem mineira de Juiz de Fora!  
com automóveis pirilampeando nas perspectivas!  
com rondas álacres de crianças cirandando  
no sossego de grilo dos bairros além!

Cessou agora o cremelhar datilográfico das máquinas.  
Cessou agora o estalar estafante das polias.  
E depois do dia útil,  
A noite restauradora,

Cartazes fílmicos ensaiam nos espelhos!  
Cafés! E o mármore das mesas tine tostões!  
Jornais! Rápidos garotos anunciam vitórias  
Na abordagem lépida dos bondes!<sup>343</sup>

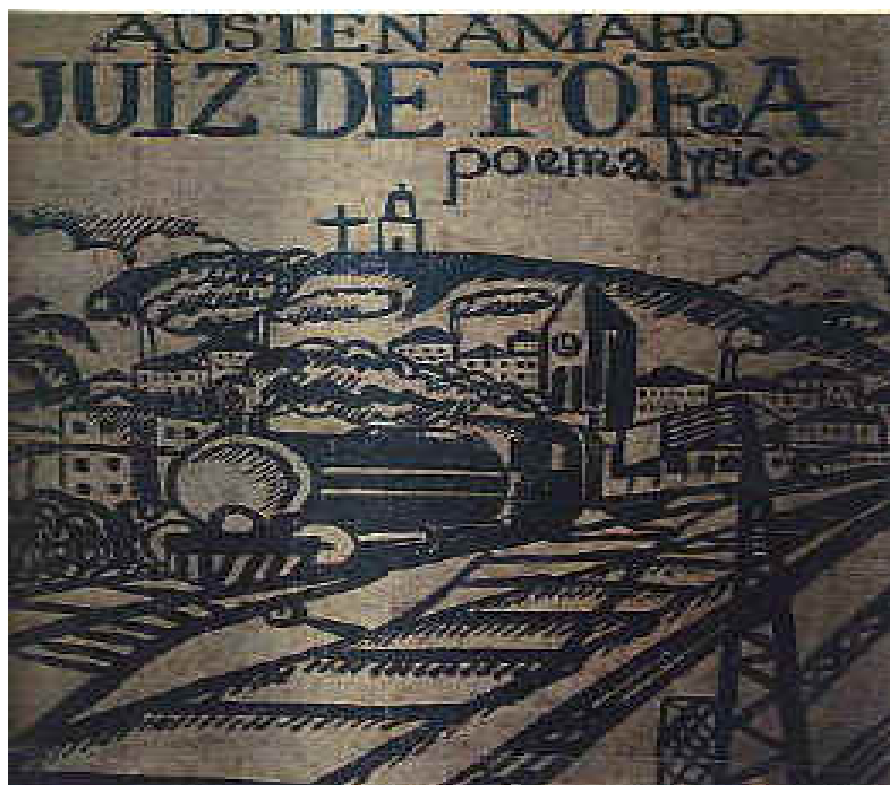
Uma sensação de movimento é percebida pela fumaça saída das chaminés, assim como da locomotiva. Construções diversas, espalhadas pelo espaço citadino liberam a fuligem oriunda das atividades produtivas. Essa fumaça liberada pelas chaminés das fábricas e também do trem segue uma mesma direção. Tanto no canto esquerdo, ao lado de uma palmeira, quando no lado direito, observamos torres de eletricidade. Até então, o observador desse quadro poderia visualizar estes elementos de materialidade progressista e associá-los a qualquer cidade que passasse por um processo semelhante de modernização. Mas o contraditório e peculiar da modernidade brasileira – isto é, a associação entre o novo e o velho, entre o moderado e o tradicional – é o que nos ajuda a associar a imagem a sua respectiva dona, a cidade de Juiz de Fora. O desenho faz uma alusão à tradição religiosa, fornecendo à paisagem desenhada, a identidade juiz-forana. Ou seja, sabemos que este desenho é sobre Juiz de Fora porque temos para isso o Morro do Imperador ou do Cristo, onde há um monumento religioso nele construído. Não fossem a cruz e o monumento do Cristo saberíamos que se tratava da principal localidade mineira da Zona da Mata no período analisado? Afinal, trens, torres de eletricidade, chaminés a produzirem fumaça como alusão às atividades industriais não eram exclusividades juiz-foranas.

A capa é tradutora dessa atmosfera. É como se Nava apresentasse toda essa sensação de dinamicidade que Amaro apresenta já na introdução de *Juiz de Fora*. Amaro constrói a imagem de uma cidade que desperta industrialmente, trabalhada por operários oriundos da abolição da escravidão e da forte imigração ocorrida na cidade. Barulhos de sirenas, energia,

---

<sup>343</sup>Idem, Canto VI, p. 70.

corpos acelerados em movimento, máquinas a trabalhar e desempenhar o seu papel mecanicamente; “chaminés multiplicadas”. A torre da estação é para onde devem se dirigir os olhares preocupados com as horas que contribuem para o aproveitamento máximo do tempo, tornando o dia do trabalho útil. Atravessar a linha da estação de trem é ter que se adaptar a esse mundo industrial de Juiz de Fora.

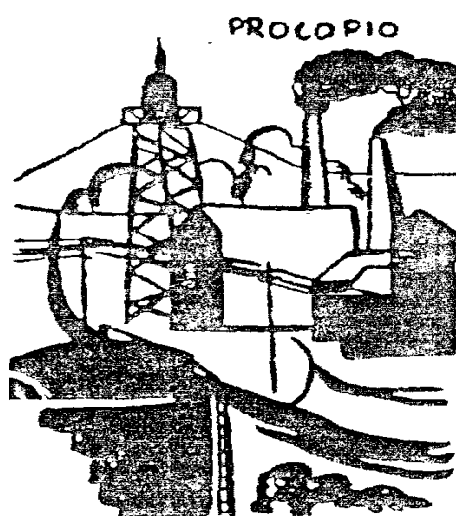


Ilus 19: Pedro Nava: desenho de capa de *Juiz de Fora*.

O segundo desenho para análise é referente ao bairro de Mariano Procópio, situado fora do perímetro central, marcadamente mais populoso que aquela região central. Porém, era uma região com algumas fábricas instaladas. Mariano Procópio é o bairro operário, marcado pela presença do Museu Mariano Procópio. O mais interessante é que não fosse a legenda de esclarecimento do local retratado, nós não o reconheceríamos. Se no primeiro desenho temos as referências necessárias para descobrirmos a região da cidade representada, isso não acontece no outro desenho de Nava. Assim como a capa do livro, o desenho é em preto e branco, chapado, sem haver grande preocupação com a perspectiva. Há elementos materiais comuns que se assemelham em muito às paisagens que passam pela modernização de seus espaços. Uma torre de eletricidade, duas chaminés e sua fumaça dão a sensação de uma cidade desenvolvida. Se na capa do livro, Nava estabelece uma contraposição entre símbolos modernos – como a locomotiva, torres e chaminés – e o bucolismo representado por palmeira, nuvem e montanhas, isso não ocorre no segundo desenho em análise. Neste, há uma

valorização mais radical dos temas relativos à vida urbana e industrial. Há um contraste maior entre os planos chapados pretos e brancos, criando um dinamismo na imagem.<sup>344</sup> Ambos contribuem para consolidar a impressão de uma cidade dinâmica, constante em seu desenvolvimento e crescimento. Para dizer nas palavras de Amaro, uma cidade que gritava o verbo construir, inserida num processo de alcance nacional e universal:

“Construir! Construir!  
Verbo brasílico!  
Contemporâneo!  
Verbo universal!”<sup>345</sup>



Ilus 20: Pedro Nava – desenho do bairro Mariano Procópio

#### 4.4.5 Aproximações modernistas

Contribuem e corroboram para análise destas duas imagens naveanas, as pinturas paulistas de uma grande expoente do movimento modernista. Observamos nas pinturas de Tarsila do Amaral aproximações na temática e nas questões nacionais, tão caras àquele movimento intelectual. Tanto nos desenhos naveanos, quanto nas pinturas de Tarsila, há o emprego de elementos visuais que aludem ao processo de profundas transformações da sociedade a industrializar-se. A cidade é retratada com seus elementos materializadores dessa

---

<sup>344</sup> M., CHRISTO, *A produção do campo simbólico: o fazer artístico da Mata Mineira*, op. cit, p. 171-177.

<sup>345</sup> A, AMARO, op. cit, p.58.

nova vida, marcada pela dinâmica constante de acontecimentos, de ritmos velozes e de aglomerações.

Tarsila do Amaral é uma dentre os protagonistas do modernismo brasileiro – em particular, da vertente paulista – ao lado de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Anita Malfatti. Juntos formaram o Grupo dos Cinco. Suas viagens à Europa influenciaram sua técnica. Distanciou-se dos estudos da academia ao viajar para a Europa, procurando o contato e aprendizagem das técnicas modernas. O convívio com modernistas parisienses – o poeta Blaise Cendrars (1887-1961), que a apresenta a Constantin Brancusi (1876-1957), Vollard, Jean Cocteau (1889-1963), Erik Satie e Fernand Léger (1881-1955) – durante o ano de 1923, influenciou-a de forma profunda, mas suas preocupações temáticas estavam inclinadas para o Brasil, para as questões nacionais. Ao retornar ao país, seu interesse está voltado para cá. As técnicas aprendidas no velho continente serviram para a realização de uma pintura com temática nacional.<sup>346</sup> Inicia-se uma fase de seu trabalho denominada “Pau-Brasil”, marcada pelos desenhos geométricos, de tendência cubista, pelas cores e temas acentuadamente brasileiros.

Surgiram neste período, em particular no ano de 1924, criações como, *Carnaval em Madureira, São Paulo, Estação de Ferro Central do Brasil e A gare*, de 1925. Aparecem nestas imagens os ícones que dão materialidade à modernidade. Sendo destaques ou não, são elementos que compõe o cenário arquitetado por Tarsila do Amaral. A locomotiva, as chaminés, torres de ferro, torres elétricas, automóveis e o gás são pintados em coloração variada, em formas geométricas, salientando nitidamente as influências cubistas européias. Se sua técnica remete aos tempos de estudos na Europa, sua preocupação é com a retratação da realidade brasileira. Os elementos modernos – universalizados pelo processo capitalista em distintas regiões do planeta – estão mesclados com a peculiaridade brasileira. Sendo assim, observamos a tela *Carnaval em Madureira*: ao centro destaca-se uma grande torre, muito semelhante ao exemplar parisiense, construído no final do século XIX, como forma de celebração da exposição universal de Paris de 1889. Mas o monumento de ferro está inserido numa festividade identificada com a brasilidade, isto é, o carnaval ocorrido num reduto carioca associado a esta manifestação. As pessoas ao redor da Torre Eiffel<sup>347</sup> são

---

<sup>346</sup>Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=artistas\\_biografia&cd\\_verbete=3386&cd\\_item=2&cd\\_idioma=28555](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3386&cd_item=2&cd_idioma=28555). Acesso em: 22/07/2008.

<sup>347</sup> Principal elemento da exposição parisiense, a Torre Eiffel era a atração máxima daquele evento, símbolo da modernidade dos novos tempos. Graças aos avanços da engenharia e invenções científicas, representou o ápice da construção com ferro, garantindo a concretização do desejo de se chegar cada vez mais alto e de cobrir

evidentemente negras, refutando qualquer possibilidade de ser outro lugar, se não o Brasil a inspirar Amaral.

De todas as imagens, temos um maior interesse pela *Estação de Ferro Central do Brasil*. Deve-se isso às semelhanças encontradas entre a pintura de Tarsila do Amaral e o desenho de Pedro Nava para o poema *Juiz de Fora*. São obras contemporâneas, feitas num espaço de dois anos. A pintura antecede o desenho. Tarsila também destaca um dos ícones modernos, representativos das conquistas tecnológicas nos meios de transporte para o período: trata-se de uma das principais estações de trem do país. Nava e Tarsila utilizam-se desses elementos caracterizadores de um espaço urbanizado. Compõe-se de uma paisagem profusa, compactada de informações modernas. Não há a locomotiva tampouco chaminés como no desenho naveano, mas da mesma forma percebe-se um ambiente modificado, marcado pela rotina movimentada de uma cidade moderna. Essa estética da modernidade pode ser encontrada em qualquer parte do mundo. Mas Tarsila, assim como Nava, atribuem às suas obras uma identidade territorial, espacial. Utilizando de referências típicas de uma cidade e de um país, eles compõem ao fundo de seus trabalhos aquilo que identifica seus respectivos lugares. A igreja, a cruz, o casario se destacam como contrapontos da paisagem urbana modificada pela vida industrial. Relembrem o tradicional e a continuidade de uma cidade marcada pela tradição.



Ilus 21: Tarsila do Amaral – Estrada de Ferro Central do Brasil, 1924.





Ilus 22: Tarsila do Amaral - Carnaval em Madureira, 1924.



Ilus 23: Tarsila do Amaral – São Paulo, 1924.



Ilus 24: Tarsila do Amaral – A gare, 1925.

#### 4.4.6 Influências futuristas

O movimento artístico que mais propagandeou os elementos modernos como aqueles que deveriam exprimir a nova sociedade advinda das transformações tecnológicas e industriais foi o futurismo. Realizando a leitura do poema-livro de Amaro ou os desenhos em preto e branco de Pedro Nava, podemos associá-los à temática futurista, nitidamente expressa por uma estética da máquina, da eletricidade, da modernidade. Fillipo Tommaso Marinetti, idealizador do movimento futurista, foi fortemente influenciado pela vida febril e movimentada de Paris durante o *fin de siècle*. O tom era de entusiasmo em torno da vida parisiense, materializada nos ônibus, bondes, cartazes, multidões de passantes, a iluminação elétrica, os cafés. Milão é a cidade-berço do futurismo, uma cidade moderna, marcada pelas contradições inerentes à modernidade. Ao mesmo tempo em que se desenvolve ansiosamente em busca de progresso, é marcada por contrastes sociais.<sup>348</sup>

Suas propostas estéticas buscavam o rompimento com a tradição artística italiana, ainda influenciada pela mitologia grego-romana e desassociada das conquistas técnicas do século XIX. Os diversos campos da intelectualidade buscavam aproximar a arte dessas potencialidades técnicas. Esse passado – representado nas pinturas pelo naturalismo acadêmico de gosto provinciano – passa a ser desprezado e negado, o futuro abre olhares para o novo, superior, presente nas criações científicas causadoras de efeitos prodigiosos na vida do ser humano. Era como se o homem conquistasse o máximo de tudo ao subjugar a natureza às descobertas tecnológicas: máxima luz, máximo calor, máxima potência, máxima velocidade. A máquina é o símbolo de uma nova era. Industrialismo, produção industrial em larga escala, busca pela riqueza e pelo capital são as motivações aglutinadoras das pessoas em torno do trabalho. Este é realizado pela máquina, construída de uma nova matéria-prima, o ferro. Dessa forma, entre os motivos futuristas estão a vida moderna, o amor pela velocidade e pela energia.

O futurismo não era apenas um movimento estético, pregava valores de comportamento, cuja ação tem sua supervalorização. A participação do público se daria em todos os âmbitos da vida, e na esfera artística teria como protagonistas o artista e seu público. Este deveria deixar sua atitude contemplativa da arte e integrar-se a ela, usá-la. A sociedade italiana que se buscava nesse movimento basear-se-ia na tecnologia de forma que esta modificaria a cultura. Para além da esfera cultural, este movimento pensava também a esfera política e precisava aproximar-se de seu público como forma de ganhar espaço, comunicar-se

---

<sup>348</sup> Annateresa, FABRIS, *Futurismo: uma poética da modernidade*.

e promover a ascensão de um novo credo.<sup>349</sup> O futurismo propunha, além de uma estética do maquinismo, a *renovação global da sociedade, e criar um homem novo, fruto da modernidade captada em seus elementos mais aparentes*, isto é, os artefatos tecnológicos.<sup>350</sup>

Vida e obra como arte.

Se o que caracteriza o século XX é um novo sistema de comunicação, de informação e de transporte que modificou profundamente a psique humana, agilizada pelo uso do telégrafo, do telefone, do gramofone, do trem, da bicicleta, da motocicleta, do automóvel, do transatlântico, do dirigível, do aeroplano, do cinematógrafo, do grande jornal (“síntese de um dia do mundo”), a arte não poderá permanecer alheia a essa renovada atmosfera cultural, abrindo-se para a multiplicidade e a simultaneidade para a poética da cidade, para a linha reta, para a visão em escorço, para a velocidade e a síntese, repudiando o velho e conhecido, o ‘divino silêncio verde’ e a paisagem intangível, o espírito analítico, para colher o mundo em sua complexidade dinâmica, em suas contínuas interações para além do antigo subjetivismo psicológico, propondo uma série de signos que sejam equivalentes àqueles da civilização industrial, compreendida não tanto em suas estruturas sociológicas e econômicas quanto nos novos contributos perceptivos.<sup>351</sup>

O roteiro artístico futurista está idealizado em torno dos símbolos da cidade e da vida artificial, chamada assim por eles. As expressões artísticas do futurismo prezam pelo dinamismo de sua arte. A iconografia do movimento futurista encerra esta característica, não retratando de forma fiel o objeto ou a figura a ser desenhada. Mais importante que sua retratação, é a sua atmosfera, marcada pela desmaterialização dos corpos através do movimento e da luz. Os objetos das pinturas possuem caracteres psicológicos, personalidade característica (sua força, sua tendência, seu movimento). Busca-se a fusão da psicologia do objeto com a emoção de quem olha, de forma que a fruição da obra futurista seja marcada pela sensibilidade do público e não por uma atitude racional ao objeto observado. Surge dessa postura a mola propulsora da pintura futurista, isto é, a sensação sem recorrer à representação formal dos objetos. Ou seja, a tradução da sensação dinâmica, mediante a decomposição da forma e a recomposição do movimento.

Nessa sensação dinâmica, os objetos multiplicam-se de forma constante, havendo mudanças de suas formas de acordo com o percurso realizado. Está em jogo na pintura futurista a retratação do mundo não como realmente era, mas como o mundo era realmente experimentado.<sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> Idem. P.71.

<sup>350</sup> Idem. P. 77.

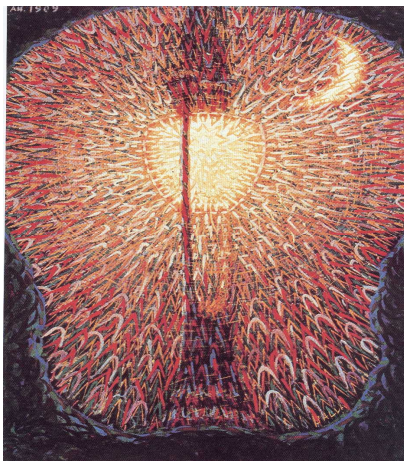
<sup>351</sup> Idem. P.78,79.

<sup>352</sup> J, NASH, *Cubismo, futurismo e Construtivismo*. p. 34.

A lâmpada elétrica esteve presente entre as representações futuristas. Giacomo Balla, o mais experiente do grupo, em sua tela *Lâmpada em Arco* de 1909, trazia a discussão da problemática da decomposição luminosa, além de estar contextualizada com a temática da vida moderna. Este autor também se preocupou com a representação do movimento. Observamos isso em seu primeiro quadro autenticamente futurista, *Dinamismo de um cão na coleira*, 1912. Esta obra foi inspirada nos estudos e fotografias de exposição múltipla.

Outra obra futurista salienta a estética da matéria, tão cara ao movimento, quando retrata a Torre Eiffel. Delaunay inspirou-se num cartão-postal sobre a torre de ferro para fazer a obra. Essa obra monumental permitia aos habitantes parisienses experimentarem uma nova ótica sobre a cidade, vê-la de cima, gerando novas dimensões da vida, exploradas pelos propagadores do futurismo.

Há elementos comuns entre os movimentos artísticos acima elencados. Tarsila do Amaral pretendia renovar a linguagem de sua arte, valorizando a temática nacional. O modernismo tupiniquim bebeu das técnicas modernas européias para construir uma pintura de raízes nacionais brasileiras. Sendo assim, não se pôde deixar de perceber as mudanças advindas na paisagem urbana do Brasil. Em escopo nacional, a modernização se fez presente. Cidades passavam por transformações e a arte modernista retratou-as. Tarsila e Nava traçaram os elementos materializadores dessa condição imposta à cidade. Uma estética da matéria salientava os suportes do progresso, tão caros aos homens daquele momento. Chaminés, torres de ferro, vagões de trem, eletricidade eram utilizados como tradutores dessa realidade industrial, vivida em escala planetária. O futurismo fez questão de por em evidência, todas as imagens que representassem a vida vertiginosa de uma localidade submetida à industrialização. Com este movimento, a modernidade seria transfundida em obra de arte.



Ilus 25 : G.Balla – Lâmpada em arco, 1909 .



Ilus 26: G. Balla – Dinamismo de um cão numa coleira, 1912.



Ilus 27: R. Delaunay – O campo de Marte. A torre vermelha, 1911.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eletricidade traz em seu bojo uma atmosfera mágica, uma sensação de fantástico. Seus primeiros apreciadores a denominavam de fada. Fadas têm a capacidade de realizarem desejos, como o de estarmos interligados de maneira planetária por meio de sistemas elétricos. Somos considerados como aqueles que vivenciam a era da informação, disponibilizada em sites acessíveis em qualquer lugar, uma sociedade que começou a se constituir entre o final do século XIX e início do século XX. Distâncias podem ser suprimidas por um simples toque no mouse de um computador. Experiências banalizadas para uma parte da população mundial, mas limitadas para outra. Não para o brasileiro, que se destaca dentre aqueles que mais acessam internet. Somos ávidos por nos integrar a um mundo tecnológico, por comungarmos das experiências cosmopolitas e, dessa forma, nos incluirmos nessa conjuntura histórica, denominada globalização.

Voltamos ao período inicial desse contexto histórico, observando a massificação da modernidade, tendo a eletricidade como referencial de estudo. Poderíamos considerar a instalação da eletricidade em Juiz de Fora – em todos os âmbitos da vida pública e privada – um marco divisor de sua História? Ingenuamente, de imediato, nossa resposta seria positiva. Mas é preciso fazer ressalvas. O processo de modernização tem suas ambigüidades. Ele provoca mudanças, mas permeadas com continuidades e contradições.

Na inauguração da eletricidade, a cidade cobriu-se de expectativas e festejos pela novidade. Com um pouco de apreensão, mas ansiosa por ver o efeito feérico e mágico. O desconhecido causa medo. A força advinda da eletricidade não poderia ser domada por qualquer um, somente por aqueles que dominassem os mistérios ocultos dessa forma de eletricidade. Bernardo Mascarenhas incumbiu-se da empreitada: aproveitou as potencialidades objetivas que a localidade oferecia para a geração da energia. Entusiasmou-se pelo destaque juiz-forano frente aos outros centros citadinos mineiros. Promoveu o aproveitamento da eletricidade, mediante os serviços da Companhia Mineira de Eletricidade (CME).

Em setembro de 1889, ruas iluminadas e uma nova sensação experimentada pelos olhos ao visualizar a luz artificial. Um rito de passagem: das trevas a querosene para a luz à eletricidade. Efusivamente celebrado. Esperanças, planos de extensão e utilização entre os juiz-foranos. Eles haviam conquistado um artefato importante, contributivo para o reforço da imagem de cidade alinhada aos trilhos da civilização e progresso. O que estava por vir? Transformações benéficas para os habitantes: iluminação de suas casas, possibilitando a

extensão do dia para horas anteriormente dedicadas ao sono, a conquista sobre a noite, havendo a possibilidade de realizar práticas domésticas, anteriormente só possíveis com a luz do dia; o fim do medo da escuridão nas vias públicas, dando aos transeuntes a oportunidade de passeios noturnos seguros, a permanência por mais tempo na rua. Novos hábitos de lazer e consumo, advindos da utilização da eletricidade em artefatos tecnológicos (tratamentos de beleza, ir ao cinema, escutar música). Com certeza, isso aconteceu. Mas não como foi desejado por todos aqueles que testemunharam a iluminação executada pela CME. Essa empresa atuou satisfazendo os desejos de alguns, e frustrando os sonhos da maioria.

A eletricidade estava tão perto, tocável e perceptível, porém, inacessível. Deparamo-nos com uma rotina de reclamações veiculadas nos periódicos circulados ao longo das décadas pesquisadas. Possuíam um repertório repetitivo e denunciador. Reclamava-se, pois esperava-se com isso medidas decisivas e definitivas quantos aos problemas enfrentados na iluminação pública e particular, no transporte coletivo via bondes elétricos. Uma crença de que num futuro bem próximo essas reclamações pudessem ser substituídas por elogios e agradecimentos, os mesmos dispensados nos primeiros atos inaugurais da energia elétrica nos serviços da cidade. Mas não foi assim. Esse dia estava longe de chegar. A falta de luz em determinados logradouros, ou sua quase inexistência – dada o número insuficiente de lâmpadas, ou seu deficiente poder de iluminação – as constantes interrupções dos serviços, os preços inacessíveis para a iluminação das moradias da maioria, a inconstância de horários dos bondes, bem como a cobrança irracional de passagens era a realidade enfrentada pelos habitantes da cidade. O cotidiano dos serviços eletrificados é marcado por esta contradição. Sugerem que Juiz de Fora conquistara distinção ao dispor de tais elementos tecnológicos, embora estivessem acessíveis de forma restrita, seu uso não era democrático, sendo usufruído por uma pequena parcela da população.

Os serviços explorados pela Companhia Mineira de Eletricidade tinham uma função simbólica e econômica, havendo o aproveitamento de ambas por parte das elites juiz-foranas. Os setores ligados ao setor agrário eram os mais envolvidos no processo de urbanização de Juiz de Fora, desencadeado pelo dinamismo da cultura agroexportadora cafeeira. Associados aos setores sociais urbanos – industriais e profissionais liberais - os cafeicultores aproveitaram as oportunidades surgidas da necessidade de se constituir um aparato urbano-industrial para a cidade mineira. Utilizaram os excedentes de capital e o reverteram para as atividades tipicamente urbanas. Adquiriam ações e títulos das empresas de infra-estrutura surgidas localmente. A CME insere-se nessa condição.

A geração de força motriz recebeu seus maiores esforços. Procurou estar compatível com o crescimento da cidade, realizando melhorias tecnológicas no parque gerador de forma a melhorar a qualidade técnica de seu funcionamento e aumentar a potência elétrica. Mais barata que o carvão, a hidroeletricidade de Juiz de Fora atraiu pedidos de motores a serem instalados em diversos estabelecimentos comerciais e industriais. A partir de então, houve a possibilidade de maior racionalização e mecanização da produção, significando boas condições de aumento de lucros e diminuição dos custos produtivos. Tecidos, alimentos, bebidas, couros, pregos, dentre outras mercadorias, passaram a ser produzidos dentro de um novo padrão técnico e tecnológico.

Estaria neste fato uma das explicações para as deficiências constatadas nos demais serviços prestados. As demandas produtivas estavam à frente das queixas dos habitantes da cidade. Por que disponibilizar serviços de forma ampliada, seja demográfica como espacialmente? Durante este período, as administrações municipais da localidade não dispunham de recursos suficientes para levar as melhorias a todas as áreas urbanas. Privilegiou-se a área central como o local de parâmetro para toda a cidade. Neste logradouro, concentraram-se as atividades comerciais e industriais, instalaram-se as residências da camada elitista juiz-forana. Dessa forma, as vias públicas da área central deveriam ser aquelas dotadas dos artefatos de progresso. Procedeu-se a sua iluminação, todavia, de forma desigual. Duas ruas foram privilegiadas na dotação do maior número de lâmpadas e das mais potentes: a Avenida Rio Branco (anteriormente Rua Direita) e a Rua Halfeld. Tal era seu privilégio em termos de iluminação elétrica, chegando-se a afirmar que, de certo, um visitante na cidade, ao deparar-se com a iluminação dessas vias, teria a impressão de uma Juiz de Fora profusamente iluminada. Mas seria apenas impressão, pois ocorria uma distinção da Avenida Rio Branco e da Rua Halfeld em detrimento de outras ruas na própria área central da cidade.

Essa percepção advinda das duas principais ruas seria utilizada de forma simbólica para a construção e reforço de representações em torno do epíteto atribuído à localidade como Manchester Mineira. Uma cidade composta dos signos do progresso, desenvolvida nos âmbitos econômico e espacial. Os integrantes do poder municipal junto com os representantes das elites precisavam associar-se a esta imagem, sendo reconhecidos como protagonistas desse processo de transformação de Juiz de Fora. Ademais, buscava-se também incutir na população o desejo por civilizar-se, enquadrando os habitantes numa moldagem de comportamento e de práticas sociais condignas de uma sociedade civilizada.

Jornais e fotografias veiculados no período serviram para tal propósito. Aludiam às tais representações. Os periódicos citadinos também se consideravam como protagonistas



responsáveis por essa conformação espacial e comportamental da cidade. Exigiam do poder público as medidas necessárias para aparelhá-la da melhor maneira possível. Mas não destoavam do discurso elitista, servindo como instrumentos de propaganda da ideologia do progresso e da ordem, necessários para o controle e manutenção de seu poder. Ao mesmo tempo, as fotografias discursavam visualmente uma cidade ordeira, empreendedora, planejada. Os atributos de Manchester Mineira eram patentes.

São inegáveis as conquistas advindas da eletricidade, principalmente para os freqüentadores da zona de maior iluminação. Práticas e hábitos passavam pela tecnificação, pela intermediação da máquina. Circulação e lazer seriam possíveis graças aos bondes elétricos que trilhavam percursos entre as localidades do centro. Para o Alto dos Passos, para o bairro São Matheus, para o Parque José Weiss poderiam dirigir-se os habitantes. Sentiriam conforto, visualizariam beleza, experimentariam uma nova sensação de velocidade ao locomoverem-se por carris a eletricidade. Deslocamentos facilitados de uma ponta a outra do centro urbano embelezado por todos os elementos de materialização da modernidade. Assumiriam papéis sociais variados, dentre os quais destacamos do passante usufruir uma paisagem urbana moldada aos padrões do requinte burguês. Cinemas, parques, bares, concertos musicais, fonógrafo, reuniões noturnas nas casas iluminadas eletricamente representam a gama de aspectos de intermediação da eletricidade nos costumes humanos. A eletricidade assumiu sua função dinamizadora da vida do homem, ainda que de forma restrita.

A Manchester Mineira ainda persistia na década ulterior. As representações pictóricas de Pedro Nava atestam a permanência da visão de uma cidade identificada com o padrão capitalista de modernidade. As ilustrações naveanas – do livro *Juiz de Fora*, de Austen Amaro – comungavam dos mesmos elementos temáticos que inspiravam movimentos artísticos nacionais e internacionais. Telas iniciais de Tarsila do Amaral, por exemplo, representante do modernismo brasileiro, assim como de artistas futuristas internacionais, exploraram a estética da máquina, da indústria, na qual a cidade era o espaço de destaque.

Vê-se assim que a modernidade se alastrara em escopo global. Mas a modernização dos espaços obedece às especificidades e conjunturas históricas de cada local. Para as cidades brasileiras, vê-se uma modernidade restritiva, na qual a modernização se sucede sem haver transformações radicais da sociedade. Havia transformações, mas com um rearranjo que garantia ordem. Instituiu-se um novo regime político – incentivador das novas tecnologias – mas permaneceu a velha maneira de tratamento dos mais populares, ou seja, pelo viés da exclusão. O modo de vida moderno em Juiz de Fora, especificamente nas utilizações da eletricidade, não contemplou todos os juiz-foranos, embora fosse didaticamente afirmado que

isso ocorria. Grande parte da população continuou sendo alijada dos benefícios dessa nova tecnologia, mantendo-se o padrão de exclusão social praticado desde os tempos coloniais.

## **FONTES**

- **Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora**

O Pharol

- **Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora**

**Fundo da Câmara Municipal, República Velha. Documentos situados nos anos de 1893 – 1933.**

Série 195/2. Caixa 122

Série 195/3. Caixa 122

- **Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes**

Periódicos:

O Pharol

Jornal do Comércio

Gazeta da Tarde

Diário de Minas

Minas Livre

Juiz de Fora

Diário Mercantil

Impressos:

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. TEORIA

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CANO, W. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras. *Revista Estudos Econômicos*. 15 (2). São Paulo: IPE/USP:, mai/ago.1985. p. 291-306.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

FABRIS, Annateresa. *Futurismo: uma poética da modernidade*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FALCHETTI, Shani & DI LASCIO, Raphael Henrique Castanho. *Como a modernização e a tecnologia influenciam nas relações humanas*. Disponível em:<[http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver\\_artigo\\_licenciatura.php?codigo=TL0002&area=d9](http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0002&area=d9)>.

GIUCCI, Guillermo. *A viagem dos objetos*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001. p.1071-88.

GUNNING, Tom. *Um retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema*. In: CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

LANDES, David. S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica de consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954*. São Paulo: Mercado das Letras, Fapesp, 1997.

MORAES, Dênis de. *O imaginário social e a hegemonia cultural*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br.gramsci>>.

NASH, J. M. *Cubismo, futurismo e Construtivismo*. Editorial Labor do Brasil, 1976.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

----- *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Cinthya Costa. *Modernização tecnológica e transformações culturais*. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pretextos/santos.html>>.

## 2. JUIZ DE FORA

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. “*Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914*”. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

AMARO, Austen. *Juiz de Fora: poema lírico*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

ANDRADE, Sílvia M. B. V. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1987.

ARANTES, L.A. *As Origens da Burguesia Industrial de Juiz de Fora – 1858/1912*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1991.

BARROSO, Elaine A. L. *Medicina social (1889/1920): locus para intervenção do Estado frente aos subalternos*. Juiz de Fora: CES, 2005 (CD-ROM).

BOTTI, Carlos A. Hargreaves.(cord.). *Companhia Mineira de Eletricidade*. Belo Horizonte: Cemig- projeto Memória, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “*A Europa dos pobres*”: *a Belle Èpoque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF. 1994.

----- *A produção do campo simbólico: o fazer artístico da Mata Mineira*. *Revista de História*. Nº 6. Departamento de História /UFOP. Anais do X Encontro Regional de História. ANPUH-MG. 1996.

FERRAZ, Rosane Carmanini. *A chegada do cinema em Juiz de Fora: uma nova opção de entretenimento no centro cultural de Minas gerais (1897-1912)*. (Monografia de Bacharelado). Juiz de Fora: UFJF, 2000.

GIROLETTI, D. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GOODWIN JUNIOR, James Willian. *Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada (1850-1914)*. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: CES, 2005. (CD-ROM)

------. *A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1850-1888*. LOCUS: REVISTA DE HISTÓRIA. V.3, nº1. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, 1997.

HARGREAVES, Henrique José. *A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para instalação de novas indústrias*. *Revista do IHGJF*. Juiz de Fora: UFJF, 6(6): 30-43, 1971.

LANA, Vanessa. *Uma associação científica no Interior das Gerais: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF)*. Juiz de Fora: CES, 2005. (CD-ROM)

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros. (Do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira*. (Dissertação de Mestrado). Niterói, UFF, 1990.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos- memórias*. 10ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial/Editora Giordano, 2002.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2ª ed. Juiz de Fora: Comércio e Indústria Ltda, 1966.

------. *Companhia Mineira de Eletricidade: pioneira da iluminação hidrelétrica na América do Sul*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1969.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2004.

SCOTON, Roberta Muller Scafutto. *Médicos acadêmicos e curandeiros na Manchester mineira. (Juiz de Fora, MG 1890/1940)*. Juiz de Fora: CES, 2005, (CD-ROM).

SOUZA, Ana L. F. *Metáfora de modernidade: as imagens da cidade na imprensa de Juiz de Fora (c.1891 –c. 1922)*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

VALE, Vanda Arantes. *Juiz de Fora - “Manchester Mineira”*. III Encontro da associação de estudos Brazilianistas - Cambridge- Inglaterra, 1996.

------. *A obra memorialística de Pedro Nava – contribuição para os estudos de História da Medicina (1890 -1940)*.

### **3. BRASIL**

ANDRADE, Alenuska. *“A arte de embelezar as cidades”: o uso da eletricidade n construção de novas paisagens*. Anais Eletrônicos do XXIV ANPUH Nacional, 2007.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes. “*Formosura da Vila*”: Preocupações com o embelezamento, a limpeza e o ordenamento do espaço urbano no século XIX. Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História. UFSJ, 2006.

BRITO, Marilza E; REIS, Solange Balbi C. (coord.). *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. *A urbe iluminada: eletricidade e modernização do Rio de Janeiro no início do século XX*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp185.asp>>

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros (coord.). *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.

----- *Panorama do setor de energia elétrica*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

----- *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: C.M.E.B., 1990.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *A Eletrificação no Brasil. (Caderno História & Energia, 2)*. São Paulo, Eletropaulo, 1986.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)*. (Tese). Niterói: UFF, 1997.

LIMA, J.H. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial de São Paulo, 1880-1940*. (Tese de Doutorado). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1993.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. *Revista Brasileira de História*. v. 21. n°41. São Paulo. 2001, p.127-144.. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102-01882001000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01882001000200007)>.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

MARTINS, R. *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

----- e MARTINS, A. *Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*. *Hispanic American Historical Review*, 63(3), 537-568, 1983.

MENDONÇA, Leila Lobo de. *Cidade em movimento: energia elétrica e meia de transporte na cidade do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2003.

-----*Reflexos da cidade: a iluminação pública na cidade do Rio de Janeiro (1565-1930)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de História, 1986. (Relatório de Pesquisa - mimeo.).

-----; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: atual, 1991.

RICCI, Claudia Thurler. *O endereço da civilização*. In: *Revista Nossa História*. Ano2/nº17, março 2005. p.42-48.

ROCHA, Amara Silva de Souza. *A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque*. *Revista de História Regional*. V.2. nº2. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v2r2/amara.htm>>.

VERSIANI, M.T. *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906*. Phd. Thesis, University College, London, 1991.

WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira – 1889/1937*. 1 ed., Paz e Terra, São Paulo, 1982.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)